

REINALDO MARCOS SCARAMELO

**ESTUDO EXPLORATÓRIO DO SERVIÇO DE ASSESSORIA
TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL À REFORMA AGRÁRIA-
(ATES) EM MINAS GERAIS.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para a obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA

MINAS GERAIS - BRASIL

2009

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV

T

S285e
2009

Scaramelo, Reinaldo Marcos, 1980-

Estudo exploratório do Serviço de Assessoria Técnica Social e ambiental à Reforma Agrária-(ATES) em Minas Gerais / Reinaldo Marcos Scaramelo. – Viçosa, MG, 2009. xii, 108f. : il. ; 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: France Maria Contijo Coelho.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 101-105.

1. Reforma Agrária - Minas Gerais. 2. Extensão Rural .
3. Estrutura social. 4. Política pública. 5. Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental. 6. Prestação de serviços. I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

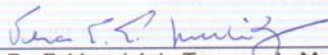
CDD 22.ed. 333.318151

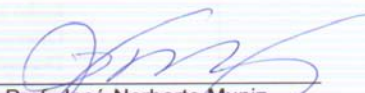
REINALDO MARCOS SCARAMELO

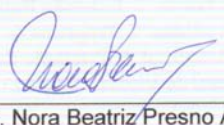
**ESTUDO EXPLORATÓRIO DO SERVIÇO DE ASSESSORIA
TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL À REFORMA AGRÁRIA
(ATES) EM MINAS GERAIS**

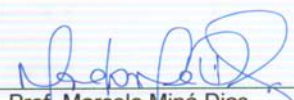
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

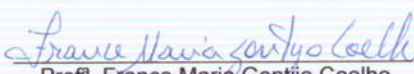
APROVADA: 27 de Julho de 2009.


Prof.^a Vera Lúcia Travençolo Muniz


Prof. José Norberto Muniz


Prof.^a Nora Beatriz Presno Amodeo


Prof. Marcelo Miná Dias
(Coorientador)


Prof.^a France Maria Gontijo Coelho
(Orientadora)

Dedico este trabalho às pessoas que estiveram ao meu lado, nesta experiência complexa de pesquisar e escrever. A Sofia, que sempre, ao ver-me diante do computador, dizia: “Pai, pára de trabalhar e vamos brincar”. A Daniel, em memória, que nasceu e faleceu enquanto o pai iniciava o mestrado. A Júlia, que nasceu em meio ao turbilhão do problemático levantamento de dados e que cresce enquanto este trabalho é escrito. A Flaviane pelo companheirismo, estímulo, carinho e afeto. A minhas irmãs Nati e Leidi pelo estímulo e companheirismo. A meus pais por acreditarem e ficarem felizes por verem o filho pela segunda vez nesta Universidade. A Leonardo, primo querido, em memória.

A Deus, que nos momentos mais difíceis deste trabalho, na figura de Jesus Cristo, me fez louvar com hinos que me diziam “se você construiu a vida toda algo que o vento vai levar, construa mesmo assim, a vida é muito dura, mas o seu DEUS é muito grande”....tente mesmo assim.

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é algo difícil. O difícil é justificar nomes importantes que ora possa esquecer. Agradeço de coração aos amigos que fiz no mestrado, em especial a Janailton, Rafael (Rafinha) meu amigo de muito tempo, William, Simone, Ícaro, Raná, Cristiana, Marcelige e Eliana Marques que estreitou ainda mais os laços de amizade.

A professora France Maria Gontijo Coelho, que me orientou, acreditou em um aluno que não possuía tempo exclusivo, foi humana, profissional e me ensinou que crescimento se faz com trabalho, carinho, compreensão e orientação.

Aos professores Maria Isabel Botelho, Norberto Muniz e Alberto Jones com os quais muito aprendi. A co-orientadora Wânia Lacerda, que me fez gostar de Pierre Boudieu e das muitas leituras que me indicou. Ao co-orientador Marcelo Miná Dias, que me falou dos empecilhos que teve em algumas de suas pesquisas e que a desistência não era o caminho, além da ajuda incondicional para a compreensão do que é a Extensão Rural possibilitando correções pontuais.

A Tedinha pela presteza nas várias viagens a Belo Horizonte. A Carminha pela paciência, a Cida da biblioteca pelo carinho. A todos os funcionários do DER.

A Valdeci, secretária da EMATER e do departamento DATER, por me ajudar a marcar entrevistas tão difíceis. A Helder e a Emílio, que em meio a tantas negativas, me permitiram momentos muito esclarecedores em meio a uma atmosfera de companheirismo no compartilhamento das informações.

A Lucimare amiga e chefe que me incentivou ao mestrado nunca permitindo que o desânimo tomasse conta de minha trajetória. Aos colegas de trabalho das duas escolas, em especial, Marcos de Oliveira, João Batista Villas Boas Simoncini e Lúcia, com os quais trabalho e muito me incentivaram nas conquistas rumo ao conhecimento. A amiga Gislaine Fernandes que tem me incentivado a vôos mais altos. Aos meus alunos das duas escolas que suportaram minhas ausências e compreenderam minhas mudanças de humor, e ao perguntarem o que eu estava fazendo se interessaram pela Universidade e a possibilidade de nela estudarem diante de minhas respostas.

Ao Departamento de Economia Rural. A Universidade Federal de Viçosa que pela segunda vez me recebeu como aluno.

BIOGRAFIA

Reinaldo Marcos Scaramelo, filho de Reinaldo Antônio Scaramelo e de Dalva Lúcia Scaramelo, nasceu em 15 de julho de 1980, natural de Coimbra, Minas Gerais. Iniciou os estudos aos seis anos de idade, porém, apreendeu as primeiras letras com a mãe. Estudou do pré-escolar ao terceiro ano do Ensino Médio da Escola Estadual Emílio Jardim, na cidade de Coimbra.

Prestou vestibular para o curso de História em 2001 na Universidade Federal de Viçosa, sendo aluno da primeira turma. Licenciou-se em História em 2004 e bacharelou-se em 2005 com uma monografia sobre os Casamentos e Concubinatos na Diocese de Mariana-MG no século XVIII.

Trabalhou como professor de História, nos anos de 2004 e de 2005, na Escola de Base Daniel Moreira de Barros, na cidade de São Geraldo. Fez, no ano de 2005, concurso para professor da rede Municipal de ensino de Cajuri-MG e para a rede Estadual de ensino de Minas Gerais. Aprovado em ambos, trabalha na Escola Municipal Capitão Arnaldo Dias de Andrade Filho como professor de História e como professor de Artes. No distrito de Monte Celeste, área afastada que atende a alunos da zona rural, trabalha como professor de História, na Escola Estadual Ministro Aloísio Costa.

Enquanto aluno da UFV, durante a graduação, fez o curso com a Biblioteca Nacional e a Biblioteca Central sobre conservação e restauração de obras raras. Com isso faz consultorias e trabalhos sobre o ICMS cultural para municípios em parceria com uma arquiteta. Foi coordenador de um projeto de escola referência no estado de Minas Gerais no ano de 2008 e, em 2009 é sub-coordenador.

Casado com Flaviane Salgado de Miranda Scaramelo, resultado de um namoro iniciado na Graduação. Desse namoro veio a primeira filha, Sofia Salgado de Miranda Scaramelo. Do Mestrado, veio a segunda filha Júlia Salgado de Miranda Scaramelo.

Ingressou no Programa de Mestrado em Extensão Rural em maio de 2007, concluindo em julho de 2009.

SUMÁRIO

RESUMO.....	vi
ABSTRAT.....	viii
INTRODUÇÃO: problema e justificativa	1
1 CAPÍTULO 1: UMA DISCUSSÃO METODOLÓGICA	4
1.2. O trabalho de campo: <i>uma experiência ética</i>	6
2 CAPÍTULO 2: CONCEITOS E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1. Instituição, organização social e ideologia.....	17
2.2. A Institucionalização da extensão rural no Brasil.....	20
2.3. Desafios do agir extensionista.....	30
2.4. Em pauta a transição agroecológica	38
2. 5. A Extensão rural na pauta das reivindicações da reforma agrária no Brasil.....	41
2. 6. A PNATER E o programa de ATES.....	46
3 CAPÍTULO 3: O SERVIÇO DE ATES EM MINAS GERAIS.....	57
3.1. Descrições das discussão com os coordenadores.....	57
3.2. O que esclarecem os articuladores.....	75
4 CAPÍTULO 4: INTERPRETANDO A ATES EM MINAS GERAIS: INSTITUIÇÃO, <i>HABITUS</i> E CAMPO.....	83
4.2. ATES: um programa em disputa.....	85

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101
	ANEXOS.....	106

LISTA DE SIGLAS

AESCA. Associação Estadual de Cooperativas Agrícolas.

ATER. Assistência Técnica e Extensão Rural.

ATES. Assessoria Técnica, Ambiental e Social a Reforma Agrária.

AIA. Agência Internacional Americana.

ACAR. Associação de Crédito e Assistência Rural.

ABCAR. Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural.

B.H. Belo Horizonte.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas.

CPT. Comissão Pastoral da Terra.

DATER. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural.

EMATER. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

EMBRATER. Empresa Brasileira de assistência Técnica e Extensão Rural.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MASTER. Movimento dos Agricultores Sem Terra.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MST. Movimento dos Sem Terra.

PCB. Partido Comunista do Brasil.

PDA. Plano de Desenvolvimento de Assentamento.

PEA. Plano de Exploração Anual.

PNATER. Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

PNRA. Plano Nacional de Reforma Agrária.

PRA. Plano de Recuperação de Assentamento.

PROCERA. Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária.

PRONAF. Plano Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar.

PRONERA. Programa nacional de Educação na Reforma Agrária.

SAF. Secretaria de Agricultura Familiar.

SDT. Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

UDR. União Democrática Ruralista.

UFV. Universidade Federal de Viçosa.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais.

UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas.

ULTRAB. União dos Trabalhadores Agrícolas.

RESUMO

SCARAMELO, Reinaldo Marcos; M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2009. **Estudo Exploratório do Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária- (Ates) Em Minas Gerais.** Orientadora; France Maria Gontijo Coelho. Coorientadores: Marcelo Miná Dias e Wânia Lacerda.

Esta dissertação configurou-se como um estudo de natureza exploratória acerca das concepções efetivadas na execução do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) no Estado de Minas Gerais. Originalmente, indagou-se como estaria sendo implementado esse programa neste Estado e que diferenças haveria na atuação das prestadoras do serviço em razão da insatisfação dos assentados diante de uma assessoria inadequada. Assim, questionou-se o que esses serviços estavam potencializando e o que poderiam estar limitando suas ações nos assentamentos. Pesquisas anteriores indicavam que o mesmo serviço estaria se revelando em práticas bem distintas em diferentes instituições. Por isso, delineou-se o problema desta dissertação nos seguintes termos: quais os maiores impasses e as maiores conquistas na implementação do Programa de ATES em Minas Gerais? Como as instituições estavam orientando a ação dos técnicos nos Serviços de ATES? Como estava sendo feito o processo de construção da participação das populações atendidas? Afinal, qual o desenho institucional mais adequado para o trabalho de assessoria em assentamentos? O que deveria estar previsto num programa ou política pública para assentamentos de forma que garantisse efetiva assessoria, não só técnica, mas também, social e ambiental? Definiu-se como objetivo geral descrever as práticas de ATES, caracterizando as dissonâncias e consonâncias de concepções institucionais. Como objetivos específicos buscou-se identificar os significados atribuídos pelas instituições pesquisadas às práticas de ATES realizadas e sistematizar as opiniões dos coordenadores e articuladores. A partir do conhecimento das experiências vividas pelas instituições, desde 2004, quando foi criado o programa de ATES, pretendeu-se apontar perspectivas e necessidades a serem definidas como demandas de políticas públicas para garantir um trabalho efetivo e adequado à assessoria em assentamentos, no sentido de que viessem contribuir para o desenvolvimento mais sustentável das famílias na terra conquistada. Para estas análises foram pensadas estratégias de levantamento de dados que implicavam um contato direto com instituições prestadoras do serviço. Contudo, ao longo da pesquisa, a proposta foi adaptada em sua execução, em razão da compreensão que se fez das razões de natureza competitiva nas quais as instituições estavam envolvidas, o que implicou em limitações para o contato direto com os técnicos de campo. Além disso, o estudo de todas as prestadoras do serviço em Minas Gerais, daquela época (nove ao todo), tornou-se inviável em razão da dimensão estadual e das condições adversas em que o INCRA-MG se viu envolvido no ano de 2008. Por isso, no novo delineamento optou-se por realizar um estudo exploratório das concepções que orientavam a atuação de profissionais de ATES em apenas duas instituições conveniadas com o INCRA-MG: uma empresa estatal, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (**EMATER**) e outra ligada a um movimento social, que, no caso, foi a instituição ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – **MST**, a denominada Associação Estadual de Cooperação Agrícola (**AESCA**). Além disso, para completar a compreensão da efetivação do Programa, participaram do levantamento, ex-articuladores contratados pelo INCRA, que eram responsáveis pela

mediação deste órgão e as prestadoras ou assentamentos. Dessa forma, esta pesquisa definiu como estratégia de levantamento de dados, a realização de entrevistas em profundidade com representantes institucionais das prestadoras e com ex-articuladores do INCRA, a partir das quais foi possível elaborar hipóteses que poderão orientar outros estudos de avaliação do Programa de ATEs. Seus depoimentos foram analisados à luz das diretrizes da PNATER e do Programa de ATEs, quando já foi possível pontuar diferenças efetivas de cada prestadora do serviço. A partir dos depoimentos colhidos foi possível identificar diferenças discursivas muito grandes entre as prestadoras, tanto das estratégias de trabalho quanto do papel social e político que desempenham. Além disso, essas prestadoras não se configuram como instituições sociais que realizam direitos, mas como organizações prestadoras de serviços, que podem, ou não, ser prestados. Por isso, a descontinuidade é uma marca e um limite da ATEs.

ABSTRACT

SCARAMELO, Reinaldo Marcos; M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July of 2009. **Study Exploratory of the Program of Technical Assessorship Social and Environmental to the Agrarian Reformation (ATES) in the State of Minas Gerais.** Orientadora; France Maria Gontijo Coelho. Coorientadores: Marcelo Miná Dias of Wânia Lacerda.

This dissertation was configured as a study of exploratory nature concerning the conceptions accomplished in the excussion of the Program of Technical Assessorship, Social and environmental to the Agrarian Reformation (ATES) in the State of Minas Gerais. Originally it was inquired as it would be being implemented this program in this State and what differences would there be in the performance of the lenders of the service in reason of the dissatisfaction of the seated ones ahead of an inadequate assessorship. Thus, it was questioned what these services were potencializing and what could be limiting its action in the nest. Previous researches indicated that the same service would be if disclosing in practical well distinct in different institutions. Therefore, the problem of this dissertation in the following terms was delineated: which are the biggest impasses and the biggest conquests in the implementation of the Program of ATES in Minas Gerais? How the institutions were guiding the action of the technician in the Services of ATES? How it was being made the process of construction of the participation of the attended populations? After all, which is the most adjusted institutional drawing more for the work of assessorship in nest? What it would have to be foreseen in a program or a public politic as it could guarantee effective assessor ship, not only technical, but, social and also environmental? It was defined as objective generality to describe the practical ones of ATES, featuring the dissonances and accories of corporative conceptions. As objective specific they have searched to identify the meanings attributed for the institutions searched to the practical ones of ATES carried through and systemize the concerns of the coordinators and articulators. From the knowledge of the experiences lived by these, since 2004, when the ATES program was created, it was intended to point out perspectives and necessities to be definite as demands of public policies to guarantee an effective and adequate work the assess ring in the nesting, so that they could contribute for a most sustainable development of the families in the conquered land. For these analyses data-collection strategies have been thought that implied a direct contact with rendering institutions of the service. However, throughout the research, the proposal was adapted in its execution, because of the understanding that if made of the reasons of competitive nature in which the institutions were involved, what it implied in limitations for the direct contact with the field technicians. Moreover, the study of all the lenders of the service in Minas Gerais, of that time (nine to all) became impracticable in reason of dimension of the state and the adverse conditions where the INCRA-MG it was involved in the year of 2008. Therefore, in the new delineation it opted itself to carrying through a exploratory comparative study of the conceptions that guided the performance of professionals of

ATES in only two institutions linked with INCRA - MG: a state-owned company, the Company of Assistance Technique and Rural Extension (EMATER) and another on one to a social movement, that, in the case, was on institution to the Movement of the Agricultural Workers Without-Land - MST, the named State Association of Agricultural Cooperation (AESCA). Moreover, to complete the understanding of the efetivation of the Program, they had participated of the survey, former-articulators contracted by the INCRA, those responsible for the mediation of this agency and the lenders or nests. This way, this research defined as strategy data-collection, the accomplishment of interviews in depth with corporative representatives of the lenders, from which it was possible to elaborate hypotheses that will be able to guide other studies of evaluation of the Program of ATES. Its depositions had been analyzed to the light of the lines of direction of the PNATER and of the Program of PSTAA, when already it was possible to punctuate differences effective of each lender of the service. From the depositions with the coordinators of ATES of the searched institutions it was possible to identify very great discursive differences, as much of the strategies of work how much to the social and politician role to whom they attribute while institution (state-owned company and organization of the social movement). Besides, those lender of the service are not configured as social institutions that they accomplish rights, but as organizations lender of the service, that can, or no, to be rendered. Therefore, the discontinuity is a mark and a limit of the you ATES. Besides, those lender of the service are not configured as social institutions that they accomplish rights, but as organizations lender of the service, that can, or no, to be rendered. Therefore, the discontinuity is a mark and a limit of the you ATES.

INTRODUÇÃO: problema e justificativa

Essa dissertação apresenta o relato de uma experiência de pesquisa sobre o Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) no estado de Minas Gerais. Originalmente indagou-se como estava sendo implementado esse programa no Estado e que diferenças havia entre a atuação das prestadoras do serviço de ATES. Além disso, o que esse serviço estava potencializando e o que poderia estar limitando sua atuação. Assim, foram pensadas estratégias de levantamento de dados que implicavam um contato direto com instituições prestadoras do serviço e com seus técnicos em campo.

A motivação primeira desta pesquisa veio de um Seminário de Avaliação e Capacitação dos Técnicos do Programa de Ates em Minas Gerais, realizado em Belo Horizonte, entre 23 e 28 de abril de 2006, coordenado pela Superintendência Regional do INCRA- SR06. No documento de registro das atividades do Seminário, no item *avaliação* foi registrado o seguinte texto: “é preciso aprofundar o debate a ATES x Prestadoras de Serviço, tendo em vista as diferenças nas formas de trabalho das equipes. Concluíram que o Seminário não foi um espaço de disputa entre as entidades presentes, mas um espaço de enriquecimento”.(CARVALHO e FERREIRA NETO, 2006, p. 85-6)

Contudo, ao longo da pesquisa, a expectativa de ir a campo entrevistar os técnicos mostrou-se inviável. Inicialmente, pretendia-se realizar um estudo comparativo da atuação de profissionais de extensão rural no âmbito do Programa de ATES no estado de Minas Gerais, pois a experiência de pesquisas anteriores (MIRANDA, 2008) e observações em campo sobre como as assessorias efetivamente se realizavam, permitiam prever práticas distintas em diferentes prestadoras de serviço, como afirmava, também, o documento do Seminário anteriormente citado. A pretensão original de entrevistar técnicos vinculados a uma empresa estatal, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e outros ligados à Associação Estadual de Cooperativas Agrícola (AESCA), vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), se viu frustrada por diversas razões que estarão detalhadas na descrição metodológica.

Quando da compreensão deste limite, a pesquisa foi redirecionada a sua unidade de análise, de técnicos de campo para coordenadores das prestadoras do serviço de

ATES e de ex-articuladores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com os quais foi possível colher depoimentos.

Diante dessas possibilidades, como questões de pesquisa, o trabalho orientou-se pelas seguintes indagações: como essas prestadoras de serviço orientavam a ação dos técnicos na ATES? Quais os maiores impasses e as maiores conquistas na implementação do programa? Qual o desenho institucional mais adequado para o trabalho de assessoria em assentamentos?

Nesse sentido, este trabalho definiu como objetivo descrever, a partir dos coordenadores EMATER/AESCA e ex-articuladores do INCRA, as práticas de ATES em Minas Gerais, caracterizando as dissonâncias e consonâncias. Especificamente, foi possível identificar os significados atribuídos às práticas realizadas pelas prestadoras do serviço de ATES pesquisadas. Ao sistematizar as opiniões dos coordenadores e articuladores, também foi possível apontar perspectivas a partir das experiências vividas desde 2004, quando foi criado o programa de ATES.

No primeiro capítulo, que segue esta introdução, é apresentado o passo a passo da pesquisa, o caminho percorrido no levantamento dos dados, ou seja, sua metodologia. Neste capítulo são destacadas as dificuldades que surgiram em campo, a interpretação dos impasses e as alterações estratégicas da pesquisa. Como se poderá ler no relato metodológico, o processo de levantamento de dados transformou-se em momento ímpar de esclarecimento de quão complexa é a relação entre as prestadoras pesquisadas. Dentro do possível, os dados permitiram evidenciar concepções e estruturas distintas das organizações prestadoras de ATES.

No segundo capítulo, são apresentados debates com autores que discutiram a extensão rural no Brasil, questões relativas à reforma agrária e ao atual processo de transição agroecológica. O objetivo deste capítulo é esclarecer as transformações que ocorreram na história agrária do país e na extensão rural que desembocaram na proposição da atual Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e, principalmente, depois do governo Lula, quando volta suas ações para o trabalho com a agricultura familiar.

No terceiro capítulo estão descritas as entrevistas com os coordenadores de ATES da EMATER-MG e da AESCA, e as entrevistas dos ex-articuladores do INCRA, que trouxeram algumas respostas às perguntas que inquietavam a pesquisa, possibilitando compreensão dos limites e potencialidades do programa.

No quarto capítulo são feitas reflexões sobre o programa de ATES em Minas

Gerais. Os conceitos bourdieusianos de *habitus*, campo, ritos de instituição e capital além de outros, como ideologia, ciência, técnica, tecnologia, instituição pública e organização social foram postos como referência fundamental nessas reflexões.

Nas conclusões pode-se perceber que o programa de ATES configurou-se como um campo social, que, com dizia Bourdieu (1996), é marcado por disputas. A possibilidade de uma assessoria técnica para os assentamentos explicita a necessidade de certas disposições e capitais que em disputa neste campo, caracterizam as condições nas quais, o que tem sido considerado apenas um serviço, necessita ser transformado em um direito social. Esse programa não é uma benesse do Estado e sim fruto de um longo período de lutas sociais.

CAPÍTULO 1

1.1. UMA DISCUSSÃO METODOLÓGICA

Esta pesquisa caracterizou-se como um estudo comparativo de caráter exploratório. De acordo com Gil (1999, p.43), uma pesquisa exploratória “que tem como principal finalidade, esclarecer e modificar conceitos, idéias tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Cabe ressaltar que o método comparativo é uma “investigação de indivíduos, classes sociais, fenômenos ou fatos, vistos a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles”. (GIL, 1999, p.34).

Como unidade de análise definiu-se como sendo os coordenadores de Ates da AESCA e da EMATER-MG¹, além de dois ex-articuladores do INCRA.

Na época de elaboração do projeto da dissertação, quando foram sistematizadas as questões de pesquisa e as estratégias de levantamento de dados foi feito um contato inicial com as organizações, quando lhes foram apresentados os objetivos e a metodologia do trabalho. Mesmo com esses acordos o levantamento de dados junto a técnicos de campo foi-se apresentando impossível. O trabalho de campo revelava um mundo novo e desafiava a novas interações, antes impensadas. O campo é um rico momento de aprendizagem, mas também de muita angústia para os novatos em pesquisa. Nesse sentido, Bourdieu (2006) fez a seguinte afirmação sobre o processo de construção de uma proposta de pesquisa:

Uma exposição de uma pesquisa é um discurso na qual a gente se expõe. No qual se corre riscos (para estar mais certo de desarmar os sistemas de defesa e de

¹ De acordo com o Relatório do Seminário de Avaliação e Capacitação dos Técnicos do Programa de ATEs, de abril de 2006, dentre as nove (9) prestadoras de ATEs do Estado, a EMATER e a AESCA eram as duas maiores. Também eram prestadoras a Animação Pastoral Social do Meio Rural (APR); Cooperativa de Trabalho de Técnicos Agropecuários da Região de Uberlândia (UNIATA); Centro de Formação e Assessoria (CEFA) 25 de Julho; Instituto dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Vale do Jequitinhonha (ITAVALE); Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Paracatu; Cáritas Janaúba; Centro de Agricultura Alternativa (CAA) do Norte de Minas.

neutralizar as estratégias de apresentação). Quanto mais a gente se expõe, mais a gente tem a possibilidade de tirar proveito da discussão. (p.18)

Assumir o papel de pesquisador é participar de um discurso no qual há uma grande exposição, na qual as intenções iniciais podem conter erros e incertezas que só serão esclarecidas na busca de dados no campo. Bourdieu (2006) acreditava em uma pesquisa que se constitui em campo. Todavia, nesta pesquisa, as exigências acadêmicas indicavam limites e prazos, que exigiam objetividade e ações estratégicas. O objeto de pesquisa é algo que não está pronto, ele deve ser construído. Sobre esta questão Pierre Bourdieu também esclarece que:

O que conta, na realidade, é a construção do objeto, e eficácia de um método de pensar que nunca se manifesta tão bem quanto a sua capacidade de construir cientificamente os grandes objetos socialmente insignificantes em objetos científicos. (BOURDIEU, 2006, p.20)

Dessa forma, alguns procedimentos metodológicos que foram informados no projeto tiveram de ser adequados ou mudados diante das dificuldades, explícitas ou tácitas, de realização de entrevistas com técnicos de campo. Novas formas de coleta de dados foram articuladas. Esse impasse no trabalho com os técnicos foi compreendido depois quando se percebeu que a pesquisa era vista como uma ação ameaçadora, exatamente pela fragilidade da estrutura de prestação de serviço feito por contratos temporários em um contexto muito competitivo. Nessas condições, qualquer análise crítica do trabalho efetivamente realizado em campo poderia deixar qualquer instituição em situação delicada na recontração junto ao INCRA. Essa observação evidenciava implicações políticas sérias, tanto internamente às organizações quanto externamente, na relação que as mesmas estabeleciam com o contratante, que no caso é o INCRA. Assim, esta pesquisa e suas reflexões sustentam-se em entrevistas com representantes oficiais ou autorizados a prestar depoimentos sobre como as organizações viam o serviço de ATES.

A pesquisa é assim uma construção social da realidade, como diriam Bergman e Luckman (2004), uma construção de significados do vivido. Seus caminhos são construídos por meio do conhecimento de caminhos anteriores. Todavia, é também no silêncio e nas omissões que um tipo de esclarecimento torna-se possível. Nesse caso, o silêncio e as ausências puderam indicar respostas às indagações. Mais que dados, é na interpretação sábia que as respostas puderam ser encontradas.

1.2. O TRABALHO DE CAMPO: *uma experiência ética*

Quando dos primeiros contatos com a EMATER-MG, chamou atenção o fato de que, pela internet, na página da empresa, nenhum link se referia ao Programa de ATES. Essa ausência implicou indagar porque um programa de tamanha importância para a Reforma Agrária não era anunciado na página principal da empresa estatal. A partir daí, buscou-se informações no escritório regional da EMATER em Viçosa-MG, ao que foi informado o contato com o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) em Belo Horizonte, onde funcionava a coordenação estadual do serviço de ATES da EMATER.

Os primeiros contatos foram realizados juntamente com a orientadora. Da mesma forma, procedeu-se o diálogo realizado com a AESCA: apresentação do problema da pesquisa, objetivos e pressupostos.

Depois desses contatos foram realizadas entrevistas com os coordenadores das organizações seguindo um roteiro de nove questões, conforme Anexo I.

Com a EMATER foi marcado um encontro para o dia 30/06/2008, pela manhã, e com a AESCA no mesmo dia, à tarde.

Após as apresentações, a coordenadora da EMATER avisou que sua agenda estava muito cheia e que não disporia de muito tempo para a conversa combinada. O pesquisador disse que precisava de poucos minutos e que talvez necessitasse, então de novos encontros. A coordenação mostrou-se solícita, e encaminhou o pesquisador a secretária para que ela marcasse os novos encontros.

Tudo estava caminhando bem. A conversa do primeiro contato foi gravada com a permissão da coordenadora. Enquanto a secretária agendava os próximos encontros, a coordenadora voltou a falar na questão do tempo e colocou alguns empecilhos. Ao falar sobre o projeto, a coordenadora disse que seria uma boa pesquisa, mas que o pesquisador deveria escrever uma carta para o Presidente da EMATER contando, de forma sucinta, o objetivo da pesquisa, e, se o Presidente autorizasse, ela voltaria a marcar outro encontro para iniciar o trabalho de campo com os técnicos. Sem isso, nada poderia ser feito.

Na AESCA o encontro foi remarcado para o dia seguinte às 16h00min, em um edifício no centro de Belo Horizonte, na Rua São Paulo. Ao subir para o escritório da AESCA, o pesquisador encontrou o Coordenador que aguardava para a entrevista. Em uma sala cujas janelas davam para a movimentada Rua São Paulo, e as divisórias de madeira não ajudavam muito na acústica. Foi gravada uma entrevista na qual se apresentou os objetivos, os pressupostos e as questões da entrevista em si. Os barulhos na gravação da entrevista só dificultaram a transcrição posterior, mas nada que atrapalhasse a compreensão da conversa.

Na AESCA, o pesquisador foi recebido de uma maneira muito informal. O coordenador deixou o pesquisador mais à vontade para relatar como ficaram os objetivos da pesquisa depois da defesa do projeto. Após falar sobre estes objetivos, o coordenador disse que este era um tema interessante e que seria bem visto pelo movimento (MST). Durante conversa, foi pedido ao coordenador que relatasse um pouco mais sobre a história do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e a relação da AESCA na prestação do serviço de ATES. Atendido prontamente, conversou-se sobre os avanços e os principais problemas da AESCA em relação ao relacionamento com o INCRA. Concluindo os temas do roteiro previamente preparado, a entrevista terminou. Ao final, foi relatado ao coordenador que era de interesse realizar, também, um grupo focal com os técnicos de campo da AESCA, conforme havia sido acordado pela orientadora da dissertação em contato anterior. O coordenador disse então que este encontro não poderia ocorrer no mês de agosto (2008), pois eles estavam com um volume de trabalho muito grande para entregar para o INCRA e que todos os técnicos estariam envolvidos neste trabalho. Ficou acordado que se manteria contato para agendar outro encontro no mês de setembro e realizar o grupo focal com pelo menos oito técnicos na mesma data.

Após essas entrevistas com as duas organizações, a priori, puderam-se perceber algumas diferenças. Ainda nesta mesma semana do mês de julho de 2008, foi dado início aos contatos com Superintendência Regional SR-06 do INCRA, em Belo Horizonte.

O contato que se possuía no INCRA era o da sala onde funcionava a seção de Desenvolvimento onde trabalhava a funcionária do cargo denominado como Asseguradora de ATES do INCRA, setor responsável pelo acompanhamento dos trabalhos dos articuladores junto às prestadoras de serviços. Depois de várias tentativas um articulador atendeu e informou que a Asseguradora de ATES do INCRA estava de

férias e só voltaria no mês seguinte, ou seja, mês de agosto. Perguntado sobre a possibilidade de se agendar, com ele, um encontro para uma entrevista para uma pesquisa sobre ATES, ouviu-se a seguinte resposta: “acabei de chegar do INCRA e não sei nada de ATES”. Nesse momento percebeu-se o que significava fazer um trabalho sobre algo que tinha um arranjo que havia acabado ou estava em grande processo de mudança. Respostas semelhantes acompanharam a breve trajetória de tentativas de contato direto com os funcionários em atuação no INCRA no ano de 2008.

Após aquela negativa inicial com o INCRA, ficou quase certo que o levantamento de dados seria feito com a AESCA, com quem se faria um grupo focal. Também havia a expectativa de continuar os contatos com a EMATER, após a aprovação de seu Presidente.

Em retorno a Viçosa, junto com a orientadora, foi redigida a carta ao Presidente da Emater, solicitando anuência formal para realização da pesquisa. Na carta, foram descritos objetivos e metodologias, como segue nos trechos abaixo:

“Como objetivo geral pretende-se compreender e explicar as motivações e os limites da atuação de profissionais (entre técnicos e articuladores) de diferentes instituições, no âmbito do programa de Assessoria Técnica, Ambiental e Social – ATES, que atuam no Estado de Minas Gerais. Especificamente pretende-se descrever e identificar as diversas formas de atuação dentro dessa modalidade de programa de extensão rural em assentamentos do INCRA-MG, com vistas na caracterização de consonâncias e/ou diferenças na execução da ATES.

Para alcançar esses objetivos, o mestrando pretende realizar algumas entrevistas e debates com os profissionais da EMATER e de outras instituições que trabalham com ATES no estado. O enfoque do estudo tem pretensão exploratória e por isso deverá se fazer com um grupo limitado de profissionais, na medida em que, o exímio tempo de mestrado exige estratégias metodológicas mais interativas e levantamento de dados que envolvam e mobilizem um menor número de pessoas possíveis, mas que sejam representativas do universo ou perfil dos profissionais da instituição que trabalham com assentamentos.

Em contato com a Coordenadora do Programa de Ates na EMATER-MG, Dr^a XXXX, esta proposta foi apresentada, ao que a mesma solicitou que deveríamos proceder à formalização da pesquisa junto à presidência da instituição. Naquele contato, pudemos nos inteirar das atividades previstas pela EMATER-MG quando acontecerão encontros com equipes de campo para orientação dos trabalhos de ATES, ao que, se possível, seria muito interessante o mestrando poder participar.

Dessa forma esperamos poder contar com o vosso apoio na autorização para dar andamento aos trabalhos, que seriam: entrevista com a Coordenadora de ATES na EMATER e debate em grupo focal com extensionistas de campo que se encontrarão em Montes Claros e em Teófilo

Otoni. Provavelmente, poder-se-á recorrer a alguma outra técnica de levantamento de dados participativa, mas que só poderá ser definida após entrevista com a coordenadora. (...)

Espera-se, assim, realizar uma aproximação mais efetiva do Programa de Mestrado em Extensão Rural com o cotidiano de trabalho de campo desses extensionistas em Minas Gerais. Numa perspectiva solidária, faz-se prudente esclarecer que, tão logo os dados levantados estejam sistematizados e analisados, eles ficarão à disposição da Instituição para apreciação. Além disso, está previsto um encontro, a ser agendado com a instituição, para debate desses dados”. (Parte da Carta enviada à Emater, 2008)

Os contatos se reiniciaram, após um mês, depois de receber a carta da presidência permitindo a pesquisa. O segundo encontro com a coordenação de ATES da EMATER foi agendado. Nesse encontro mostrou-se a intenção, pautado em um dos objetivos, de realizar um grupo focal com os técnicos de ATES da EMATER, além de algumas entrevistas. A coordenação se mostrou simpática às entrevistas. Todavia, disse que seria muito difícil um momento com os técnicos para a realização de um grupo focal. Após alguns instantes de conversa, a coordenadora disse que a coordenação marcaria com os técnicos as entrevistas, de forma que coincidissem com suas visitas aos assentamentos e que todas as entrevistas deveriam passar pela coordenação após a transcrição.

Por mais de um mês se tentou marcar novas reuniões na EMATER. Porém, a agenda da coordenação estava sempre cheia, o que a impedia de abrir espaço para novos compromissos. Algumas reuniões foram marcadas e, próximo à data, desmarcadas devido a “compromissos urgentes” da coordenação. O ano ia terminando e o contato com os técnicos não acontecia. A centralização do processo na coordenação sinalizava uma estrutura hierárquica marcante nessa organização. Com o tempo, de forma objetiva, percebeu-se o grande incômodo que a pesquisa provocava diante das inúmeras tarefas da coordenação.

Enquanto isso se tentou marcar novas reuniões com a AESCA, no mês de setembro, conforme acertado com o Coordenador. Contudo, o retorno dos contatos não aconteceu.

Diante desse quadro, a orientadora da pesquisa entrou em contato com a AESCA dizendo que o tempo estava se esgotando e indagou se ainda seria possível a reunião com os técnicos. Dias depois recebeu o seguinte e-mail da coordenação:

Perdão pela demora da resposta. Por mais que dialogamos no MST, os poucos técnicos que estão conosco (j’á que estamos sem convênio desde março) não

toparam participar da pesquisa, posto que ela tem por premissa mostrar a necessidade de a ATES ser realizada por uma empresa já estruturada e com tempo de mercado, ou seja, a EMATER. Os técnicos não querem contribuir para provar isso, pois acreditam que a ATES deve ser de responsabilidade pública, portanto uma política de estado com financiamento público, porém deve ser gestada e controlada pelos trabalhadores e por entidades de confiança política deles, ao contrário do que a pesquisa e você se propõe. A EMATER é um instrumento de política de estado (muito mais que um instrumento técnico) que está a serviço de quem controla o estado, nesse caso os trabalhadores estão muito longe de ter alguma influência nas diretrizes, caminhos, métodos, técnicas propostas, profissionais contratados. Lembrando que a EMATER foi a responsável “técnica” pela implementação da revolução verde e da revolução conservadora no Brasil, não acreditamos (digo isso como corpo técnico, mas os dirigentes do MST concordam com isso também) que a EMATER seja a melhor empresa para ser prestadora Universal de ATES. (grifo nosso)

Em resposta a esse e-mail tentou-se esclarecer a grande confusão que o texto evidenciava, ao confundir premissa com pressuposto. A proposta da pesquisa era para a realização de um debate e não estruturar argumentos para defender uma resposta pré-estabelecida e que deveria ser confirmada. Mesmo assim, o mal entendido, ou a afirmação de um tipo de visão, fez com que a AESCA encerrasse sua participação na pesquisa nesse momento. Em meio a esse mal entendido, mesmo que, ao passar de algumas semanas, o coordenador tenha pessoalmente acertado pontos de vista, isso não resultou em nada. Novos contatos não foram feitos e nenhuma resposta sobre o encontro com os técnicos foi recebida. O trabalho com a AESCA estava terminado.

Contudo, soube-se na ocasião, em entrevista com ex-articuladores do INCRA, que a situação da AESCA não era das melhores, pois, ela estava sem convênio com o INCRA, os técnicos estavam sem receber há vários meses, e muitos haviam saído da organização e até mesmo de Minas Gerais, indo trabalhar com o MST em outros estados, onde as prestadoras de ATES estavam em melhores condições.

Em diálogo informal com alguns técnicos, durante um evento em Viçosa, soube-se que no estado do Paraná, o MST havia conseguido assento junto à coordenação de ATES da EMATER de lá e que, assim, os técnicos com experiência em ATES adquirida junto ao Movimento, tinham contribuído com mudanças nas práticas de extensão naquele estado.

No mesmo sentido, o trabalho de MIRANDA (2008), ao estudar a ATES no Pará, evidenciou como eram diferenciadas as formações adquiridas pelos técnicos ligados a movimentos sociais. Ao estudar a experiência incorporada pelos técnicos de uma organização vinculada ao movimento sindical dos trabalhadores rurais daquele

estado, identificou que, quando esses técnicos são contratados pelas organizações estatais, por um lado, pode-se ver um processo de cooptação, mas por outro lado, esses técnicos têm contribuído para melhoria dos trabalhos de ATES estatal.

Em continuidade à pesquisa, a expectativa de entrevistar os técnicos de campo da EMATER foi novamente tentada junto à coordenação. Foi agendada uma visita ao assentamento de Pequi. Coincidentemente, a visita seria num assentamento que já havia recebido o serviço de ATES da AESCA e que, na época, a prestação de assessoria passava para a EMATER.

No horário combinado, sete horas da manhã, o pesquisador chegou a EMATER em Belo Horizonte. Depois de um tempo, saíram o pesquisador e a Coordenadora para visita ao assentamento da cidade de Pequi. No caminho, o pesquisador foi apresentado, finalmente a uma técnica que trabalhava com ATES. Ao falar rapidamente do trabalho, a técnica ficou de marcar, por e-mail, um horário para entrevista. Neste instante, a coordenadora interveio dizendo “pode deixar que eu marco as entrevistas conforme antes conversamos, pois é melhor pegar os assentamentos mais próximos para facilitar e não precisar de você viajar”.

Na viagem, ao argumentar sobre a necessidade de fazer mais contato com os técnicos, foi solicitado se seria possível ter acesso aos e-mails dos técnicos. A Coordenadora disse que sim, mas colocou apenas uma questão, que as entrevistas depois de transcritas fossem enviadas cópias para ela. Todavia, esses e-mails não chegaram a ser disponibilizados para o pesquisador durante o período disponível para o trabalho de campo.

Em Pequi, dos dois técnicos de campo, um era Coordenador Técnico Regional de Gestão Ambiental e de Apoio à Reforma Agrária e a outra uma técnica de campo do Escritório Local. Eles aguardavam a equipe de BH. Essa visita era para apresentação da Coordenadora de ATES aos assentados, pois a EMATER havia assumido a prestação de serviço deste assentamento há pouco tempo, já que antes era assessorado pela AESCA.

O Coordenador Ambiental relatou que havia se formado em Engenharia Florestal, na UFV, em 1975. Antes da ATES trabalhava com outorga de águas e, por isso, ainda estava se inteirando dos serviços junto aos assentamentos. Para ele tudo “era novo”. A técnica de campo, por sua vez, possuía formação em Veterinária e Biologia pela UFMG e trabalhava na EMATER, desde 2004, em Pequi.

No assentamento, na sede da antiga fazenda - uma bela casa, com um jardim seco e abandonado, uma piscina vazia e um galpão com uma porta grande na entrada e

basculante nas laterais - espaço também utilizado para aulas das crianças. Os visitantes foram convidados pela técnica para entrar nesse galpão onde aconteceria uma reunião. Todos se sentaram. O espaço já estava arrumado.

Os assentados foram chegando um a um. Primeiramente os homens, depois uma ou outra mulher. Até que todos chegassem houve um silêncio mórbido na sala. A Coordenadora conversava à frente com o Coordenador de Ambiente, em tom de voz baixa. Isso durou uns 15 min. Os assentados que chegavam observavam as personagens a sua frente e, alguns diziam que queriam saber quem era a “muié” da EMATER que iria conversar com eles.

Aproximadamente, às 13h20min, a reunião teve início. Os mais velhos estavam mais falantes. Os mais jovens com a cara mais fechada e com desconfiança no olhar. O que causou um pouco de desconforto no pesquisador.

A reunião teve início com a abertura da técnica, que apresentou o Coordenador de Meio Ambiente, que por sua vez apresentou a Coordenadora de ATES da EMATER. A Coordenadora iniciou sua fala apresentando-se como Coordenadora de ATES da EMATER-MG. Falou um pouco do papel da Emater nos assentamentos. Relembrou os assentados de que eles quiseram ficar juntos, e que era responsabilidade deles assumirem os problemas decorrentes dessa opção. Disse que a técnica “já havia avisado, antes da reunião ter início, dos principais problemas que eles tinham”. Disse que não podia fazer milagres e que, para o trabalho dar certo, os dois lados, EMATER e assentamento, deveriam “arregaçar as mangas”, trabalhar e acreditar. Nesta fazenda, foram assentadas, no ano 2000, 30 famílias. Na verdade era para serem assentadas 27. Porém, fizeram a opção de ficarem todos juntos.

A partir daí, iniciaram-se as apresentações. Cada assentado se apresentava, contava um pouco de sua história. Os mais velhos haviam saído de lugares longínquos da capital de Minas, feito um caminho de insucessos até Belo Horizonte, Betim ou Contagem. Daí, sem emprego ou baixos salários iam morar nas favelas. A maioria reclamava, do tempo quando morava nas favelas, da grande violência e falta de segurança. Diziam, apesar dos problemas, estarem felizes no assentamento.

Enquanto as apresentações iam ocorrendo, uma pintura ao fundo do local chamou a atenção. Uma bandeira do Brasil com a bandeira do MST tremulando com um arame farpado rasgando as bandeiras e gotas de sangue que fertilizavam o solo. Mais tarde, soube-se que um dos assentados que trabalhava com artesanato é que tinha realizado a pintura.

Um dos assentados, que antes era antigo agregado da fazenda, fez o seguinte relato sobre dados da fazenda: a fazenda possuía mais de 800 ha de terra. Grande parte da fazenda estava coberta pela vegetação, pois era área de pastagens que o proprietário abandonou e ao longo dos anos foi se reflorestando.

A Coordenadora continuou à frente do salão afirmando que a partir daquele momento a EMATER-MG seria responsável por aquele assentamento. Voltou a reafirmar que sabia das dificuldades de todos, todavia não poderia fazer milagres, pois, como os assentados escolheram ficar todos juntos, isso lhes imputava responsabilidades e disse ainda: “Essa terra é de vocês, é essa terra que vocês têm e a terra que conquistaram. Ela pode ser melhor se todos trabalharem e se capacitarem. Temos que ver o que ela pode produzir. Aqui é melhor do que o assentamento de Betim. Pois está perto de BH e de mais cidades, porém não se mistura com o meio urbano. Assim, vocês não perdem suas características.” Pediu, então, às mães que trouxessem as crianças para participarem da reunião. Segundo ela, criança não faz bagunça, ela aprende. Só assim “se tornam lideranças para tomarem decisões quando adultas”.

Cerca de 90% dos assentados de Pequi são provenientes de favelas da grande BH. Desta forma, a maioria não possuía uma experiência de trabalho no campo. Durante as apresentações dos assentados, a Coordenadora interrompia, demonstrando conhecer a cidade ou região do assentado, antes de vir para BH. Isso causava grande admiração nos mais velhos, que afirmavam em tom de sussurro, “Essa mulher sabe de tudo, parece uma delegada”.

Surgiram, no debate, então os primeiros problemas. Os assentados do lote 20 e 21 começaram a reclamar do parcelamento realizado pela AESCA. Esse parcelamento foi realizado por uma arquiteta recém-formada. De acordo com eles, ela colocou as pastagens como Área de Preservação Permanente (APP) e as matas como área de cultivo. Um assentado do lote 21, ao desmatar para realizar a plantação, teve atrito com o Instituto Estadual de Floresta (IEF). Neste momento, a Coordenadora interrompeu e disse: “Agora vou dizer, ajoelhou tem que rezar, nós vamos ver o que podemos fazer porque o parcelamento já foi feito, não sei se dá para mudar”.

Os assentados insistiram no assunto. Um dos assentados, curiosamente um engenheiro agrônomo formado na Universidade Federal de Lavras, que anteriormente prestava serviço na AESCA, disse: “Eu, particularmente, não vejo nenhum lugar como improdutivo.” Outro assentado retrucou: “Mas água não sobe no topo da pedra. Nem luz

nóis tem”. A Coordenadora ponderou: “Vamos ter uma reunião no INCRA semana que vem, mas não podemos garantir nada”.

A reunião continuou e, a certa altura, a Coordenadora disse: “Imagine essa piscina cheia, com as crianças se divertindo. A sede pode ser um hotel fazenda, hospedar pessoas. Eu tenho umas “amigas doidonas” que pagam muito para fazer caminhada e passar final de semana. Vocês também têm que aproveitar, a trabalhar a semana e ter lazer, tomar um chopinho, fazer um churrasco e aproveitar o que é seus. Imagina esse sol, um chopinho geladinho. Aproveitar o que é seus.” Houve uma pequena comoção, um ar de aprovação em relação à fala da Coordenadora de ATES. Após essa fala houve o repasse de alguns informes pela técnica local. A coordenadora retirou-se do recinto e com ela vários assentados jovens. A técnica, contudo, continuou a reunião falando de uma capacitação sobre bovinocultura que aconteceria em breve.

Na saída, às 14h40min , o pesquisador tentou uma conversa com o Coordenador de Ambiente, apresentado os objetivos da pesquisa e as perguntas da entrevista, ao que ele não se mostrou muito à vontade e disse apenas “Eu nada sei de ATES e assentamento, trabalhei apenas como outorga de água. O que a Coordenadora disser a você, eu concordo”. Continuando a conversa, ele disse que a questão ambiental com a qual trabalhava era algo de vital importância para compreender parte dos conflitos que existiam entre os assentamentos e a legislação. Ao final do diálogo concluiu: “tudo que ela te disse é verdade e isso basta. Eu não poderei lhe ajudar. Não quero que grave nada, pois a gente entra em contradição e não estou preparado para entrevista”. Diante desse receio, o pesquisador disse que poderia mandar-lhe um roteiro, por e-mail, com perguntas e, se ele pudesse enviar as respostas, lhe seria muito grato. Aí sim, ele passou seu e-mail para o pesquisador. Contudo, enviados os e-mails, não se obteve resposta. O silêncio foi a única resposta obtida.

Em seguida, o pesquisador procurou a técnica e solicitou algumas informações ao que ela se dispôs com boa vontade. Um pequeno diálogo foi estabelecido naquele momento, com a supervisão discreta da Coordenadora. Contudo, poucas foram as questões debatidas em razão do contexto e do local.

Ao final, não se poderia dizer se a condução dessa reunião da EMATER, trouxe alento ou angústia para o pesquisador. Talvez a presença da EMATER sinalizasse que, agora, as coisas dariam mais certo. De fora, mas estando dentro do momento, poder-se-ia questionar em que a formalidade da reunião teria ajudado. Não há modelos, mas referências. Ficou evidente que, antes de serem apenas assistência técnica, essas

reuniões são culturalmente e politicamente orientadas. Os assentados têm de ter casa, água, luz, escolas para as crianças e mais dignidade. Isso é o básico. Mas porque não se pode falar no lazer, no churrasco, para pessoas que ainda não tem nem onde morar. Na vida há prioridades. Mas quem as define? Encerrava-se assim a viagem, sem entrevistas com os técnicos de campo, mas com uma vivência importante para compreender o que era o serviço de ATEs.

Diante dos impasses não dava mais para fazer uma previsão de quantos técnicos seriam entrevistados. Em razão do avançar do tempo, em conversa com a orientadora, mudaram-se as estratégias de pesquisa, ou seja, a unidade de análise.

Os técnicos de campo da AESCA e da EMATER não mais seriam entrevistados. Seriam buscadas entrevistas com os coordenadores regionais da EMATER. Uma procura a e-mails e telefones foi feita. Ao final chegou-se apenas aos contatos de Montes Claros, Uberaba, Uberlândia e Teófilo Ottoni. Isso já era dezembro de 2008. Desse esforço, apenas se conseguiu falar com o coordenador de Uberaba. Ele foi muito solícito e disse que concederia uma entrevista e ligaria para marcar. Entretanto, após algumas semanas, como não retornava o telefonema, tentou-se novamente ligar e enviar e-mail e nada de respostas. O silêncio continuava. As demais regionais não respondiam a nenhum e-mail, por telefone nunca foi possível encontrar um coordenador para conversar.

Nesse meio tempo, houve um encontro com outro conselheiro da pesquisa e, ao serem relatadas as desventuras e a resistência obsequiosa do silêncio das organizações em concederem as entrevistas, o professor relatou que ele e uma amiga pesquisadora, também haviam passado por problema semelhante. Ao final de sua pesquisa, depois de muita espera, teve como resposta apenas o silêncio da instituição pesquisada. Afirmou que tudo o que estava passando e os poucos dados que haviam sido coletados já eram suficientes para a dissertação. Interessante é que a orientadora já havia feito menção em relação a essa questão. A recusa da AESCA e o silêncio da EMATER trouxeram novos questionamentos. Ficava claro que era impossível alguém fora do Movimento fazer pesquisa na AESCA, em razão do contexto de competição e de luta no qual ela se encontra. Da mesma forma, para a EMATER, em razão de sua experiência institucional e desse mesmo contexto de competição na prestação do serviço, uma pesquisa poderia colocar em risco sua imagem de empresa e de eficiência. Nesse momento da pesquisa, ficava claro que a estrutura e funcionamento do programa de ATEs era frágil.

Os contatos com o INCRA tornaram-se também inviáveis, pois a diretoria havia mudado. Os articuladores daquele ano de 2008 nem sabiam o que era o serviço e diziam que não poderiam ajudar com informação alguma. Esta já era a terceira mudança de chefia do INCRA em menos de sete meses. Percebeu-se que não adiantaria insistir. Já em janeiro de 2009, a opção foi procurar os ex-articuladores que haviam trabalhado no INCRA nos últimos dois anos. Destes, até que em fim, foram conseguidas entrevistas de mais ou menos uma hora e meia com cada um. A partir dessas entrevistas, muitos pontos obscuros foram desvendados. O significado da resistência da AESCA e o funcionamento da EMATER ficaram mais evidenciados. As poucas informações conseguidas nas organizações ficaram inteligíveis e relevantes.

Durante este processo, foi possível identificar que outra pesquisa havia sido realizada com as prestadoras de serviço de ATES em Minas Gerais e que os seus resultados haviam sido expostos em um encontro com prestadoras, em Belo Horizonte em 2006. Esses resultados revelaram muitas fragilidades do serviço de ATES, e provocaram estranhamento entre os presentes. Essa descoberta ajudou a entender, talvez, o receio em prestar depoimentos, quando da realização desta pesquisa.

Com a ajuda dos Coordenadores das prestadoras foi explicitado o que eles julgaram, oficialmente, como pertinente, diante da fragilidade funcional de um serviço prestado por convênios temporários. Da mesma forma, os ex-articuladores do INCRA ajudaram a compreender algumas lacunas como questões relativas a avaliações, gestão e relacionamento entre INCRA e prestadoras do serviço de ATES no estado de Minas Gerais.

CAPÍTULO 2

CONCEITOS E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. INSTITUIÇÃO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E IDEOLOGIA

“A conclusão a que se chega é que indivíduos em crise não tomam, sozinhos, decisões relativas à vida e a morte”

Mary Douglas

A Extensão Rural, no Brasil, pode ser concebida como uma instituição. Aqui, recorre-se, inicialmente, a BOURDIEU (1996) para caracterizar conceitualmente instituição. Para o autor, instituição é algo que “se constitui por meio de um conjunto simbólico e prático de ritos que consagram as diferenças. A instituição tende a tratar e atribuir propriedades de natureza, socialmente produzidas, como se fossem propriedades de natureza natural” (p.102-3). Além disso, “as instituições contemplam um ato de magia social capaz de criar ou de alguma maneira, de explorar as diferenças preexistentes” (BOURDIEU, 1996, p.100). A instituição produz-se pelo reconhecimento público das ações, atribuindo a elas efeito de oficialização. Isso se faz, curiosamente, de forma que passe a fazer parte dela, até mesmo o que dela deve ser excluído. Assim, “o ato de instituição é um ato de natureza particular; ele notifica a alguém sua identidade, quer no sentido de que ele exprime e impõe perante todos. (...). O reconhecimento público produz o efeito de oficialização” (BOURDIEU, 1996, p.101). Sobre instituição, Douglas (1998) disse: “o pensamento institucional já se encontra na mente dos indivíduos enquanto eles procuram chegar a uma decisão” (DOUGLAS, 1998, p.18). Além do mais, “a decisão a respeito de algo nunca é tomada de forma solitária e individual. Por de trás de cada indivíduo há uma historicidade instituída, algo maior, a instituição. O indivíduo carrega a ordem social no seu íntimo” (p. 27).

Nessa abordagem sobre as instituições o que está em discussão é a questão da autonomia do sujeito. Contudo, quando Bourdieu destaca o *modus operandi* (BOURDIEU, 2006) ele ressalta que nele a legitimação das ações e das decisões é realizada pelo indivíduo, a partir da instituição na qual esse sujeito está inserido. As decisões tomadas pelos sujeitos dentro de uma instituição têm muito mais a ver com o lugar no qual está inserido do que com suas convicções pessoais. Douglas (1998) destaca ainda que “na maior parte das sociedades, seqüências ocultas aprisionam os indivíduos em armadilhas imprevistas e os fazem trilhar caminhos que eles jamais escolheram” (DOUGLAS, 1998, p.52-3). A instituição é anterior ao indivíduo e, na maioria das vezes, direciona suas decisões e atitudes.

Nesse debate, torna-se interessante retomar de Chauí (2003) sua discussão sobre uma instituição, a Universidade. A autora ensina que **instituição social** é uma ação ou prática social fundada no reconhecimento público da legitimidade de suas ações. A essas instituições sociais são dadas atribuições que as diferenciam e lhes confere certa autonomia frente a outras instituições sociais. São estruturadas por certos ordenamentos, regras e valores de reconhecimento e legitimidade, internos e externos a ela. Esse conceito de instituição é inseparável, historicamente, da idéia de república e de democracia. Daí sua construção estar relacionada a um tipo de Estado e por isso, não pode ser tomada como exterioridade a esse. A instituição social é, assim, marcada por esse caráter republicano e democrático e é o meio pelo qual se realizam os **direitos sociais** que, historicamente, são definidos como legítimos diante do jogo de forças em luta na sociedade. Por isso, nela é possível ver as contradições, interesses de classe e as próprias concepções de Estado, de divisão e de exclusões sociais. Essas instituições sociais vinculam-se, assim, historicamente, ao Estado de Bem-Estar e aspira à universalidade dos direitos.

A autora ainda distingue o conceito de instituição social do conceito de **organização social** ao esclarecer que essas podem ser definidas como uma prática determinada por sua instrumentalidade. Assim, uma organização social caracteriza uma prática social:

(...) referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para a obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às idéias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas de operações definidas como estratégias balizadas pelas idéias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. Por ser uma administração, é regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar

sua própria existência, função, ou seu lugar no interior da luta de classes, pois isso, que para a instituição social (...) é crucial é para a organização um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) porque, para quê e onde existe. (s.p)

A partir da fase neoliberal dos anos recentes, quando o capitalismo se caracteriza pela fragmentação de todas as esferas da vida social, essas organizações sociais vêm caracterizando a estrutura e o funcionamento do Estado. Isso porque parte da constatação de que há fragmentação da produção, dispersão espacial e temporal do trabalho e destruição das referências que balizavam as identidades de classe e as formas de luta de classe. A sociedade, nesse contexto, “*aparece* como uma rede móvel, instável, efêmera, cujas organizações particulares são definidas por estratégias particulares e programas particulares competindo entre si”. (CHAUÍ, 2003)

Nessa situação, de estado mínimo neoliberal, alguns setores de serviços foram designados como não exclusivos do Estado (por exemplo, educação, saúde, cultura...) o que faz com que eles sofram uma ameaça em sua condição de **direitos sociais** e passem a ser considerados apenas como **serviço**, público ou privado. Na condição de serviços, eles podem ser prestados ou não. Assim, como um serviço, antes de ser conquista, institui-se a descontinuidade e o não direito.

Essa conceituação implica o que se pode chamar de uma visão social de mundo, ou seja, uma concepção ideológica de como o mundo é ou **deve ser**. Essa idéia de ideologia como visão de mundo, é analisada por Lowy (1987), quando destaca a visão que Marx havia atribuído ao termo no século XIX. Para Marx ideologia teria um sentido negativo por ser própria das classes hegemônicas e dominantes. Por isso, ele dizia que ideologia era uma inversão social que impedia os dominados de verem o mundo como ele era. Essa visão crítica e negativa sobre a ideologia é modificada com Manheim no início do século XX. Ao caracterizar ideologia como “visão de mundo” tem-se como referência o conceito de ideologia de Karl Manheim, que a definiu como idéias situacionalmente transcendentais. Dessa forma, esse conjunto de idéias, para Manheim, nunca consegue, de fato, atualizar os projetos nele implícitos. Apesar de se apresentar como justa aspiração da conduta pessoal do indivíduo, quando levado à prática, seu significado é muitas vezes deformado. (ABBAGNANO, 2007, p.615).

Dessa discussão, Lowy (1987) conclui que ideologia não teria apenas o caráter negativo como identificado em Marx, mas seria uma forma de ordenamento do mundo, e que seria diferente de acordo com a condição de classe a qual ela estivesse vinculada. Dessa forma, Lowy conclui que ideologia seria “**uma visão social do mundo**”.

De forma ainda mais esclarecedora, Dumont (1985) diz que ideologia seria “um conjunto social de representações; conjunto de **idéias-valores** nas formas de pensamento (...) tudo se passa como se o valor ocultasse o que de ordinário ele revela: a idéia fundamental, a idéia-máter permanece frequentemente como inexpressão, mas sua localização é indicada pela proliferação de **idéias-valores** na própria zona onde ela se esconde” (p.235).

Esse caráter fugidio da ideologia, em que ela “é algo que, ao mesmo tempo, não é”, dá a ela um poder constitutivo e diferenciador nas instituições e nas organizações sociais. Assim, a ideologia é aqui, neste trabalho, entendida como um conjunto de idéias-valor, que revelam uma visão de mundo socialmente posicionada, e por isso, nas instituições ou organizações sociais realiza-se na medida em que orienta as ações dos agentes e demarca funções e papéis sociais, internamente e externamente a essas organizações e instituições.

2.2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

A institucionalização da Extensão Rural no Brasil é um processo que teve seu início na década de 40 do século XX. Após a segunda Grande Guerra, muitas decisões e opções de desenvolvimento foram enfatizadas como única possibilidade para superar o suposto “atraso” em que o país vivia. Ao longo da história da extensão no Brasil, inspirada no modelo *Extention Service* americana acabou por valorizar um pequeno grupo de privilegiados (FONSECA, 1985) sem que a maioria das famílias das regiões rurais fosse envolvida com os benefícios do processo de modernização.

Contudo, a institucionalização da Extensão Rural no Brasil, foi tarefa realizada com competência e propriedade. A concepção de instituição aqui proposta permite perceber várias marcas distintas da Extensão Rural. Concebida na modalidade de serviço a ser prestado por uma organização mista (governamental e internacional não-governamental – governo de Juscelino Kubistchek e AIA) como foi a ACAR em sua origem (LIMA, 1984) a Extensão Rural no Brasil promoveu o que Queda (1974) chamou de “anúnciação do milagre” da modernização. Esse autor informa que o serviço de Extensão Rural brasileiro, tem sido desde seu início, uma forma de disseminação de informação/inação para aumentar a produção e produtividade agrícola. Esse serviço incorporou, segundo o autor, a idéia de que os problemas da

Extensão resultam da expectativa de que esse processo de disseminação de informação/ inovação situa as mudanças pretendidas apenas no âmbito puramente tecnológico e não no nível das relações sociais de produção.

O mesmo autor dividiu o estudo da Extensão Rural no Brasil em dois momentos. O primeiro momento vai do fim da Segunda Guerra Mundial até os anos 70, quando a ação extensionista esteve voltada para anunciar o milagre e o processo de modernização no meio rural. No segundo momento, a partir de meados da década de 70, destacou-se uma ação extensionista que visava a implementação de medidas que permitissem a realização do milagre da modernização². Cabe lembrar aqui, que aos extensionistas foi imposta a obrigatoriedade de aplicação de modelos e de pacotes. Não havia espaço para dúvidas e questionamentos. O pensamento da modernização funcionou como ideologia e enraizou-se num certo ordenamento institucional marcando o íntimo da vida profissional de muitos extensionistas. Uma visão crítica a esse processo viria surgir a partir de meados dos anos 80 muito motivada pela crise do Milagre Brasileiro e mais adiante pelas pressões do movimento social do campo.

Ao pautar-se nos objetivos de mudança da base tecnológica, a extensão privilegiou a capacitação dos extensionistas nesse sentido, por meio de seus pré-serviços e por experiências supervisionadas já em serviço. Esses “treinamentos” visavam à otimização dos trabalhos dos extensionistas e o alcance do objetivo maior, ou seja, retirar do “atraso” tecnológico, o meio rural brasileiro. Contudo, o discurso de seus objetivos era assim expresso:

Contribuir para o aumento da produção, produtividade, renda líquida e bem-estar das famílias rurais, sem agressão ao meio ambiente, através dos métodos educativos (EMBRATER, 1983). “(QUEDA, 1974, p.11)

Numa visão mais crítica da efetividade desse serviço, Queda dizia que, no final dos anos 40, a implantação da Extensão Rural no Brasil poderia ser explicada da seguinte forma:

² É bom distinguir modernidade de modernização, pois o conceito de modernidade é mais que mudança da base técnica. A partir de Martins (2003), modernidade envolve uma consciência crítica do moderno, isto é, a recusa da transitoriedade e da impotência que ela implica. Na América Latina, a modernidade se fez constituída de temporalidades que não são suas, ou seja, de projetos e modelos importados. A modernidade aqui é algo que se anuncia apenas para alguns e ao mesmo tempo parece que é para todos. É o inacabado, o eterno incompleto da travessia de Guimarães Rosa. (MARTINS, 2003, *passim*)

(...) tanto as classes dominantes locais, quanto setores internacionais, envolvidos com essa iniciativa, não tinham dúvidas: as alterações necessárias na produção/produktividade na agricultura brasileira, tais como o uso de insumos, fertilizantes, sementes melhoradas seriam desencadeadas através da disseminação de inovações. (QUEDA, 1974, p.13)

Uma modernização que viria para atender às demandas econômicas do país. Esse processo modernizador promoveu uma transformação rápida na forma de produzir, contudo acelerando o êxodo rural e aproximando indústria e finanças (capital estrangeiro), o que deslocaria o progresso técnico da esfera pública para a esfera privada. Sobre o desempenho deste modelo desenvolvimentista para o campo, Queda identificou a seguinte questão:

(...) o seu desempenho pode ser considerado insatisfatório, do ponto de vista abstrato do bem-estar das famílias rurais, mas plenamente satisfatório se considera os interesses dos grupos que realizam a geração e estimulam a disseminação de informação e inovações (QUEDA, 1974, p.9)

Assim, pode-se afirmar que para os objetivos modernizantes, mediante uma visão elitista de progresso, a Extensão Rural cumpriu bem seu papel. A preocupação primeira não era com o bem-estar das famílias rurais, ou compartilhar com elas decisões sobre o destino do campo. Aprender sobre os modos de vida desses camponeses não era uma experiência enriquecedora para os extensionistas. Era uma forma de ter “chaves” de entrada neste universo rural. Esquadrinhar o modo de vida desses homens e mulheres e levar até eles informações e inovações, fazendo-os adotar os implementos agrícolas pelo convencimento e persuasão.

A aceleração desse processo modernizador tende a transformar, de forma radical, a maneira de produzir no campo. Consolida-se o complexo agroindustrial e a partir dele a geração de inovação levará em conta, de forma progressiva, os interesses dos setores industriais e financeiros (internos e externos ao País). Os interesses dos agricultores, mesmo daqueles em melhores circunstâncias, não serão os determinantes. Da mesma forma, os instrumentos de difusão desse progresso técnico deslocam-se da esfera pública para a esfera privada. (QUEDA, 1974, p.15)

Nessa visão, a inovação era um objeto de pesquisa que pretendia perceber como os fazendeiros ou produtores rurais incorporariam sementes híbridas ou passassem a usar agrotóxicos ou defensivos industrializados, substituindo as raízes e as crenças tradicionais. Nesse processo, alguns elementos eram primordiais, como: a inovação, a

comunicação entre os indivíduos e o tempo de adoção. A mudança social viria pela adoção e difusão das inovações.

Para efeito de comparação, podem-se buscar evidências dessa afirmação na história da Extensão Rural nos Estados Unidos. A Extensão Rural no Brasil possui uma proximidade muito grande com a história extensionista daquela nação. Os primeiros laboratórios, modelos de mudança, vieram de lá, tais como as instituições financiadoras da difusão dessas informações e tecnologias. A saber, as fundações Ford e Rockefeller tiveram um papel importante nessa configuração institucional, não só na agricultura, mas também na saúde e em certas ações da extensão.

O modelo de extensão dos Estados Unidos tentou articular ensino, pesquisa e assistência técnica. Nesse modelo, a agricultura passaria de uma atividade simples e auto-suficiente para uma atividade organizada com bases científicas e modernas. Uma mudança que ia da fabricação artesanal das fazendas, na qual se produzia tudo aquilo de que se necessitava, para o consumo e dependência cada vez maior do setor industrial, atando a lavoura à Biotecnologia (GOODMAN et al. 1990).

A Lei Hatch de 1877 favorecia o desenvolvimento das Estações Experimentais para as pesquisas agrícolas, e a Lei Smith-Lever, de 1914, que favorecia a montagem de um programa destinado a prestar serviços à agropecuária e à economia do lar.

Cabe recordar que, segundo Edwards (*apud* QUEDA, 1974) de meados do século XIX, a economia americana seria revolucionada graças a algumas ações, dentre elas estão a transferência de terras públicas para o domínio privado; o movimento colonizador em direção ao oeste; a invenção e popularização de máquinas e instrumentos agrícolas; a expansão de mercado interno-externo e o estabelecimento de agências de pesquisa relacionadas à agricultura. As bases científicas da Extensão Rural estavam lançadas. Queda (1974) deixou claro que as escolas agrícolas americanas não foram aceitas de imediato, porém, ao longo dos anos, suas raízes foram se aprofundando, e os profissionais formados nessas escolas podiam ser vistos como os co-responsáveis pelo sucesso da modernização agrícola norte-americana. A partir da formação desses profissionais, nos Estados Unidos, esboçavam-se ações para “convencer os agricultores dos benefícios que a educação agrícola e a aplicação das ciências agronômicas acabariam lhes proporcionado” (p.38). No Brasil não seria diferente. Para os agricultores, que estavam sendo envoltos por aquelas profundas mudanças, “a esperança era de uma agricultura mais eficiente que aumentasse a renda líquida”. (p.39)

Nos planos brasileiros de modernização do campo, a Extensão Rural veio inserida no debate Cepalino³ sobre as condições do atraso e as alternativas para sua superação. Exemplo nesse sentido pode ser citado nos documentos de uma conferência realizada em Teresópolis em 1945, da qual participaram desde o partido comunista a empresários, onde foram discutidos temas que iam do aumento da renda do brasileiro à continuidade do desenvolvimento e o combate ao “problema social do pauperismo a miséria”. Todavia:

As propostas dos empresários rurais continuavam exigindo que o Estado patrocinasse aquele desenvolvimento, mas sem reformar a estrutura fundiária. A ação do Estado deveria estimular a produção empresarial com base no modelo da grande propriedade. (QUEDA, 1974, p70-1)

Dessa forma, quando o projeto extensionista foi pensado para o Brasil, ainda segundo Queda (1974), a visão dos empresários rurais já estava claramente exposta: um desenvolvimento da agricultura ancorado na idéia de melhoramento e crédito rural. Nesse projeto, a Reforma Agrária era inteiramente desaconselhável.

A justificativa para esse projeto assentava-se no diagnóstico do atraso do setor agrícola em responder à crescente demanda da procura de alimentos e matérias-primas pelos setores industriais. Nesse plano, o agrônomo era o elo entre a população rural e a indústria que levaria ao milagre da difusão tecnológica (insumos e maquinários) com vistas no aumento da produtividade. A economista doméstica educaria as famílias para o consumo de mercadorias.

O projeto extensionista anunciava-se como uma proposta de educação para o campo, tal como nos Estados Unidos. Porém, Queda (1979) chama atenção para a seguinte concepção no Brasil: “o projeto educacional extensionista tem um caráter ideológico no sentido de um ‘complexo’ durável de representações e valores que pretendem justificar porque a sociedade brasileira é assim, ou precisa ser assim, e não de outra maneira. É um projeto preocupado com a industrialização da agricultura brasileira, preocupado com a expansão do sistema produtivo capitalista”. (p.129-0)

FONSECA (1985) caracterizou o trabalho da Extensão Rural no Brasil até os anos do Milagre Econômico, como um “projeto educativo para o capital” e definiu essa

³ Pensamento da CEPAL que defendia o fortalecimento do mercado interno e a industrialização no Brasil e na América Latina para um desenvolvimento autônomo nacional, ligada a uma modernização tanto no campo como nas indústrias para ter competitividade e crescimento (REIS, 2002, p.251).

“educação como um programa que tende a produzir mudanças no conhecimento e nas atitudes das pessoas para que possam conseguir desenvolvimento tanto individual quanto social” (p.50). Além disso, a autora percebeu a Extensão Rural como uma educação informal, que veiculou ideologias indispensáveis à permanência das classes dominantes no poder.

Nesse processo educativo estava em pauta “a elevação do conhecimento dos agricultores e seus familiares, o que levaria à adoção de novos hábitos e atitudes. Com tais objetivos, a extensão pela comunicação transmitia ao povo rural tudo o que os institutos rurais concluíam. Na extensão, a comunicação é o meio pelo qual o povo rural estabelece contato com a nova tecnologia, advindo, em consequência, uma mudança tecnológica permanente”. (p.39-0).

Como uma educação informal, entre 1948 e 1968, a Extensão Rural ganhou e firmou-se como uma instituição com a pretensão de “propósitos sociais” de retirar a população do campo de um possível “atraso”. No mesmo sentido, Masselli (1998) esclarece:

Genericamente, pode ser caracterizado pelo empenho em ganhar espaços e firmar imagem, tanto junto às classes rurais, como também junto às diversas instâncias administrativas do Estado. No plano do discurso, esse período enfatiza a melhoria do nível de vida das populações rurais e as características educacionais da ação extensionista. (p.30)

Pensando nessas características educacionais, Fonseca (1985) diz que a Extensão Rural se apresenta como instituição educadora cuja “função primordial no interior da sociedade é veicular mensagens que permitam a perpetuação ou a recriação de suas condições de existência” (p.26). Essa educação pode ser vista, na ótica de Pierre Bourdieu (2002), como uma reprodução, “leis sociais limitadas ao tempo e ao espaço, que duram enquanto durarem as condições institucionais que a sustentam” (p.82). Isso não implica em acreditar que a educação não traz mudanças. Mas evidencia como ela serve a um projeto político, ao ser orientada por ações que atendem a interesses e a objetivos que extrapolam sua função imediata. No caso da extensão no Brasil, em um período histórico específico, até o ano 2000, sua educação pode ser vista como uma prática pedagógica que visou difundir os produtos necessários para a realização do projeto de modernização industrial e capitalista.

A continuidade de mensagens de consumo tecnológico no interior das comunidades, do meio rural, implicou em reproduzir, dia após dia, por meio de práticas

de difusão, a aceitação e a adoção de insumos e novas tecnologia, para o aumento da produção e da produtividade.

A função da extensão é eminentemente educativa, pois tende a produzir mudanças nos conhecimentos, atitudes e destrezas nas pessoas, para que possam conseguir o desenvolvimento tanto individual como social. (FONSECA, 1985, p.50)

Essa função educativa visava mudar alguns comportamentos do “homem” no meio rural. Contudo, o foco da mudança foi sobre as práticas e os conhecimentos tradicionais, caracterizados e rotulados como atrasados e supersticiosos. Pois, “o que era tradicional passou a não ter mais valor e reconhecimento social e científico. Muitos aspectos que os pequenos agricultores de países pobres dominavam, perderam-se” (COELHO, 2005, p.70). Os extensionistas seriam agentes interventores nessa realidade. A intervenção aconteceria por meio do ensino de práticas vistas como “adequadas” diante dos avanços tecnológicos e científicos. Assim:

A política de Extensão Rural propunha a intervenção de agentes no meio rural tradicional com o objetivo de modificar o comportamento de seus habitantes, no sentido que esses adotassem práticas cientificamente validadas para a solução de seus problemas que, via de regra, implicavam aquisição de produtos e equipamentos industrializados. (FONSECA, 1985, p.29)

Fonseca descreveu os programas extensionistas como programas educativos cujas propostas teóricas buscavam conciliar trabalho e capital. Dessa forma, as ações extensionistas visavam a diluição das desigualdades, fazendo com que os problemas sociais fossem “assumidos por todos em comunidade, adiando mais uma vez o embate entre aqueles que fazem as leis e aqueles que vendem suas forças de trabalho” (FONSECA, 1984, p.54). Nesse significado, por exemplo, na Comissão Brasileira de Educação das Populações Rurais persistia a idéia de que o atraso nas zonas rurais advinha de uma escassa preparação do homem do campo. A partir de 1948, o ruralismo firmava-se na noção de uma escola rural e a Extensão Rural iniciava sua institucionalização como educação não-formal.

No período de Guerra Fria, para deter o avanço da ideologia socialista na América, houve grande investimento dos Estados Unidos em vários setores da América Latina, como na agricultura e na saúde. Intensificaram-se no Brasil, as relações de dependência ao capital internacional. Fonseca (1984) afirmou que:

O setor agrícola desempenhou uma função no desenvolvimento dependente, cujo carro chefe era o capital industrial, fator relevante na compreensão de como um projeto educativo para a zona rural pôde ser colocado a serviço da manutenção deste desempenho, que tinha no âmago a contradição entre o capital e o trabalho. (p.66-7).

Sem enveredar pela discussão da teoria da dependência⁴, pode-se dizer que a modernização da agricultura seguiu a mesma tendência da modernização que ocorreu anos antes nas cidades brasileiras. O olhar distorcido sobre o campo continuava. O atraso era a justificativa da adoção dos programas modernizantes pela difusão de tecnologia e informações. Essas propostas marcaram esse momento histórico indo até mesmo aos anos 60, quando a Revolução Verde chega ao Brasil.

Foram implantadas algumas experiências de crédito rural. Esse foi o trabalho implantado pela Associação de Assistência e Crédito Rural (ACAR) patrocinada pelo *American International of Economics and Social Development* e a Associação Internacional Americana (AIA), a partir de 1948, no Estado de Minas.

A AIA, junto com a Caixa Econômica Estadual, introduziu o Crédito Rural Supervisionado, que permitiu a realização das primeiras experiências de modernização do setor rural, considerado o pólo arcaico do sistema econômico e impermeável ao avanço de capital no campo. (LIMA, 1984, p. X)

De acordo com Lima (1984), para o agricultor ou produtor rural, a ACAR, em Minas era muito mais do que uma associação de crédito. Era a instituição com a qual se conseguiam empréstimos, vacinas e medicamentos. No início, ela auxiliava na organização de hortas domésticas e oferecia aulas de corte e costura, quando as filhas aprendiam a fazer as próprias roupas. A partir de 1952, a Extensão passa a explicitar seu objetivo de educar: “a educação estava voltada para a produção. Educação para o bem-

⁴ Essa teoria tinha como principal problema a ser analisado o “como conciliar dependência e industrialização”? A teoria da dependência é fruto dos estudos e investigações de Fernando Henrique Cardoso em co-autoria com Enzo Faletto. Essa teoria colocava-se como uma proposta de superação dialética das teses Cepalinas que previam o desenvolvimento econômico-social latino-americano dentro do capitalismo-dependente por meio da aliança entre a burguesia brasileira e a burguesia internacional, vendo como um caminho positivo a aproximação e não a luta contra os capitais internacionais. O capital estrangeiro traria tecnologia, financiamentos, empregos, e abasteceria o mercado interno. O mercado interno só poderia ser dinamizado pela sua internacionalização. (REIS, 2002, p.253-5)

estar social, ou seja, educação para a produção e para o consumo”. (FONSECA, 1985, p.95).

Essa experiência de Minas Gerais iria se espalhar para outros Estados do Brasil até que, em 1956, foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Em 1963, muda o sentido do crédito e foi implantado o Crédito Rural Orientado para produtos. Em 1974, a ABCAR, que também tinha sido patrocinada pela AIA, foi substituída pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), instituição sobre controle total do Estado. Com a Extensão Rural funcionando como difusora de tecnologias industriais, a modernização se intensificou.

Nesse contexto de expansão capitalista, a tecnologia surge como elemento de reproduzir, aqui, as etapas de transformação econômico-social do processo de desenvolvimento das nações centrais. Com base nessa ideologia, a literatura difusionista da época enfatizava a necessidade de modernizar o setor rural, tido como “atrasado”, “tradicional” e “resistente”, através da transferência de novas tecnologias, constituindo o que veio a ser “o modelo de difusão” que tem sido a base do processo modernizatório da agricultura brasileira. (LIMA, 1984, p.3).

Assim, como instrumento capacitado para colocar a sociedade agrária no ritmo do mercado, a extensão ajudou a transformar “o produtor”, figura social genérica, para:

...que ele deixasse de ser parado e retraído e passasse a produzir mais, com mais qualidade e menos tempo, para que com isso passasse a obter mais rendimentos que lhe permitissem consumir adubos, vacinas, equipamentos para continuar produzindo e conseqüentemente produzindo. Evidentemente, para o agricultor, isso trazia mudanças violentas, que se refletiam diretamente no seu modo de vida, na sua forma de produzir, exigindo-lhe ainda que aprendesse também a consumir produtos industrializados. (FONSECA, 1985, p.96).

A ação educativa da Extensão deveria viabilizar mudanças na mentalidade do “homem no campo”. Os créditos lhes possibilitariam consumir os produtos da Revolução Verde e conseqüentemente modernizar o meio rural. Ou seja, a extensão fomentava a produção sob os auspícios do Estado brasileiro.

Queda (1974) afirmou que “Extensão Rural transformou a questão política em assistência social” (p.144). As “classes rurais” figuram de linguagem também genérica, aliadas aos novos setores dominantes do meio urbano, possuíam também sua visão de mundo. Queriam mudanças sem alteração na estrutura fundiária: “a terra e o poder sempre estiveram juntos e deveriam continuar assim” (p.85).

Perceber o caráter ideológico e classista incorporado pela instituição rural, contraditoriamente manifestado como instituição produtiva e neutralidade política ajuda a compreender os princípios teóricos de suas motivações institucionais. Rogers (1977) foi o grande mentor dessa equação elaborando um modelo difusionista e inovador nas zonas coloniais a partir da adaptado das concepções de sistema de Talcott Parsons e de trabalhos desenvolvidos por sociólogos e antropólogos, principalmente ingleses, no final do século XIX e início do século XX (FONSECA,1985) . Sob essa concepção:

Em essência, o paradigma de Rogers fornecia uma proposta teórico-metodológica para conseguir, em menos prazo, que os habitantes de áreas tradicionais ou subdesenvolvidas modificassem seus comportamentos pela adoção de práticas consideradas cientificamente válidas para a solução de seus problemas e conseqüentemente o alcance do desenvolvimento econômico-social. (p.46)

A experimentação empírica e a valorização do trabalho prático eram de suma importância para os técnicos, “pois em última instância, o trabalho extensionista dependia da consciência que os técnicos deveriam ter da envergadura da missão que cumpriam” (FONSECA, 1985, p. 90).

De maneira sucinta, é possível afirmar que o projeto extensionista possuía uma ideologia bem definida que não estava somente assentada na proposta americana original, mas que coadunava com a visão das elites nacionais, que, hegemonicamente, dominaram as políticas públicas do Estado brasileiro depois da Segunda Guerra e, principalmente, durante o regime militar e até meados dos anos 80.

Diante de uma extensão pautada no objetivo difusão/ inovação tecnológica industrial, as críticas vieram a partir da visibilidade dos impactos degradantes e socialmente excludentes. Na década de 70, com base nas obras de Paulo Freire, algumas questões em relação à Extensão Rural floresciam, dentre elas, o questionamento se seria possível uma Extensão como comunicação. A prática do extensionista foi por ele questionada e o “agricultor”, passou a ser merecedor de outra forma de abordagem. Isso tudo implicou na conduta do técnico, a qual teria que mudar. Nesse momento, a extensão pôde perceber, a partir dessa crítica, que era possível e necessário repensar suas formas, metodologias e o sentido político de seu trabalho. Ficou evidente, para alguns profissionais, que não se tratava mais de um trabalho com as “genéricas classes rurais” ou o “genérico produtor rural”. Para esses profissionais, ficou evidente uma

sociedade de classes, distintas e desiguais, e que qualquer processo de mudança, implicava em lidar com contradições, interesses e ideologias distintas.

2.3. DESAFIOS DO AGIR EXTENSIONISTA

“O trabalho do agrônomo educador é tentar, simultaneamente com a capacitação técnica, a superação da “doxa”, pelo “logos” da realidade. E tentar superar o conhecimento preponderantemente sensível por um conhecimento, que, partindo do sensível alcança a razão da realidade”.

Paulo Freire

Mediante o histórico da Extensão Rural no Brasil, nessa parte a descrição volta-se para a ação prática do extensionista. Sobre essa prática, o termo “comunicação” aparece como recorrente em debates na extensão rural. Contudo, ele não pode ser tomado apenas como questão estratégica, como forma independente do conteúdo comunicado e do sentido a ele atribuído.

Nesse sentido, Freire (1975) aponta para o problema da comunicação na medida em que ela “implica em uma reciprocidade que não pode ser rompida. Comunicar e comunicar-se em torno do significante e do significado. A expressão verbal de um sujeito tem que ser percebida dentro de um quadro de significativo comum a outro sujeito (...). Se não há esse acordo entre os signos, como expressão dos objetos significados, não pode haver compreensão entre os sujeitos, o que impossibilita a comunicação” (p.67). Por isso, “a comunicação verdadeira não é a transferência de conhecimento; mas a co-participação de um sujeito a outro no ato de compreender o significado do significado” (p.70). Assim, “não há uma possibilidade comunicativa, se entre os sujeitos interlocutores não se estabelece a compreensão em torno do significado do signo”. (p.71).

Já em Habermas (*apud* ANDREWS, 2005) o termo “comunicação” refere-se a uma teoria acerca da ação.

Em sua teoria social crítica Habermas sustenta duas formas possíveis da ação social: a estratégica e a comunicativa. A ação estratégica corresponde ao modelo descrito por Weber para a ação cuja racionalidade é voltada para fins (*Zweckrationalität*) na qual o ator busca nela seus objetivos e, para isso, leva

em consideração as ações dos demais indivíduos. **A ação comunicativa por outro lado, está orientada para o entendimento mútuo, ou seja, os atores sociais buscam harmonizar suas ações por meio de discursos que consistem na apresentação crítica e obtenção de consenso sobre reivindicações de validade. (...) A ação comunicativa trata-se de uma relação sujeito-sujeito.**” (p.272). (grifo nosso)

Ação comunicativa, bem como ação instrumental, são conceitos sociológicos habermasianos que buscam explicar modalidades de ação diferenciadas que acontecem no que ele explica como esferas sociais da sociedade moderna: o mundo da vida e o mundo sistêmico. A ação comunicativa, ou a racionalidade comunicativa, é própria do mundo da vida cotidiana. Essa ação é voltada para o entendimento e possibilita a criação de novas concepções nas interações sociais. Já a ação instrumental, pertence a uma racionalidade estratégica, é dirigida a fins, è própria das esferas econômica e política. Essa ação tem uma finalidade pré-definida ao momento das interações e não é racional qualquer questionamento dos fins.

Habermas (2002) esclareceu que, no mundo da vida, a linguagem tem papel de valor articulador das interações, já nas esferas sistêmicas o sentido das ações gira em torno do dinheiro (economia) e do poder (política). Enquanto o mundo sistêmico garante a reprodução material da sociedade, no mundo da vida é que se dá a possibilidade de surgimento das mudanças e da criação. Por isso, concretamente, não se pode prescindir desses dois tipos de ação.

Contudo, o problema se instala quando há colonização sistêmica do mundo da vida, entendida por Habermas (1989) como uma patologia da sociedade moderna industrial. Esse problema implica em questões de natureza ética e pode ser superado se, nas interações sociais, forem criados espaços nos quais os atos de fala são possíveis sem coerção.

Do ponto de vista ético, na prática do mundo da vida, a ação comunicativa se faz por meio de interações linguisticamente mediadas e voltadas para o entendimento. Habermas (1989) hierarquizou essas ações, pois para ele uma ética discursiva coloca a ação comunicativa precedendo ações instrumentais ou estratégicas. Todavia, essa assertiva só é verdadeira se o propósito for a constituição de homens com autonomia de julgamento e discernimento, ou seja, de seres capazes de autonomia moral.

A partir desses conceitos, pode-se dizer que na prática da Extensão Rural, nem sempre a comunicação se fez no sentido de viabilizar intervenções dialógicas. A ação

comunicativa alterna-se com ações estratégicas⁵ e, por isso, fazer extensão não significa apenas “comunicar eficientemente algo já conhecido”, nem tampouco apenas técnicas de persuasão manipuladoras dos interesses sociais em jogo.

Paulo Freire, na década de 70, ao produzir material de estudo para técnicos agrícolas, no Chile, problematizou a questão: Extensão ou Comunicação. O ponto central desse trabalho era a relação entre técnico e camponês.

Dessa forma, ele opõe o conceito de Extensão ao de Comunicação, afirmando que o primeiro transforma o homem em coisa, em objeto. Nessa coisificação, o homem deixa de agir sobre o mundo e deixa de produzir conceitos e códigos que expliquem esse mundo para si mesmo e para os outros. Para tanto, Freire fez a seguinte afirmação:

“No processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com que pode, por isso mesmo orientá-lo (...). A capacitação técnica só pode ser assinalada em uma perspectiva humanista e científica, se inserida dentro de uma realidade cultural total.” (FREIRE, 1975, p.13)

Freire coloca o camponês na posição de quem aprende e também ensina. Uma visão dialética nas intervenções entre técnico e camponês. A Extensão é denunciada por Freire como uma invasão cultural, quando se faz por um caminho de mão única, no qual o técnico é colocado como única fonte. Nessa concepção, não há trocas com o camponês. Numa análise gnosiológica da Extensão, percebe-se que sua prática vai além da questão de assistência técnica e inclui outras dimensões, como educação, participação, metodologia participativa e diálogo.

A Extensão como forma de “estender algo a alguém” é uma contradição à idéia de uma educação para a autonomia, pois persuadir o agricultor a adotar uma determinada tecnologia, a qual ele desconhece, é destituí-lo da condição de sujeito do conhecimento e transformá-lo em agente do conhecimento alheio. Para Freire é impossível conciliar educação com persuasão.

A persuasão é um ato de domesticação, contrário à educação como prática de libertação. A tarefa do agrônomo-educador corresponde à comunicação, contrária à domesticação. O agrônomo como especialista nas relações homem-mundo colocaram sua importância junto aos camponeses para lograr a substituição de suas formas de enfrentar a natureza. (FREIRE, 1975, p.24)

⁵ Mais detalhes sobre a teoria da ação comunicativa de Habermas, ver Freitag (1992).

A persuasão tem, então, seus limites e está muito ligada à idéia de sedução do outro. Contudo, é a pessoa que se seduz (PARRET, 1991). Ao persuadir o outro, ela é seduzida ao ponto de que não tenha mais argumentos e aceite aquilo que está sendo levado a ela como algo que resolverá seus problemas. Segundo Parret, o argumento do sedutor é por excelência “prometo-lhe que” (p.18).

Paralelamente à idéia de persuasão, que é uma característica própria das interações lingüisticamente mediadas, tem-se a idéia de manipulação, que contempla outra natureza da ação, por fazer o uso do outro, e não o convencimento do outro. A persuasão passa a ser manipulação quando há omissão de informação e inverdades como estratégias de convencimento. Deixa-se uma ação comunicativa voltada para o entendimento e assume-se a trilha da ação estratégia voltada para a afirmação eficaz de um fim inquestionável.

Nessa distinção entre persuasão e manipulação, muitas vezes, nos dias de hoje, o discurso do extensionista já não mais seduz, pois nem todo problema ele sozinho ou a tecnologia conseguem resolver. É fácil passar de persuasivo para manipulador, pois, na maioria das vezes, ele está preparado para levar o conhecimento, levar a solução ou a tecnologia para o campo justificando-se na promessa de mudança, de transformação.

Na forma de manipulação, o camponês, o agricultor, passa a ter uma visão parcelada da realidade. Ao receber do extensionista propostas prontas e produtos da tecnologia como um segredo, ele se vê seduzido, ora pelas novidades da Revolução Verde, ora pelas promessas de modernização, ou conquistas de melhores condições de vida. Nesse processo, os agricultores perdem, a cada dia, sua autonomia, e ficam, cada vez mais, dependentes, reféns da difusão de inovações, sejam elas técnicas, tecnológicas ou político-organizativas. Essa manipulação faz com que:

A percepção parcializada da realidade rouba ao homem a possibilidade de uma ação autêntica sobre ela. De outro lado, o conhecimento “esperenciado” dos camponeses se encontra igualmente condicionado. (FREIRE, 1975, p.34)

Contra essa Extensão, que pode ser vista como uma invasão e provocadora de uma percepção parcializada da realidade por parte do camponês, Freire (1979) afirmou que a dialogicidade seria o caminho para sair da domesticação cultural. Assim, o diálogo seria um novo caminho, bem distante da equação “invasor que prescreve e invadindo que é paciente ” (p.42), Freire definiu o diálogo como:

...o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformando-o, o humanizam para a humanização de todos. Este encontro amoroso não pode ser por isso mesmo, um encontro de inconciliáveis. (FREIRE, 1975, p. 43).

O agrônomo educador seria inviável, quando se acredita que esse trabalho demandaria mais tempo na organização e planejamento de suas ações para tomada de decisões em grupo, todavia, a teoria de Freire foca mais a necessidade de compreensão do significado da autonomia do camponês por ser ela parte importante para sua permanência no campo.

Além da questão da autonomia, a aproximação entre técnico e camponês é um processo mediado por uma rede institucional. A busca de soluções para os problemas cotidianos não poderia implicar anulação dos conhecimentos um do outro. Mais do que um diálogo meramente consultivo, de perguntas e respostas, a ação comunicativa, implica na co-participação dos sujeitos, se estiver voltada para o entendimento e para a compreensão.

Nas abordagens realizadas pelos extensionistas, no período da Revolução Verde, a orientação era do tipo ação instrumental exclusiva. Nesta época, as idéias de Rogers (1974) e sua teoria sobre os elementos de difusão foram utilizadas para orientação dos técnicos na relação do trato com os camponeses. A comunicação que externava era restrita à difusão de idéias novas. A inovação foi definida por ele como aquilo “percebido como novo”. A difusão seria, assim, um tipo especial de comunicação na qual as inovações se estenderiam de uma fonte aos receptores. Essa ação instrumental é oposta à dialogicidade proposta por Paulo Freire, bem como da ação comunicativa de Habermas.

Assim, quando os extensionistas discutem comunicação como apenas uma técnica persuasiva dirigida a um fim determinado pelo técnico, eles transformam a prática extensionista numa ação instrumental e estratégica, ou seja, direcionada a fins previamente definidos pelo técnico. Essa conduta pode ser interpretada como forma de colonização sistêmica do mundo da vida, da dinâmica do espaço de criação de alternativas, um lugar de dominação. Ao modo como Rogers orientou, esse tipo de ação promove mudanças sociais pela inovação, e não pelo questionamento da inovação. Dessa forma, o outro, aquele atingido pelas intervenções, é posto como um ser **incapaz** de decisão e conhecimento relevante:

Concretamente se descobriu que os meios de comunicação de massa servem para criar consciência entre as pessoas de uma nova idéia e os canais entre as pessoas servem para combinar atitudes ante a inovação. (ROGERS, 1974, p.14) (grifo nosso)

Em Rogers, a finalidade da comunicação era de agir sobre as populações, a fim de se criar canais que as obrigassem a adotar um plano, uma política ou uma tecnologia, percebidas como inovação.

Numa outra perspectiva, a teoria da ação comunicativa prevê uma ética discursiva que privilegia a “função da interpretação mútua”, pois que, desse modo, consegue-se uma nova definição da situação, na qual todos os ouvintes podem partilhar as idéias e as impressões. Nos atos de fala, um discurso verdadeiro não surge, *a priori*, da experiência partilhada, mas sim, da experiência e da busca do entendimento.

No pensamento de Freire (1975), para que o trabalho dos técnicos não se transforme numa invasão cultural, ele tem de criar a possibilidade de “uma presença curiosa do sujeito face ao mundo. Conhecer é tarefa de sujeitos e não de objetos. No processo de aprendizagem se aprende verdadeiramente quem se apropria do apreendido e reinventa-o.” (p.27).

Contudo, como visto no histórico apresentado anteriormente, o mais convencional e instituído pela prática da Extensão foi a prática orientada para se alcançar alguma finalidade definida pelo técnico e pelas políticas de crédito, finalidade essa que, às vezes, não era a finalidades ou prioridade do agricultor. Daí porque fazer com que o agricultor acatasse as propostas e intervenções, sentidas pelo técnico como orientações quase “divinais e providenciais”. Esse *habitus*, tecnicista e transferidor, orientado para um tipo de progresso no campo, considerou durante muitos anos, e ainda considera, o conhecimento popular como credence e atraso.

Pierre Bourdieu compreende por *habitus* “estruturas mentais através das quais eles [*os agentes*] apreendem o mundo social, são em essência produto da interiorização das estruturas do mundo social.”. Por isso, “O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas”. Em conseqüência, o *habitus* “(...) produz práticas e representações”. (BOURDIEU, 1990, p.158).

Essas representações, no extensionista, na maioria das vezes, colocam-no como o messias, como o salvador da lavoura. Nessa perspectiva, o técnico detém o

conhecimento e o agricultor nada sabe. A ação dialógica não faz parte desse perfil profissional.

Na visão de CAPORAL (2004) e COELHO (2005), para enfrentar os novos desafios do rural no Brasil de hoje, a ética⁶ extensionista urge passar em revista suas motivações e expectativas quanto aos fins de seu trabalho. Em suas ações de intervenção social, a transparência, a sinceridade, a solidariedade e a cooperação são atributos indispensáveis à sua prática, pois sem eles não se criam as condições para uma ação comunicativa verdadeira. A ela estão associados propósitos mais amplos que até então não eram colocados como de sua competência, tais como a mediação, a orientação para a autonomia e ações participativas.

Assim, os conhecimentos sociais e técnicos, adquiridos na formação, não podem estar dissociados da prática. Nesse sentido, OLIVEIRA (1990) esclareceu que “saber e ética são temas indissociáveis. O convívio intelectual voltado à produção do conhecimento pressupõe sempre um acordo entre pares. O que significa envolver uma ética” (p.9).

O comportamento ético no agir é muito mais do que bom senso. É perceber que ao lidar com o outro, que é diferente e igual a si mesmo, no caso de agricultores familiares ou assentados, geram-se expectativas. Por isso, o compromisso ético, que questiona motivos e conseqüências, exige uma nova postura diante do contexto da Reforma Agrária. Contudo, em qualquer contexto, ações de intervenção não se fazem na neutralidade. Como disse Oliveira (1990, p.16), “a civilização tecnológica atingiu todos os povos e culturas com uma problemática ética em comum, sem levar em consideração as culturas e tradições morais de cada grupo”.

As discussões sobre o comportamento ético do extensionista e sua relação com o camponês, evidenciam qual a importância de percebê-lo como agente portador de conhecimento e isso remete a necessidade de mudanças. Mudanças foram sugeridas para o extensionista e para a Extensão mediante as críticas dos impactos negativos da Revolução Verde. No Estado, mudanças ocorreram, em parte, por pressões de movimentos sociais, mas também pelas próprias mudanças no projeto de Estado em vigor nos anos recentes.

⁶ Em uma definição mais estrita de ética tem-se “um conjunto de princípios e valores que guiam e orientam as relações humanas. Esses princípios devem ter características universais, precisam ser válidos para todas as pessoas. (...) a ética é mais abrangente do que a moral legitimada pela sua racionalidade.” (RODRIGUES, 1994, p.13).

Nesse momento, não se poderia deixar de tocar no processo neoliberal dos anos 90, que se pautou na perspectiva do Estado mínimo e na globalização econômica, em grandes mercados, como havia sinalizado o Consenso de Washington de 1992. Nesse contexto, a Extensão Rural perdeu seu espaço enquanto instituição estratégica, ficando sem recursos e diminuindo seus quadros. Contudo, é nesse mesmo contexto que se intensificam as lutas dos movimentos sociais do campo e pela Reforma Agrária. Esse contexto fez retornarem os debates sobre o **como** e o **porquê** da Extensão Rural.

A partir das idéias de Keohane e Ostron, Muniz (1999) dizia que “o papel do extensionista rural é construir um arranjo institucional que permita a cooperação entre os participantes dos diferentes níveis, envolvendo-se com diferentes instituições e contratos de manutenção de cooperação” (p.60). E esse papel não se desempenha aleatoriamente, mas está intimamente vinculado à definição de políticas governamentais, que, por sua vez, não ignoram a importância do conhecimento local dos participantes e nem subestima suas habilidades para solucionar problemas que envolvam uma ação coletiva. Por isso, a redefinição das funções da extensão rural está condicionada à construção da organização local. Esta seria a inovação que de fato permite organizar sistemas de conhecimento interativo, definir regras e processo de cooperação, elaborar arranjos institucionais alternativos e implementar, principalmente, mecanismos de envolvimento de ações representativas. Isso só é possível, se há a pressuposição de que existe ausência da capacidade de organização autônoma dos grupos sociais ou da sociedade na qual a extensão rural, enquanto instituição, se efetiva.

2.4. EM PAUTA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

“Busca-se um extensionista que seja um agente ‘facilitador’ e consultor. O novo profissional deverá ter capacidade de pesquisar e identificar e fazer disponíveis aos agricultores e suas famílias, um conjunto de opções técnicas e não técnicas”.

Francisco Roberto Caporal.

Depois de apontar as principais marcas constitutivas da instituição Extensão Rural no Brasil, é interessante descrever como o processo de descentralização e

reestruturação do Estado no Brasil, a partir de 2003, configurou, nas políticas públicas, o tema da “transição agroecológica”.

Caporal (2004) esclarece que “a agroecologia vem se constituindo como enfoque alternativo, tanto para os estudos do desenvolvimento rural como para o estabelecimento de uma nova forma de ver e entender o desenvolvimento agrícola na perspectiva da sustentabilidade” (p.58).

Temas como agroecologia, desenvolvimento sustentável, dentre outros, têm fundamentado o programa de ATES, que orienta o trabalho de assessoria a assentamentos de Reforma Agrária.

O Desenvolvimento Sustentável e suas nuances levaram alguns críticos a concluir que a Extensão Rural teria de passar por algumas mudanças profundas em suas expectativas e na definição de suas funções. Essa proposição surgiu devido a um diagnóstico que permitiu perceber que o processo de modernização do campo levou à degradação ambiental, ao aumento das diferenças sociais no campo e ao êxodo rural. Até então, as mudanças urbanas, a necessidade de uma reforma agrária e a necessidade de distribuição equitativa de renda e terras não fizeram parte dos itens problematizáveis pela Extensão Rural.

A justificativa primeira para a proposta de uma transição agroecológica se deu em torno dos problemas ambientais ocasionados por uma modernização no campo que não tinha em pauta pensar nos impactos ocasionados ao meio ambiente. Assim, as opiniões e formulações de uma política de transição se dividem em duas correntes: “Oficialista e Conflitista. A primeira está preocupada com o crescimento econômico e com as taxas de produtividade agrícola. A segunda defende que o desenvolvimento para ser sustentável deve atender, entre outros requisitos ao da equidade social, produtividade e sustentabilidade ambiental”. (CAPORAL, 2004, *passim*).

De acordo com Caporal (1998), o aparato extensionista deveria reconhecer as necessidades da sociedade. Entretanto, as orientações para os agentes que iriam trabalhar com essa realidade ainda não estavam muito bem incorporadas na época de sua pesquisa.

Ainda é evidente a divisão de opiniões. Uma corrente defende a **intensificação verde** ao perceber na transferência de tecnologia uma alternativa que aumentaria a produtividade controlando os danos ambientais. Nessa concepção transfere-se à “ação extensionista à responsabilidade na transferência de tecnologias e práticas ambientais mais amigáveis, testadas e recomendadas pelos centros oficiais”. (p.53-4)

De acordo com Caporal e Costababer (2007), o entendimento de Agroecologia como uma ciência que estabelece bases para um estilo de agriculturas e de estratégias de desenvolvimento mais sustentáveis tem sido dificultado em razão de algumas visões reducionistas do termo “Agroecologia”, mascarando as potencialidades dessa nova ciência. Nesse sentido, os autores citam exemplos de frases equivocadas como: “existe mercado para a Agroecologia”, “a Agroecologia produz tanto quanto a agricultura convencional”; “a Agroecologia é menos rentável”; “a Agroecologia é um novo modelo tecnológico”; e até expressões do tipo “Agroecologia é uma política pública” ou até “vamos fazer uma feira de Agroecologia”. Na realidade, a Agroecologia deve ser entendida como propõem diversos autores como: Altieri, Guzmán, Gliessman dentre outros, que são referenciados em Caporal e Costababer (2007). Assim, esses autores esclarecem que a Agroecologia é:

(...) um enfoque teórico e metodológico que, lançando mão de diversas disciplinas científicas pretende estudar as atividades agrárias sob uma perspectiva ecológica. Sendo assim, a Agroecologia, a partir de um enfoque sistêmico, adota o agroecossistema como unidade de análise tendo como propósito, em última instância proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) para apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agricultura sustentáveis. Então, mais do que uma disciplina específica, a Agroecologia se constitui num campo de conhecimento científico.” (p.11-12)

Essa concepção de Agroecologia exige uma aproximação multidisciplinar, pois lida com a conscientização dos atores sociais, e foge, assim, dos enfoques convencionais, de transferência de pacotes. Dessa forma, “cabe ao extensionista perceber que a ciência formal não é a única forma de conhecimento”. (CAPORAL, 1998, p.58) A nova Extensão Rural proposta hoje nas políticas públicas aproxima-se dessa concepção agroecológica e tem como princípio fundante a aprendizagem sobre o mundo, transformando as relações do homem com o meio ambiente na perspectiva de uma agricultura que não afete de forma negativa a natureza.

Dias (2006) esclarece que essa concepção de extensão rural viabiliza:

(...) uma intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social, mediante a qual os sujeitos dos processos buscam a construção e a sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade. Ela tem o objetivo de alcançar o modelo de

desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas envolvidas no seu manejo. (p.33)

Caporal (1998) definiu a missão dessa extensão rural:

A missão da extensão rural agroecológica é compreender a realidade da vida das famílias, reconhecimento dos agroecossistemas, resgate do conhecimento local, participação como direito e a nova extensão se garantindo como sistema educativo. (p.66-67)

Essa “nova” Extensão Rural tem como dever procurar, em seus pressupostos e ideologias orientadoras, uma política de desenvolvimento local e municipal, integrando agricultores familiares, assentados ou não. São esses pressupostos que estão dispostos no programa de ATES, e que por sua vez, deveriam orientar as prestadoras, bem como os profissionais envolvidos com o programa e suas relações com os assentados.

2.5. A EXTENSÃO RURAL NA PAUTA DAS REIVINDICAÇÕES DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.

“Graças a um contrato pelo qual percebem certas percentagens dos produtos, ali ficam anônimos_ nascendo, vivendo e morrendo nas mesmas quadras de terra __perdidos nos arrestadores e mocambos; e cuidando, ávida inteira, fielmente dos rebanhos que lhes não pertencem. O verdadeiro dono, ausente, conhecendo-lhes a fidelidade sem par, sabe-lhes, quando muito, os nomes”.

Euclides da Cunha.

Diante do histórico sobre a Extensão Rural no Brasil, far-se-á também uma descrição sucinta da luta pela terra a fim de compreendermos como se deu o processo de constituição do serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES como uma proposta para os assentamentos de Reforma Agrária.

Desde os anos 50 do século XX, o debate sobre a Reforma Agrária no Brasil intensificou-se e não ficou restrito às elites intelectuais. Com as ligas camponesas, a

Reforma Agrária se tornou uma demanda ampla em disputa por diferentes forças sociais.

Na visão do Partido Comunista do Brasil, era eliminando o latifúndio que a Reforma Agrária ocorreria no sentido de uma proposta de revolução orientada pela Internacional Socialista:

... significado do termo latifúndio definia as orientações da reforma agrária ou luta por ela, por parte do PCB no Brasil. Eliminar o latifúndio era, segundo os intelectuais do PCB, um passo necessário dentro o conjunto de transformações necessárias, que o país deveria passar para realizar uma revolução de caráter democrático burguês. (MEDEIROS, 2003, p.15)

Contrário a essa concepção de Reforma Agrária, Medeiros (2003) afirmou que “as ligas camponesas foram expressão política de conflitos que se expandiram na Zona da Mata nordestina, em especial nas áreas próximas ao Agreste, viviam um momento em que as mudanças nas relações tradicionais”. (p.17). Intensificavam-se e as contradições com os latifundiários da cana não permitiam pensar em qualquer tipo de aliança.

Os camponeses, tradicionalmente explorados pelos latifundiários, viram em Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, outro comando na luta em combate ao latifúndio. Esse grupo “defendia o campesinato como ator político no cenário nacional, que constituiria o primeiro passo para uma revolução socialista no país” (MEDEIROS, 2003, p.18). O movimento camponês ganhou espaço a partir dos anos 60, sendo que o espaço da Reforma Agrária passou a ser disputado entre Ligas Camponesas, PCB e Igreja Católica, ainda motivada pelas idéias da corrente teológica católica da Teologia da Libertação. Porém:

O rápido processo de modernização trouxe consigo a expropriação de uma parcela significativa dos trabalhadores que viviam no interior das fazendas (como colonos, moradores, parceiros, arrendatários). As grandes empresas que comprovam ou obtinham concessões de os posseiros que lá viviam e restringir as dimensões dos territórios ocupados por grupos indígenas, ampliando o campo de conflito. (MEDEIROS, 2003, p.25)

Nesse rápido processo de modernização do meio rural os conflitos no campo cresceram. O processo de expropriação das famílias rurais foi intensificado, conseqüentemente aumentou a concentração de terras nas mãos de grandes empresas e grandes latifundiários. Do outro lado, os trabalhadores rurais se organizaram mais e

mais em busca de seus direitos. Em primeiro lugar a reforma agrária passa a ser vista, pela esquerda, como a solução para os problemas no campo. Em 1961, diversos movimentos, Ligas Camponesas, Associações de Trabalhadores e Trabalhadoras Agrícolas e o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra), se reúnem em Belo Horizonte-MG convocados pelo ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas) e firmam no conclave uma declaração, na qual a reforma agrária aparece em primeiro plano:

... a fim de superar a atual situação de subdesenvolvimento crônico, de profunda instabilidade econômica, política e social, e, sobretudo para deter a miséria e a fome crescentes e elevar o baixo nível do povo em geral e melhorar as insuportáveis condições de vida e trabalho a que estão submetidos os camponeses, torna-se cada vez mais urgente a imperiosa necessidade da realização de uma reforma agrária que modifique radicalmente a atual estrutura agrária e as relações sociais imperantes no campo.(VEIGA, 1981, p.74).

Em 1973, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), em pleno governo militar do General Médici, “realiza seu segundo congresso onde a bandeira da Reforma Agrária é erguida de forma inequívoca” (VEIGA, 1981, p.74). A Contag, segundo Medeiros, buscava uma reforma agrária ampla e massiva, imediata. Em 1985, foi elaborado o PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) durante o IV Congresso da Contag, que expressava e indicava o compromisso com as alterações da estrutura fundiária. Esperava-se, com o PNRA, o seguinte:

O programa básico do PNRA era o de assentamento de trabalhadores em imóveis desapropriáveis. O objetivo era apresentar, no prazo de 15 anos, assentar sete milhões das 10,5 milhões de familiares trabalhadores rurais Sem terra. O restante estava empregado no setor empresarial da agricultura, como assalariados. Esperava-se que houvesse um enxugamento do mercado de trabalho, e uma elevação dos salários dos que nele permanecessem. (MEDEIROS, 2003, p.35)

Enquanto a Contag diminuiu o ativismo no governo Sarney, o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) fez inúmeras invasões em Santa Catarina. Em oposição à reforma agrária nasceu a União Democrática Ruralista (UDR) defendendo os interesses dos latifúndios, usando a força.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, a violência policial em relação às ações dos trabalhadores rurais resultou nos massacres de Corumbiara e Eldorados dos Carajás no Pará. Nesse período, destaca-se também a retomada das ocupações por parte

do MST e de outras entidades dissidentes deste movimento ou que surgiram paralelamente a ele. (MEDEIROS, 2003).

A partir desse momento, foram introduzidos ou criados instrumentos que tinham como intenção cercear as ações do movimento que forçavam a aceleração nos processos de acesso à terra. Regulamentações foram produzidas. Em 1999, em um documento denominado “Novo Mundo Rural” a nomenclatura “agricultores familiares”⁷ passou a ser utilizada, caracterizando e identificando todos os produtores que antes eram denominados pequenos agricultores. A base desse documento era o desenvolvimento do campo por meio da expansão da agricultura familiar. O PROCERA foi extinto e os assentamentos passaram a ser atendidos pelo Plano Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF). As pressões dos movimentos de luta pela terra aumentam. Intensificam-se a implantação de assentamentos. Todavia, ainda em número insuficiente diante do número de marginalizados e do número e tamanho de latifúndios no país. No entanto;

... os assentamentos criados nos últimos 20 anos estão longe de confirmar o que se poderia chamar de um processo efetivo de reforma agrária, se entendermos por tal transformações significativas na estrutura fundiária . Quando muito houve mudança local, como é o caso de alguns municípios do Pontal do Paranapanema. (BERGAMASCO *apud* MEDEIRO et al., 1999)

Todavia, colocar as famílias de agricultores sem terra em assentamentos não é suficiente para devolver-lhes a dignidade. A manutenção de uma família no campo depende de outros fatores, dentre eles a reaprendizagem ou a aprendizagem no trato com a terra, os controles de pragas e a recuperação do solo, a reconstrução das redes de solidariedade e reorganização do tempo entre o trabalho, ligação com o movimento e criação da família. Esta observação remete a Freire que fez o seguinte alerta:

⁷ Marcelo Miná Dias (2006, p.8) “é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento (ABRAMOVAY, 1998). É considerada uma estratégia de organização social da produção no espaço rural que realiza o processo de produção por meio da força de trabalho da família, caracterizando um ambiente de unidade, interação e interdependência da família em relação à unidade de produção. Na agricultura familiar, não há especialização e divisão clássica, formal e hierárquica do trabalho e entre a atividade administrativa executiva, predominando a participação solidária e co-responsável de todos os membros da família na organização e funcionamento do conjunto de sistemas família - unidade de produção. (Furtado e Furtado,2002)”.

Somente a ingenuidade tecnicista ou mecanicista pode crer que, decretada a reforma agrária e posta em prática, tudo o que antes foi já não será; e que ela é um marco divisório e rígido entre a nova e a velha sociedade. (FREIRE, 1975, p.61)

Uma sociedade e suas concepções não mudam apenas pelo gesto de instalação de assentamentos. Se as famílias de assentados continuam a receber uma assistência técnica sem nenhuma adequação, uma assistência que foi pensada para as grandes propriedades ou para agricultores tradicionais enraizados, com certeza a pretendida mudança estrutural na ocorrerá. Essa permanência de velhas práticas em novas estruturas são o que Freire chamou de “ingenuidade tecnicista”.

A criação de assentamentos tem sido a resposta do governo e do estado brasileiro às pressões dos movimentos de luta pela terra. Todavia, a relação do estado com os assentados, até então, tem sido marcada por políticas assistencialistas, uma relação de favor. Masselli (1998) assim caracterizou essa relação entre assentado e Estado;

Para o estado alimentar a dependência dos trabalhadores é reproduzir a dominação. Uma vez dependentes, os trabalhadores não conseguem ascender a autonomia de decidir em favor de seus interesses. Os trabalhadores transformam-se, assim, em beneficiários ou objetos de políticas públicas, através das quais o estado autoritário faz valer os interesses dominantes. (p.18)

Nesse contexto o técnico assume o papel de representante da política de submissão do Estado;

E como o estado institui o técnico como seu representante dentro dos assentamentos, muitas vezes este é reconhecido como superior, de maior valor. Mesmo que o técnico não fosse percebido assim, o fator dele deter o conhecimento científico, que é o passo único conhecido e reconhecido como válido para o Estado, faz com que, aos olhos dos assentados, seja o técnico quem sabe o que é melhor para eles, os assentados. (MASSELLI, 1998, p.95)

Dessa forma, os serviços de Extensão Rural prestados aos assentamentos no sistema tradicional de ATER exerciam bem a função de alimentar essa dependência do assentado em relação ao Estado. Assim, “ao identificar o técnico como agente de mudança, o ideário extensionista caracterizava o próprio técnico como sujeito da transformação pretendida no outro_ agricultor” (MASSELLI, 1998, p.56). Para a autora, a questão principal é a concepção de uma nova Extensão Rural que possa instrumentalizar a classe trabalhadora do campo, a fim de que esta deixe de ser objeto

de políticas públicas e passe a ser sujeito com capacidade de transformar a própria realidade.

Insistindo na questão, Masselli (1998) afirmou que o técnico comprometido com o desenvolvimento permanente de sujeitos, preocupa-se com a construção do saber e não apenas em sua transmissão. Na formação proposta pela autora, o técnico educador estaria comprometido com a participação das famílias assentadas em busca da cidadania. Percebe-se que a preocupação com a extensão nos assentamentos já anunciava a partir da segunda metade da década de 90.

Diante das pressões dos movimentos sociais do campo é constituído um programa específico para atender aos assentamentos de reforma agrária nas suas necessidades técnicas, sociais e ambientais. Esse programa não pretende dar assistência técnica aos agricultores assentados. É uma proposta, que em tese, busca constituir soluções para os diversos problemas do assentamento de forma participativa, em que assentados e técnicos sejam parceiros na busca de soluções e desenvolvimento dos assentamentos.

Na seqüência, será estudado o texto do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o texto do Programa de Assessoria Técnica, Ambiental e Social a Reforma Agrária (ATES) apontando suas diferenças e possíveis semelhanças

2. 6. A PNATER E O PROGRAMA DE ATES.

“O conhecimento do mundo social e, mais precisamente as categorias que o tornam possível, são o que está por excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção deste mundo”.

BOURDIEU, Pierre: 1996

A política nacional de ATER está delineada no Plano Nacional de Assistência Extensão Rural (PNATER) em que se vê descrita uma proposta como “uma nova responsabilidade da Secretaria da Agricultura Familiar e Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA” (BRASIL, 2004, p. 3). A PNATER é vista

como um desafio diante das prerrogativas do desenvolvimento sustentável. Essa nova ATER nasceu das críticas dos impactos negativos da Revolução Verde dos modelos de Extensão Rural baseados no mero difusionismo. Uma das questões centrais da nova ATER seria “permitir ao Estado contribuir para a construção de novos estilos de desenvolvimento rural” (BRASIL, 2004, p.3).

O texto enfatiza o caráter participativo da proposta. Indicando um rompimento com o autoritarismo das propostas, no qual estava vinculado o desenvolvimento do campo via pacotes tecnológicos e consumo de insumos da Revolução Verde. O texto da proposta evidencia que o programa de ATER pública está voltado à economia familiar, na perspectiva de fomentar ações que contribuam para o desenvolvimento sustentável, geração de renda e escoamento da produção familiar, sua comercialização, criando mercados e gerando rendas.

O público dessa política é focado no grande guarda-chuva da “agricultura familiar”. Assim, perde o foco de ação e continua destinado a um público que trabalha com agricultura e tradicionalmente gerencia sua produção, caso esse que não acontece nos assentamentos. Veja-se uma caracterização do público atendido pelo programa de ATER:

Incluem-se aqui as populações de produtores familiares tradicionais, assentados de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquículturas, povos da floresta, seringueiros e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do SAF/MDA. Dentre estes outros pilares que sustentam a política de ATER destaca-se o respeito à pluralidade e “as diversidades sociais, econômicas, étnicas e culturais e ambientais do país, o que implica incluir enfoque de gêneros, de geração, de raça e de etnia na orientação de projetos e programas. (BRASIL, 2003, p.4).

A abrangência do programa beneficia muitas categorias que, historicamente, foram excluídas da Extensão Rural. Outro fator importante é o fato de a política de ATER surgir em resposta à ausência do Estado, em oferecer políticas públicas ao meio rural durante vários anos.

O programa de ATER emerge das críticas à ausência do Estado, da Extensão Rural transferencista e difusionista, da crítica dos impactos negativos da Revolução Verde. Assim, incorporou novos discursos, tais como a Agroecologia, Desenvolvimento Rural Sustentável⁸, relações de gênero e outros. Todavia, a execução da política exige

⁸ Marcelo Miná Dias (2006, p.27) “este conceito surgiu em 1987 com a publicação do documento “Nosso Futuro comum”, elaborado pela comissão Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento (CMMAD),

um quadro de profissionais de áreas diversas em um trabalho multidisciplinar para que, na prática, não fique comprometido.

Sabe-se que a política trabalha com a idéia de processo. Todavia, a política como crítica a impactos negativos, por si só, não resolve os problemas no campo. Essa política não veio de um projeto político e filosófico que visa ao rompimento com um passado de modernização do campo que foi maléfico para a maioria. Incorporar a crítica não é suficiente. Em suas diretrizes, percebe-se a intenção de adotar uma abordagem multidisciplinar, estabelecer um novo modo de gestão que leve à democratização das decisões e ao desenvolvimento de processos educativos, permanentes e continuados. No entanto, não pára por aí. Não se tem uma direção de como vai acontecer esse processo.

No objetivo geral do PNATER pode-se ler:

Estimular, animar, apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações”. (BRASIL, 2003, p.9)

Além desse objetivo, a PNATER sinaliza a melhoria de renda do produtor rural, a inclusão social por meio da agricultura, e o fortalecimento de redes que possam ajudar na diversificação dos serviços. A metodologia para a ATER pública deve ter um caráter educativo dentro dos princípios democráticos orientados pelas metodologias participativas. Assim:

...a metodologia para a ação da ATER pública deve ter um caráter educativo, com ênfase na pedagogia da prática, promovendo a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável e a adaptação e adoção de tecnologias voltadas para a construção de agricultura sustentáveis. Desta forma, a intervenção dos agentes de ATER deve ocorrer de uma forma democrática, adotando metodologias participativas e uma pedagogia construtivista e humanista, tendo como ponto de partida a realidade e o conhecimento do local. (BRASIL, 2003, p.11)

O documento sinaliza um rompimento com as diretrizes da Revolução Verde, tais como: introdução de cultivares que aumentam a produtividade; introdução de máquinas agrícolas e insumos, herbicidas e fungicidas visando ao aumento da

criada pela ONU em atendimento às resoluções da Conferência de Estocolmo para a avaliação das condições globais ambientais (WANDERLEY,1993)”.

produtividade, pois, a incorporação de metodologias participativas sinaliza uma maior autonomia e participação dos agricultores na tomada de decisão em relação à adoção, ou não, de novas tecnologias. Esta parte do texto muito se aproxima do texto de ATES. O texto da política da PNATER destina-se a agricultura familiar, que foi durante muitos anos vista como a guardiã do atraso no campo. Nessa categoria estariam os assentados da reforma agrária, e a eles, uma outra linha correlata a ATES.

Durante os anos 40 e 50 o agricultor tradicional e sua relação com a terra foram alvejados por políticas que pretendiam mudar sua mentalidade vista como atrasada e improdutiva. Em face às necessidades dos mercados capitalistas, muitos adotaram os pacotes tecnológicos. Nem por isso passaram a ter uma vida mais digna no campo. A PNATER sinaliza uma nova fase, em tese, no tratamento com esses agricultores e agricultoras. O texto da política traz uma preocupação com os saberes tradicionais e sua incorporação no trabalho dos extensionistas. As metodologias participativas surgem como uma forma de incluir esses agricultores nas tomadas de decisão, assim como na construção de soluções para os problemas.

A partir destas premissas, deverão ser privilegiadas atividades de pesquisa-ação participativas, investigação participante e outras metodologias e técnicas que contemplem o protagonismo dos beneficiários e o papel de agricultores-experimentadores, bem como novas estratégias de geração de e socialização de conhecimento e de mobilização comunitária que possibilitem a participação de agricultores e demais públicos da extensão como agentes do desenvolvimento rural sustentável. (BRASIL, 2003, p.11)

A política posta num fortalecimento da agricultura familiar, por meio da capacitação e profissionalização dos agricultores familiares. Sinaliza o fomento da adoção tecnológica na agricultura familiar. A política é ampla e não sinaliza especificidades. Visto que, muitos assentados não possuem o perfil de agricultores familiares, após muitas discussões e pressões dos movimentos sociais no campo, além de uma visão do projeto de governo voltado para a reforma agrária foi elaborado o Programa de ATES, que pretende dar conta dessa especificidade.

Antes desse programa, foi implantada, no Brasil, a experiência do projeto Lumiar. Esse projeto foi criado no ano de 1996 como uma proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso. Foi uma tentativa de criar um serviço descentralizado de apoio técnico às famílias de agricultores assentados nos projetos de reforma agrária. Essa iniciativa, realizada pelo INCRA, reuniu o Ministério Extraordinário de Política

Fundiária, Ministério da Agricultura, Bancos do Brasil, do Nordeste, da Amazônia, entidades representativas dos trabalhadores rurais e uma representação dos governos estaduais, de preferência, a Secretaria da Agricultura. De acordo com A cartilha do Projeto Lumiar (1996)

“O Lumiar previa a formação de equipes locais de assistência técnica e capacitação profissional, para orientar o desenvolvimento autônomo dos assentamentos. Para cada grupo de trezentas famílias, haveria uma equipe local permanente, composta de quatro profissionais - dois de nível superior (um da área agropecuária e outro especializado em apoio à gestão e à organização de comunidades) e dois técnicos de nível médio. A orientação se daria por meio do serviço de assistência técnica que orientaria as famílias de agricultores assentados, nos assuntos relativos à implantação e desenvolvimento de culturas e pastagens, armazenamento e comercialização de produtos, criação de animais, introdução de novas tecnologias, bem como ações que estimulem a organização dos assentados. Os assentados, através de suas organizações seriam os contratantes dos serviços de assistência técnica. Além de assinarem os contratos, os assentados teriam papel fundamental no acompanhamento e na avaliação dos trabalhos realizados pelos técnicos das equipes locais do LUMIAR”.

Essa experiência realizada entre os anos de 1996 e 1999 viabilizou um programa de “assistência técnica” do governo federal em que as despesas com contratação, salários e encargos estavam embutidas nos custos. Foi uma experiência interessante, pois afirmava a possibilidade de um trabalho diferenciado. Contudo, foi um processo descontínuo e chegou a atingir pouquíssimas famílias do universo de assentados daquela época.

Já a ATES tinha como preocupação um serviço que deveria ir além da preocupação com a produção: “(...) ao englobar preocupações com as dimensões sociais e ambientais” (MINÁ, 2004). Assim ATES é uma política pública que, na forma de programa federal, tem como perspectiva um desenvolvimento rural sustentável nos assentamentos reconhecidos, criados e geridos pelo INCRA. Por isso, de acordo com o texto dessa política, não se trata de **assistência**, mas de **assessoria** aos assentados, e por isso não poderia ser apenas **técnica**, mas também **social e ambiental**.

Nessa proposta política, o conceito de *Desenvolvimento Rural Sustentável* sinaliza uma concepção de prática extensionista que extrapola a intenção difusionista de foco no incentivo ao consumo de tecnologias modernas e insumos industriais. A idéia de desenvolvimento rural sustentável surgiu, em meados dos anos 80, incorporando noções de equidade social e temas ambientais presentes no conceito de sustentabilidade.

De acordo com Almeida (1997), nas premissas do desenvolvimento sustentável está o reconhecimento do padrão inadequado de desenvolvimento das sociedades contemporâneas no aspecto econômico, social e ambiental. Para o autor, esse desenvolvimento implica um novo conceito de mudança que procura mecanismos de redução das injustiças sociais e utilização dos recursos naturais de forma a atender as gerações atuais e futuras. Nesse desenvolvimento, a idéia de sustentabilidade abarca a percepção acerca dos impactos ambientais do padrão civilizatório acelerado após a Segunda Guerra.

Dessa forma, a ATES parte de uma ótica construtivista de assessoria, que privilegia a gestão compartilhada com base em pressupostos agroecológicos. Ao tentar fugir das convencionais práticas extensionistas impositivas, essa construção compartilhada deveria levar em conta as condições sócio-culturais e os saberes dos envolvidos.

Na modalidade de um serviço prestado, a ATES fica a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e está estruturada com base nas diretrizes compreendidas pelo programa Vida Digna no Campo e pelo Plano Nacional de Reforma Agrária do atual governo Lula. O programa foi instituído em 2004 e parte da premissa de que há “necessidade de uma Reforma Agrária mais ampla e expressiva, tal como o reordenamento da estrutura fundiária nacional sob o signo da função social que tem a terra” (BRASIL, 2003, p.8).

Com essa proposta, o Estado busca romper com um projeto de desenvolvimento no campo que além da concentração da riqueza, trouxe outros impactos negativos à sociedade e ao meio ambiente. Contudo, sabe-se que essa política surgiu como reconhecimento, por parte do governo, da legitimidade e da procedência das demandas dos movimentos sociais pela Reforma Agrária. Essa política justifica-se por sua consequência benéfica para a sociedade como um todo, ao tentar criar condições de permanência das famílias sem-terra nos assentamentos com vistas em torná-los viáveis economicamente. Nesse sentido, o manual do programa se define:

Este manual se constitui num instrumento de detalhamento das ações de governo destinadas a dar suporte administrativo, técnico e legal à prestação de serviços aos beneficiários da Reforma Agrária e ordenamento da estrutura fundiária, em termos de assistência creditícia, técnica, social e ambiental, visando o desenvolvimento rural integrado e sustentado, em bases economicamente sólidas e socialmente justas. (BRASIL, 2003, p.8)

Assim, a demanda que levou à elaboração da proposta da ATES partiu de reivindicações dos movimentos sociais de luta pela terra, em especial do MST, grupos de estudos em universidades, e um projeto político do governo Lula voltado à Reforma Agrária que perceberam a necessidade de um assessoramento técnico e ambiental e não de uma política assistencialista. Acreditava-se que essa proposta levaria as famílias a organizarem a produção e a vida nos assentamentos de modo que houvesse a possibilidade de permanência e sobrevivência digna. A integração com mercados sem perder as características de agricultor assentado e sensibilizado com a causa da Reforma Agrária; produzir com qualidade, sem perder de vista o desenvolvimento sustentável e os pressupostos da agroecologia. Esses pontos constituem os pilares fundamentais do documento orientador do texto do programa de ATES.

Dentro de uma política de Reforma Agrária, a dinâmica de implantação e organização dos assentamentos tem sua especificidade e, por isso, na elaboração do programa de ATES levou-se em conta esse ambiente que:

Pode ser definido como novas unidades de produção, que ao nível local e regional, reordenam, em vários sentidos, o sistema de produção e o uso de terras, estabelecem outros padrões de produção agrícola e criam novas dinâmicas econômicas (BRASIL, 2003, p.24).

Sobre a questão da Reforma Agrária no Brasil, Martins (2000) relacionou o tema a uma questão residual do passado escravista e ao latifúndio. Além disso, o autor tece alguns comentários críticos sobre movimentos sociais relacionados à terra, especialmente o CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o MST, que, em razão da presença de elementos de classe média em sua composição, estranham certas tradições camponesas que ele julga como “um passado que persiste de muitos modos”. Assim, para Martins, esses elementos de classe média, na condição de mediadores⁹ desses movimentos, atuam mais do que seria recomendado a elementos de apoio, mas passam a assumir o papel de direção. Ele explica essa conduta pela origem não camponesa desses mediadores que introduzem na luta pela terra valores e orientações que deturpam o

⁹ É o agente social que, atuando junto aos movimentos sociais, a partir dos valores destes e através da prestação de atividades, consubstancia uma assessoria, um discurso da necessidade da elaboração de sociedade, em face das carências de toda ordem compartilhadas, e de forma a levar os movimentos à superação de suas debilidades e à realização de seus projetos. (DIAS, 2006, p.42). Ver também (PEREIRA, 2004).

sentido de classe dos próprios camponeses. Nessa forma de mediação, a luta pela reforma agrária pode transformar-se em luta pela terra.

Esse trocadilho conceitual muda a perspectiva do que seria a luta pela Reforma Agrária. Ao se discutir como ela aconteceria de forma ampla, para além dos aspectos meramente quantitativos, o debate circula sem “qualquer referência à questão agrária”¹⁰. Segundo Martins, tanto a CPT como a Igreja anulam suas próprias conquistas ao exigirem seu reconhecimento como únicos protagonistas legítimos do processo e negando, ao mesmo tempo, reconhecer a legitimidade institucional das ações do governo, do Estado e até de outros movimentos.

Na narrativa do processo histórico da luta pela terra e reforma agrária, Medeiros (2003) destacou também o papel da Contag. No governo Sarney, enquanto a Contag deu um voto de confiança ao Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o MST, nascido dos Movimentos Eclesiais de Base, promovia ocupações históricas no Oeste de Santa Catarina demonstrando força e resistência. Desde então, nasciam as disputas pela protagonização da Reforma Agrária.

Martins (2000) diz que o MST é “fruto da laicização da ação dos grupos da Igreja que antes faziam uma mediação apolítica”. (p.77). Destacou que nas origens, a reivindicação da Reforma Agrária se deu da seguinte forma:

A reivindicação da reforma agrária, (...) nasceu nos anos cinquenta com a reivindicação de setores esclarecidos da classe média urbana, setores católicos familistas, marcados por cauteloso e moderado empenho, de setores católicos de esquerda e de uma esquerda laica. Portanto, mais por um impulso ideológico e por motivações humanitárias voltadas para a solução das injustiças sociais do que, propriamente, por ser expressão de uma inadiável necessidade de mudança. (MARTINS, 2003, p.94)

Assim, no Brasil, a Reforma Agrária é uma das fontes “mediatas” de problemas sociais e não fonte imediata (objeto que surge de necessidade manifesta pelos que diretamente demandam terra). Nesse debate sobre o protagonismo, estão em jogo questões de poder, de legitimidade e de interpretação sobre o passado, o presente e as perspectivas de futuro. Um debate que apenas ‘parece’ ser sem sentido, mas que na realidade reproduz identidades, ideologias e projetos políticos, sejam eles equivocados ou não, progressistas ou não. O que aqui interessa é saber quais verdades e perspectivas são objetos de disputa.

¹⁰ DIAS, Marcelo Miná. p.24.

Nesse sentido, Medeiros (2003) afirma que “a intensificação da luta pela terra e a crescente organização das entidades representativas dos trabalhadores que assumiram a identidade dos “sem terra” fez surgir em todo país assentamentos rurais”. (p.77). Contudo, destaca que grande parte dos assentamentos que hoje existem no Brasil é obra do governo federal, em razão do que previa a constituição de 1988: o governo federal é quem possui o monopólio do poder para desapropriar as terras por interesse sociais.

Dessa maneira, pode-se dizer que a política de ATES viria a responder questões práticas, pois anseia para os assentamentos a construção de unidades de produção estruturadas, inseridas em mercados, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, pautada em uma construção que tem como base o diálogo e a participação dos assentados. Daí porque propôs uma forma sustentável de produção agrícola, por meio de orientação técnica vinculada à organização social e ao equilíbrio ambiental.

As famílias assentadas seriam apoiadas por uma ação descentralizada coordenada pelo INCRA. As parcerias com instituições públicas, privadas e outras entidades ligadas aos movimentos sociais pela reforma agrária, foi o desenho institucional definido.

Assessoria Técnica, Social e Ambientalmente às famílias assentadas, nos projetos de Reforma Agrária e projetos de Assentamentos reconhecidos pelo Incra, tornando-os unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado integradas as dinâmicas do desenvolvimento municipal e regional, de forma ambientalmente sustentável. (BRASIL, 2004, p.9)

Diferentemente da abrangência do sistema ATER, a política de ATES tem um objetivo geral mais direcionado a um público específico. As famílias assentadas e a política de Reforma Agrária tendo como órgão gerenciador o INCRA.

Os pontos que aproximam o sistema ATER do Programa de ATES está na perspectiva de trabalhar em parcerias com outras entidades, não só estatais. Além disso, o caráter multidisciplinar e intersetorial marcam essas políticas públicas. Os novos enfoques metodológicos e participativos são os carros-chefes do programa de ATES. O programa também prevê avaliação e monitoramento para possíveis correções no tempo real:

Entende-se, também, como serviço de ATES, a participação nas ações de natureza multidimensional, em termos técnico-ambientais, econômicos, culturais e sociais, voltados para a construção do processo de desenvolvimento dos

projetos de assentamentos, criados e a serem recuperados, segundo o contexto de desenvolvimento rural sustentável. (...)

Objetivam-se, ainda, os serviços de ATES, apontar estratégias iniciais, garantidoras da soberania alimentar e nutricional aos assentados, mediante a formulação dos Projetos de exploração Anual PEA, e de caráter preliminar bem como da elaboração de Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos PDA consideradas como ações permanentes. (BRASIL, 2004, p.12)

Nota-se que o programa define estratégias para garantir a sobrevivência das famílias assentadas. Nas fases de implantação do assentamento, a viabilidade econômica, a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental devem andar juntas. Por isso, nas áreas de assentamento degradadas o Plano de recuperação de assentamento (PRA) que visa à recuperação do passivo ambiental.

O Programa de ATES possui uma coordenação no âmbito nacional, no âmbito regional, com equipe de articuladores, núcleos operacionais e especialistas. À coordenação regional cabe firmar convênios plurianuais e “*orientar a entidade representativa dos assentados para acompanhar, controlar e avaliar a eficácia dos serviços de ATES, incluindo o PEA, PDA e PRA*”. (BRASIL, 2004, p.13-4)

Na construção institucional do programa, também é prevista uma equipe de articuladores, “*em instância, o principal instrumento de gerenciamento de qualidade do INCRA para o Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental- ATES como ação do governo e instrumento de política pública*” (BRASIL, 2004, p. 14). Além dessas questões o articulador tem como atribuições o subsídio ao planejamento, análise dos planos de trabalho, monitoramento e avaliação dos serviços de ATES e análise do Plano de Exploração Anual (PEA), Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA) e Plano de Recuperação de Assentamento (PRA). O programa estipula que cada articulador acompanhe o trabalho de 16 a 24 técnicos que atuarão nos núcleos operacionais.

O programa identifica e adjetiva algumas características que os profissionais executores dos serviços de ATES devem apresentar:

- *Disponibilidade e interesse de participar do serviço de ATES.*
- *Conhecimento e identificação com as seguintes temáticas: agricultura familiar, desenvolvimento sustentável, agro-extratativismo, agroecologia, meio ambiente, gestão de associação de cooperativas, gênero, geração e etnia, desenvolvimento humano e social.*
- *Experiência técnica na atividade produtiva predominante em sua área de atuação.*

- *Visão ampla dos aspectos tecnológicos, sabendo considerar o “saber da comunidade”.*
- *Facilidade de trabalho participativo em grupo, na perspectiva construtivista na capacidade de síntese e sistematização dos processos de discussão.*
- *Identificar, respeitar, saber lidar com a diversidade cultural das comunidades assentadas.*
- *Habilidade para negociação, facilidade de integração com outros profissionais e com entidades públicas e privadas, facilitando a formação de parcerias.*
- *Aceitar análise e críticas em seu desempenho, numa postura de autodesenvolvimento.*
- *Demonstrar interesse na organização e capacitação de famílias assentadas, objetivando a auto-gestão destas;*
- *Experiência na elaboração e execução de projetos participativos.*
- *Conhecimento básico de informática.*
- *Possuir, preferencialmente, carteira de habilitação e disponibilidade para viagens.* (BRASIL, 2004, p.17-8)

A citação extensa faz-se necessária para se perceber o esquadramento do perfil do técnico para trabalho com ATES. Nota-se que ele é bem diferente do técnico convencional que trabalha com ATER. O técnico que vai prestar o serviço de ATES necessita de uma formação, além da técnica, humanística e política para dar conta das competências descritas visto que, o ensino de metodologias participativas é relativamente novo, e que em algumas academias, nos cursos de Ciências Agrárias, encontra resistência e esse perfil ainda é raro Brasil. Além do mais, muitas universidades preparam seus alunos, para o trabalho com o grande negócio agrícola, se isentando da responsabilidade de dar formação para o trabalho com a Agricultura Familiar. O número de alunos que se interessam pela temática “Reforma Agrária” é pequeno. Todavia, após a formatura e a necessidade do primeiro emprego, muitos acabam trabalhando em assentamentos sem ter em mente o tipo de compromisso que deve ter com as famílias assessoradas.

O programa indica que o acompanhamento e a avaliação dos trabalhos caberão às famílias e aos articuladores. Além disso, o programa orienta na “instalação da base física das prestadoras o mais próximo possível dos projetos de reforma agrária assessorada por elas”. (BRASIL, 2004, p.18). A avaliação, segundo o *programa*, deverá se fazer sobre o desempenho das unidades de produção familiar dos assentados e do desempenho dos trabalhos dos técnicos em campo. Ademais:

A norma de execução nº39 de 30 de março de 2004, estabelece que as equipes técnicas de ATES dos núcleos operacionais são responsáveis, com a cooparticipação dos assentados, pela elaboração, acompanhamento e

monitoramento das ações a serem implementadas nos projetos de assentamento dentro dos territórios estabelecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial SDT do MDA ou áreas prioritárias eleitas pelas superintendências regionais do INCRA. (BRASIL, 2004, p.32).

No programa de ATEs, o INCRA terá a função de contratação e fiscalização, não cabendo a esta autarquia a definição dos valores de contratação e de custos. Bem diferente do programa Lumiar.

Percebe-se que a generalidade expressa na PNATER encontra ATER é mais ampla e possui diretrizes que não compreendemos como serão executadas no caso do Programa de ATEs, temos um direcionamento maior das ações indicando até mesmo o perfil dos profissionais que exercerão as funções dentro do programa, indicando forma de avaliação e monitoramento do programa nos projetos de Reforma Agrária.

Após descrever as ações da PNATER e o programa de ATEs, percebe-se fazer críticas ao modelo de Extensão Rural ainda é muito recorrente entre os acadêmicos discutidos anteriormente (QUEDA, 1985; FONSECA, 1989; CAPORAL, 2004). Sair dessa crítica, que tem se tornado lugar comum, é difícil, porém necessário.

Os Técnicos que executam o programa de ATEs em campo podem ser identificados como mediadores. Sobre essa identificação, NOVAIS (*apud* REIS, 2004) esclarece que o isolamento, a assimetria política e econômica entre grupos sociais tem produzido necessidades de mediação, que tanto podem reproduzir processos de dominação, quanto levar ao questionamento da dominação.

Assim, segundo a autora, há três tipos de mediadores: o externo, o de “cima” e o de “dentro”. A mediação externa seria como foi a atuação da igreja e de ONG’s. (...). A de “cima” é própria do Estado, que tem se apresentado, ao mesmo tempo, como opositor, financiador e árbitro, além de propriamente mediador de conflitos. Os de “dentro” seriam os representantes e dirigentes dos movimentos e sindicatos dos trabalhadores rurais. Esses seriam ‘mediadores concretos’. A todos esses tipos de mediadores são conferidos “representação e poder.” (PEREIRA, 2004, p. 18).

3. O SERVIÇO DE ATES EM MINAS GERAIS

3.1 DESCRIÇÕES DAS DISCUSSÕES COM OS COORDENADORES

Neste capítulo são descritas as entrevistas realizadas com a coordenadora de ATES da EMATER-MG e o coordenador de ATES da AESCA. Ao longo da análise que segue é possível perceber que em alguns pontos há proximidade nas respostas, contudo, em outros, ficou evidente que as diretrizes e as orientações para a prestação da assessoria de ATES são bem diferentes, ao que se poderia inferir que a orientação para o trabalho de campo também são.

Como descrito na metodologia, já no primeiro contato com os coordenadores, o ambiente institucional evidenciava ordenamento normativo e dinâmica de funcionamento bem distintos. Na fala de cada coordenador do serviço de ATES ficou evidente a diferença, já na resposta à primeira pergunta, sobre como funcionava o serviço de ATES. Contudo, os representantes das duas instituições envolvidas na pesquisa reconheceram que o serviço de ATES era uma conquista dos movimentos sociais dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Ainda fizeram questão de destacar que o programa não surgiu como uma benesse ou iniciativa do Estado, mas sim como uma política voltada para atender às demandas dos assentamentos.

As diferenças nos discursos revelam parte da cultura política de cada instituição. Cultura política é um termo com muitos significados e qualificativos que variaram no tempo e no espaço e por diversos autores. GOHN (1998) esclarece que ele é resultado de um processo que constrói valores por meio de um jogo de reciprocidades. Assim,

Os atores sociais possuem suas crenças e valores, mais reagem em face dos acontecimentos da política segundo a interpretação que captam das ações dos atores do mundo da política oficial, governamental. Esta interpretação é usualmente mediada pelos meios de comunicação. De tal forma que, para se entender a cultura política de um grupo social, ou de seus atores em particular, temos que decodificar o conjunto de significados – atribuídos ou construídos – no universo do imaginário das representações sociais daqueles grupos ou indivíduos.” (GOHN,1998, p.56-57)

A partir desse conceito tem-se que a coordenação da EMATER-MG frisou que a prestadora já estava nos assentamentos desde os anos 80, e que esta é “uma empresa que representa o braço do Estado no campo”, mais especificamente nos assentamentos de Reforma Agrária.

Ao mesmo tempo que as ações do governo federal na ação do desenvolvimento das políticas de assentamentos no período nos anos 80 (eu tenho uma memória vivida...) ela modificou muito. Hoje temos a ATES, que é assistência técnica, é um sistema que existe, que se permitiu dentro de um determinado contexto histórico, um contexto ideológico, que propiciou a ATES. Eu tenho algumas questões referentes a ATES, não de críticas, mas que eu vejo é a ATES e a ATER, basicamente é a mesma coisa. Muda-se o nome, mas a ação da extensão rural é presente nos dois momentos. Também podemos observar a mudança do significado de assentamento para o governo e para a comunidade. Porque, antes, o governo vivia sob a pressão da sociedade organizada e dos movimentos que estavam se organizando no final dos anos 80, restabelecendo outra vez as fronteiras deles, partindo da organização da luta camponesa. Acho que os governos e as pressões que vão chegando mudam também. Isso tudo tornou o trabalho junto aos assentados um trabalho que, no meu entendimento, é um marco histórico que é voltado realmente para esta comunidade. (Emater 30/09/2008). (Grifo nosso)

Percebe-se que a orientação da EMATER, para o trabalho nos assentamentos, é entendida como uma continuidade próxima das ações de extensão dada às famílias de agricultores familiares. Ao colocar o programa de ATES como uma “assistência técnica”, afirmando que esse é a mesma coisa que a extensão rural convencional, tem-se um distanciamento do que é preconizado no texto do Programa de ATES. Contudo, revela como de fato ele **pode** estar sendo executado pela instituição. Como o programa não prevê só “assistência técnica”, poder-se-ia indagar o que estaria sendo entendido por assistência técnica na EMATER e que tipo de questionamento sobre assistência técnica já foi incorporado pela instituição em seu *modus operandi*, como diria Bourdieu (2006).

Essas dúvidas ainda permanecerão, pois, apenas a entrevista com a coordenadora da instituição não viabilizou dados que permitissem afirmar, ou não, até que ponto, na prática de execução do programa, os técnicos, em campo, colocam em operação a distinção (tão cara ao programa) entre assistência técnica e assessoria técnica, social e ambiental. Se essa distinção não se efetiva, não é necessário o ATES, basta continuar com ATER e as necessidades dos assentamentos seriam atendidas.

Segundo (MOURA et al, 2008) “...o programa de ATES traz em sua argumentação teórica uma gama de ações dentro da lógica do desenvolvimento rural sustentável, deveria preconizar atuações buscando práticas que se relacionam verdadeiramente com a realidade dos assentamentos rurais, e ainda construindo formas de relação social e produtiva eficazes”(s.p) Como afirma o texto do programa:

*Este serviço sinaliza para um processo de desenvolvimento rural sustentável, fundado na democratização do acesso a terra, à **guisa da sua função social** e na potencialização da capacidade humana em tornar produtiva a estrutura fundiária, de forma ordenada e racional. .(BRASIL, ATES, 2004, p.1) (grifo nosso).*

Essa função social do programa só é perceptível quando fica claro que essas famílias estão em outro processo de trabalho com a terra. Diferentemente de muitos agricultores familiares tradicionais, na maioria das vezes, as famílias dos assentamentos não possuem a autonomia para ordenação do tempo, do trabalho, da produção em terras muito degradadas e da gestão dos recursos frutos da renda obtida. Assim, assentamento é um espaço no qual fica evidente que quase tudo está por ser feito, nele é constante e bastante visível o processo de construção.

Contudo, esse fenômeno de construção ou reconstrução social do espaço, como diria Milton Santos (1997), acontece em qualquer lugar ou espaço, até mesmo em comunidades enraizadas e tradicionais, só que não tão explicitamente como em assentamentos. Contudo, considerando o ATES uma estratégia para conquista de direitos, em razão de ter surgido da pressão das organizações políticas dos assentados, por meio do qual os grupos organizados procuram se afirmar como diferentes, a denominação do programa não é mera questão de semântica. Assessoria é uma marca da tentativa dessa distinção e não pode, assim, ser entendida como “mero novo nome”, mas como uma questão política séria, pois tem implicações pragmáticas.

Para contribuir com esse debate, pode-se remeter a Bourdieu (2002) que explicou o ato de nomeação como algo que delimita formas de interação social, pois, “existir socialmente é ser percebido como distinto”. Nesse sentido, a assessoria do ATES não poderia ser somente assistência técnica, e mais, nem mesmo a PNATER preconiza que a Extensão Rural é mera assistência técnica. Como visto, a política nacional atual privilegia “*atividades de pesquisa-ação participativas,*

investiga-ação participante e outras metodologias e técnicas que contemplem o protagonismo dos beneficiários e o papel de agricultores-experimentadores, bem como novas estratégias de geração e socialização de conhecimento e de mobilização comunitária que possibilitem a participação de agricultores e demais públicos da extensão como agentes do desenvolvimento rural sustentável.” (BRASIL, 2004)

Na fala do coordenador da AESCA, essa diferença entre ATER e ATES é bem destacada. Tudo indica que nesta instituição, as metodologias de trabalho e concepções, voltadas ao movimento social, orientam a luta pela terra e ajudam nessa percepção diferenciada. Nesse sentido, esse coordenador disse que “o programa de ATES existe porque os assentados de Reforma Agrária necessitam de um tratamento diferenciado”. Isso em razão da trajetória de luta das famílias e da multiplicidade de histórias que compõem o “mundo” dos assentamentos. Essas diferenças têm de ser levadas em conta. Por isso, o coordenador destacou que a AESCA se coloca muito mais que uma prestadora de serviço, mas como uma “parceira do movimento”. Indagado sobre o porquê de os assentados preferirem essa prestadora, disse:

...Preferiam a AESCA porque eram parceiros de caminhada, quando um pois ela não é uma simples ONG que disputa espaço. Uma das coisas que mantêm a AESCA com os assentados é ser parceira deles (AESCA; 19/07/2008). (grifo nosso)

Todavia, de acordo com MOURA *et al*, (2008), em uma pesquisa realizada por eles com 32 projetos de assentamentos em 25 municípios do total de 91 assentamentos existentes no estado de Minas Gerais até 2007, foram aplicados para essa pesquisa 440 questionários, destes 90,90% dos entrevistados disse não saber o que era o programa de ATES. Já a percentagem de assentados assessorados pela AESCA que conhecem o programa de ATES é maior que a percentagem de assentados assessorados pela EMATER, mesmo assim é de apenas 12,66% e 6,67%, respectivamente. Percentagens consideradas baixas se levada em conta a relevância de tal política para o sucesso dos assentamentos.

Essa maior percentagem pode ser explicada, talvez, pelo maior engajamento político dos assentados do MST e dos técnicos da AESCA. Essa militância constitui elemento que distingue a assessoria da AESCA da assessoria da EMATER nos

assentamentos, e, pode ser que essa facilite a interação entre técnicos e assentados no esclarecimento do programa.

Cabe aqui outra discussão: se por um lado, esse resultado do pouco conhecimento dos assentados sobre o programa de ATEs pode ser explicado como um viés da formalidade do instrumento utilizado para o levantamento da informação, ou seja, um questionário, por outro, o resultado não invalida a importância da informação e permite que se problematize o significado do objeto em estudo. Isso porque se poderia indagar **se e como** os técnicos têm buscado esclarecer a denominação do programa aos assentados aos quais estão vinculados. Isso seria uma mera questão burocrática de arranjos com o INCRA. Contudo, essa última explicação é a mais improvável, já que, reconhecidamente, este é um programa que surgiu da pressão dos assentados, da visão política do governo federal e de discussões em meios acadêmicos, sindicatos sobre o assunto. O resultado numérico mostrado por MOURA e.t al. (2008) pode revelar dificuldades na implementação do programa em termos de abrangência ou de suas ações.

Além disso, se as entidades prestadoras do serviço são escolhidas pelos próprios assentados e estas são responsáveis por todas as ações importantes para a efetividade do programa em campo, “como é possível este quase total desconhecimento sobre esta política?”, como questionaram Moura et al (2008). Da justificativa de preferência destacada pelo coordenador da AESCA e diante desses dados de desconhecimento pode-se inferir sobre outro aspecto que está sendo revelado: os momentos de escolhas coletivas de prestadoras podem não estar sendo tão formais como seria necessário, em se considerando o que preconiza o texto do programa. Esse seria um momento ritualístico da instituição do programa de ATEs, necessário para melhorar a percepção dos assentados sobre a possibilidade da prestação dos serviços.

Quando perguntado sobre o funcionamento do serviço de ATEs, o coordenador da AESCA destacou a diferença com a EMATER. Por se ver como parceiro dos assentados, afirma que o serviço prestado por eles nada tem a ver com a Extensão Rural da EMATER. Evidencia que o incentivo à organização, reuniões e orientações não são práticas estranhas para equipe técnica da instituição. Essas são práticas características do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e por isso estão presentes na dinâmica cotidiana da AESCA.

Do depoimento do coordenador pode-se dizer que a função social da ATES exige que se compreendam os assentados como um público merecedor de uma atenção diferenciada e que se realizaria nos trabalhos da AESCA. Entretanto, a visita descrita na metodologia, feita em um assentamento que havia migrado para EMATER, permite pensar até que ponto essa integração militante, essa parceria estaria acontecendo na totalidade dos assentamentos. Além disso, o programa de ATES afirma que a assessoria técnica é um dos pilares para o desenvolvimento do assentamento e para sua sobrevivência. Sobre essa assessoria técnica pouco se ouviu na única entrevista realizada com o coordenador.

Assim, curiosamente, pode-se dizer que, na EMATER, o conteúdo “técnico” é privilegiado enquanto na AESCA, o engajamento político é o que conta. Se numa instituição o Estado se destaca, na outra desponta o Movimento. Essas são questões em disputa no que se poderia chamar de campo das práticas de Extensão Rural ou Assessoria em assentamentos. A questão técnica perpassa todas essas visões institucionais, pois, como diria Habermas; técnica tem a ver com poder.

(...) a racionalização das relações vitais segundo critérios desta racionalidade equivale à institucionalização de uma dominação que, enquanto política, se torna irreconhecível: a razão técnica de um sistema social de ação racional dirigida a fins não abandona o seu conteúdo político. (...). O conceito de razão técnica e talvez também em si mesmo ideologia. Não só a aplicação, mas já a própria técnica é dominação metódica, científica, calculada e calculante (sobre a natureza e sobre o homem) (HABERMAS, 1968, p. 40)

A proposta técnica fundamenta a perspectiva e o compromisso político dos agentes com certas mudanças.

Considerando o tema preferência dos assentamentos para com a prestadora do serviço, é possível analisar o que se poderia chamar de outro **paradoxo** da ATES. Quando se toma os dados do relatório de um **Seminário de Avaliação e Capacitação dos Técnicos do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES** realizado em BH em abril de 2006 pelo INCRA, a EMATER, naquela época, estaria presente em assentamentos de sete regiões do Estado, e enviou para aquele seminário 91 participantes. Por sua vez, a AESCA estaria presente em quatro regiões e enviou para este seminário 22 participantes. (INCRA, 2006, p.14).

Por essas informações, pode-se inferir que a EMATER estaria presente na maioria dos assentamentos do estado. Esta quantificação, contudo, não fundamenta o porquê de os assentados preferirem a AESCA ou a EMATER como prestadora, mas apenas revela como a atuação da AESCA era, na época, muito mais restrita em termos de abrangência espacial.

longo do levantamento de dados desta dissertação, soube-se que alguns assentamentos estavam modificando as escolhas de prestadoras e optando pela EMATER, um exemplo disso foi o assentamento visitado pelo pesquisador e descrito na metodologia.

Perguntada sobre o crescimento da EMATER na participação da assessoria a assentamentos em Minas Gerais, a coordenação da instituição destacou que os dados publicados nos anais do seminário de ATES do INCRA evidenciavam que a EMATER estaria cumprindo seu papel de “**levar** a Extensão Rural às diversas comunidades rurais que existem, dentre elas, o assentamento” (grifo nosso). Diante da questão: “Segundo relatório do INCRA a Emater é a empresa pública ou entidade que mais atende a assentamentos em Minas Gerais. Qual a sua visão a esse respeito?”. A resposta foi a seguinte:

*Sim. O que é interessante, essa conquista, a conquista desse papel se dá, pois nós temos cumprido o papel de extensão rural atendendo cada comunidade, os movimentos, a forma de organização da comunidade. O diálogo de que eles esperam, e ao mesmo tempo **levando** para eles, que este diálogo tem que ser uma via de mão dupla. Não adianta só... pois que, a associação tem determinado tipo de ação ... e menosprezar o conhecimento... cujos técnicos e técnicas estão ali para contribuir, com a qualidade de vida, sustentabilidade da comunidade para seu desenvolvimento. Então, **o papel da extensão rural é muito importante para valorizar o conhecimento informal que a comunidade tem, reafirmar o papel de protagonista que esta comunidade tem, e ao mesmo tempo mostrar claramente o papel da extensão rural. Nós não... Então, na hora que a comunidade... (nós não somos movimento, nos não temos papel ideológico, não é essa nossa função) nós temos o cumprimento [responsabilidade] de discutir algumas ações, mas sem entrar na ação ideológica.** (Emater 30/09/2008).*

A diferença entre a fala da EMATER e da AESCA, nas figuras de seus coordenadores, é visível nesta parte da entrevista. A coordenação de ATES da EMATER deixou clara a orientação da Empresa Estatal, ao ressaltar no discurso, a busca da neutralidade na prestação do serviço de ATES. Ao que parece, os técnicos da EMATER, segundo a fala da entrevistada, prestam o serviço, mas não emitem nenhuma

opinião e nem têm uma orientação ou posicionamento político em relação à Reforma Agrária. Seu depoimento deixa claro também que a função da EMATER é dar para o Estado resultados. Contudo há, nos dois depoimentos, valorização do “conhecimento informal” da comunidade, mas, fica uma dúvida: como lidar com conhecimento num contexto como o da reforma agrária, como trabalhar com o conhecimento sem tocar em aspectos políticos? Só se for um trabalho orientado pela perspectiva de natureza difusionista, como visto na revisão desta dissertação e que se poderia entender da fala que segue.

*Então, o papel da extensão rural é muito importante para valorizar o conhecimento informal que a comunidade tem, reafirmar o papel de protagonista que esta comunidade tem, e ao mesmo tempo **mostrar claramente o papel da extensão rural**.* (Emater 30/09/2008). (grifo nosso)

Nesse momento, faz-se necessário questionar o que seria ideologia e sua vinculação com a vida política no contexto da luta pela terra no Brasil. A pretensão de não envolvimento ideológico pode ser vista como um equívoco se, se compreende ideologia como uma “visão social do mundo”, como bem explicou LOWY (1987). O discurso de neutralidade já é, por si só, um posicionamento em termos de idéias, uma tomada de posição, que é sempre a favor ou contra algo. Essa proposta de neutralidade na reforma agrária pode ser entendida como rejeição a algo que se despreza. Esse desejo de “não fazer parte” pode até ser entendido, quando se percebe o lugar de onde se fala. Ou seja, pelo fato de se encontrar num cargo de confiança, essa seria uma condição social ou política de alto risco para afirmar qualquer compromisso ideológico com movimentos de resistência.

Nesse sentido, para melhor compreender o que se poderia entender por ideologia são ricas, ainda, as definições de alguns autores como Karl Mannheim que definiu ideologia como “uma perspectiva socialmente vinculada”. Para aprofundar nessa discussão, (LÖWY, 1987) afirma que a obra de Karl Mannheim possui uma grande influência dos escritos de George Luckács tal com a releitura do próprio Marx para a definição do conceito de **ideologia total**. Neste conceito, “não com uma idéia de representação, mas como um conjunto de estrutura da consciência, de uma classe ou de uma categoria social; seu estilo de pensamento condicionado; esta *Weltanschauung* global modela, no curso do processo cognitivo, as hipóteses problemáticas, a seleção

dos dados, o vocabulário, o aparelho conceitual, os modelos conceituais das teorias” (p.79).

Avançado na discussão do conceito de ideologia, Mannheim o substituiu por “perspectiva socialmente vinculada”, no qual enfatizou nessa perspectiva global ou visão total não é somente fonte do erro ou da ilusão. “Ela é também fonte de lucidez e de conhecimento verdadeiro, ela abre acesso a certos domínios da realidade, esclarece com acuidade certos aspectos do ser social” (LÖWY, 1987, p.79). Essa perspectiva do uso do conceito de ideologia como uma perspectiva socialmente vinculada auxilia a explicação de que algumas falas representavam a instituição da qual a pessoa estava falando, seus limites e seu compromisso com as diretrizes e orientações para o trabalho. Ou como Löwy (1987) ainda descreve “toda a forma de pensamento é necessariamente vinculada a uma posição social” (p.83).

Continuando nessa discussão, finalmente, Louis Dumont estabelece uma relação entre idéias e valores, afirmando que a separação entre estes é falaciosa, pois, “ o grau de diferenciação, de articulação das idéias, não é independente de seu valor relativo” (p. 235). Para o autor, ideologia é “o conjunto social das **idéias** e **valores** na forma de pensamento” (DUMONT, 1985, p.235). (grifo nosso)

Partindo dessas definições, podem-se compreender aspectos ideológicos presentes na fala dos coordenadores. Parece óbvio o que está sendo constatado: as instituições percebem diferentemente a importância do programa de ATES em sua relação com os assentados.

Essas perspectivas orientam a seleção dos profissionais. De acordo com a fala da coordenação de ATES da AESCA, a associação busca profissionais que possuam o perfil ideológico próximo à orientação do MST e da Instituição prestadora. O Coordenador esclareceu que:

Com o programa mais estruturado buscou-se profissionais técnicos como o perfil de alinhamento com a gente, se precisasse, só contratávamos com técnicos fora desse perfil. (o coordenador de ATES da AESCA; 19/07/2008)

No lado da EMATER, desponta uma visão estatal, não necessariamente pública, de prestação de serviço, eficientemente neutra. No lado da AESCA não há separação entre trabalho de assessoria e ação política do MST. Nota-se que os recursos do Estado na assessoria aos assentados têm implicado em significados distintos, mas fica uma

questão sobre esses posicionamentos. Na constituição de um quadro de técnicos que estejam mais afinados com as necessidades dos assentados, quais das duas estratégias seriam mais apropriadas? O engajamento com a direção do movimento, um poder de resistência, ou com o Estado, poder oficial instituído? Essas questões remetem a uma discussão, na qual se pode afirmar que nem uma nem outra, pois, o que se pede na constituição do quadro de técnicos é um compromisso com a prestação da assessoria de ATEs, pautada no conhecimento das trajetórias históricas dos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra, e que as estratégias de trabalho sejam montadas com a participação dos assentados para que os recursos públicos empregados na assessoria sejam utilizados de forma responsável e os trabalhos sejam continuados por aqueles que auxiliaram na construção dessas estratégias.

Algumas respostas às perguntas do roteiro que estava orientando as entrevistas, se mostraram confusas. Algumas respostas eram breves e, para o pesquisador, na maioria das vezes, o entrevistado fugia ao que era perguntado. Entretanto, quando colocadas uma ao lado da outra, alguns aspectos interessantes evidenciaram-se. Um deles é que existem disputas institucionais pelo “campo” de ATEs na Reforma Agrária. Em razão dessas disputas e visões diferenciadas, até a eficiência do serviço prestado pode ser avaliada por parâmetros diferentes.

Ao se perguntar na Emater sobre a diferença na gestão institucional antes e depois do programa de ATEs, a coordenadora explicou que “a diferença veio com nova presidência da EMATER [não explicitou data na entrevista]” Segundo ela, só com a nova presidência é que deu início à capacitação dos técnicos para os trabalhos com a Reforma Agrária.

Essa diferença de trabalhar com assentamentos veio com o presidente José Silva. Pois ele é um extensionista que iniciou o seu trabalho com a Reforma Agrária. Então, esse papel de que é do campo, veio do campo e começou o trabalho necessário, que tem uma visão generosa a respeito das diversas situações que estão lá, e os conflitos latentes, os conflitos que se manifestaram. Ele veio e verificou a necessidade dos técnicos estarem preparados para isso. Os técnicos que trabalham na Reforma Agrária hoje estão preparados e capacitados para desenvolver e desempenhar este papel. (EMATER 30/09/2008; 14).

A coordenação destacou, assim, que a visão da presidência é “generosa” em relação à Reforma Agrária. O adjetivo generoso vem em substituição ao envolvimento ideológico destacado anteriormente pela coordenação da AESCA. Na EMATER, os

técnicos estão sendo preparados para o trabalho com assentamentos. Esse é um trabalho novo para a EMATER e que, sugere a superação de desafios e mudanças nas estratégias para a prestação dessa assessoria.

Essa informação evidencia como é importante numa instituição tradicional a ação de certas pessoas para promoção de mudanças em seus arranjos e funções. Essa personalidade pode, por um lado, evidenciar uma organização institucional eficiente para tomadas de decisão, pois é marcada por uma estrutura hierárquica com definição clara de papéis. Contudo, isso pode significar um sistema de controle muito centralizado, que pode sobrecarregar os responsáveis pelas decisões e não permitir que os demais cresçam em autonomia.

Nessa disputa de ATEs, percebe-se uma intenção bem destacada em delimitar espaços no campo, Estado de um lado e movimentos sociais de outro. A tentativa de apartar as ações da EMATER, de separar, das ideologias que movem as ações dos movimentos sociais, ligados a Reforma Agrária, é uma forma de discurso recorrente. Da mesma forma, a tentativa de afirmar a militância é entendida como uma característica da AESCA.

O desafio da EMATER, atualmente, é preparar seus técnicos para esta “nova realidade”, não permitindo que os mesmos se envolvam ideologicamente com as bandeiras levantadas pelos sem-terra. Esse desafio de formar profissionais com perfil adequado ao trabalho em assentamentos pode ser inferido como presente também na AESCA. Como lidar com essa “nova realidade” sem ter se envolvido com seu significado durante o trabalho com os assentamentos. Pode-se afirmar que não é possível prestar uma assessoria técnica de forma fria sem envolvimento com os valores dos assentados em suas lutas políticas e ideológicas, pois depende da participação dos assentados no estabelecimento do planejamento das atividades e das prioridades, tal como a construção dos Planos de Desenvolvimento de Assentamento (PDA), visando uma durabilidade e qualidade da assessoria prestada. Nesse trabalho de assessoria no serviço de ATEs, “*valorizar o conhecimento informal que a comunidade tem e reafirmar o papel de protagonista que esta comunidade tem*”, não se dará se isentando de qualquer envolvimento ou compreensão da ideologia que move os assentados. Por outro lado, garantir a implementação de uma assessoria técnica tendo por fundamento uma motivação apenas pela “boa vontade” ou vontade política imensa de ver as famílias trilhando caminhos de autonomia sem o conhecimento técnico apropriado na orientação da produção e condução dos lotes é uma caminhada previsível para o insucesso. Cabe

destacar, que o posicionamento da AESCA e o discurso de aproximação e identificação com as demandas dos assentados não garante que a assessoria aconteça da forma como é preconizada pelo programa.

Ao perguntar aos coordenadores sobre o montante de técnicos e técnicas que trabalhavam prestando o serviço de ATES, em cada prestadora obteve-se a seguinte resposta:

Aproximadamente, nós temos hoje mais ou menos 147 técnicos e técnicas. Vamos falar do gênero, por exemplo, e gestão ambiental, pedagogos, sociólogos, nutricionista, técnicos e técnicas de nível médio, também engenheiros florestais, engenheiros agrícolas e veterinários. Então, a característica da empresa e basicamente o trabalho com agrônomos ou técnicos e técnicas agropecuários de nível médio, pois o mundo da mulher antes era a área de bem estar social. Hoje não mais, esse tabu, esse paradigma foi quebrado, sendo uma das características mais fortes da empresa a multidisciplinaridade. (EMATER 30/09/2008).

No caso da AESCA, para a mesma pergunta não se obteve resposta quantitativa precisa, pois em razão do quadro de insegurança no qual estava inserido na época, com o rompimento de contrato com o INCRA, o Coordenador não soube precisar números no dia da entrevista. Naquela data, o coordenador não sabia ao certo quantos técnicos trabalhavam nos assentamentos atendidos pela AESCA. Não foram disponibilizadas mais informações devido à interrupção dos contatos com a AESCA, como descrito na metodologia. Todavia, o coordenador esclareceu na entrevista que o corpo técnico da AESCA tinha uma sazonalidade muito grande. A justificativa estava ligada ao atraso nos repasses do INCRA para a prestadora, o que explica a demora no pagamento dos ordenados dos técnicos. Dessa forma, a troca de técnico era constante. Além disso, a instituição contava, na maioria das vezes, com profissionais sem experiência, recém-formados em busca do primeiro emprego. Essa informação permite inferir que a prestação de serviço da AESCA aos assentamentos fica comprometida. Na verdade, as famílias assentadas, apenas por essa afirmação, não podem esperar uma assessoria contínua e que lhes garanta o desenvolvimento dos assentamentos, necessário para sua permanência.

A maioria dos técnicos da EMATER era de agrônomos ou técnicos de nível médio em Agropecuária. A entrada de profissionais de outras áreas é mais recente, tal como a atuação destes no campo. Antes, as profissionais de Economia Doméstica acompanhavam os agrônomos e veterinários ao campo, sua função estava ligada às

orientações dos afazeres do lar e cuidado com as crianças. Hoje, essa realidade não se mantém. Todavia, mesmo com as mudanças no quadro dos profissionais da EMATER, a visão de uma Extensão para a solução de problemas ainda é muito forte e persistente. Nesse sentido, pode-se citar um depoimento de uma técnica da EMATER sobre as capacitações que teve para o trabalho no assentamento:

O pessoal [os técnicos e população do município] tinha muito preconceito... O pessoal pediu o curso...foi na Unicamp....Foi na Unicamp, o pessoal do MDA, mandou, e aí nós nos inscrevemos. Eu não podia ir não. Ficar 15 dias fora de casa foi muito complicado. Gostei muito de ter ido, sabe. Foi muito a parte agrícola. Foram mais de 40 pessoas... Pra mim abriu uma nova visão do assentamento, coisa que eu não sabia...Na Ater, a gente mexe mais com produtor tradicional, ele já sabe o que esta fazendo, já nasceu na terra, ele tá ali. A gente pode ajudar com uma tecnologia nova. No caso dos assentados a parte técnica é a mais difícil. Já a parte social é mais fácil, foram acostumados pelo MST a reunir a qualquer hora, etc... (depoimento colhido de técnica da EMATER realizada 29/10/08)

Assim, nota-se a importância da capacitação formal oferecida pela instituição, pois tudo o que a técnica sabia em relação aos assentamentos veio por meio de uma capacitação realizada pelo MDA/Unicamp. A idéia de levar ao agricultor uma tecnologia, um conhecimento que ele não tem, persiste. Por isso, se por um lado destacava a facilidade dos assentados em se reunirem em razão do costume do movimento, por outro lado, dizia que era uma dificuldade lidar com os assentados, por serem organizados e politizados e por discutirem os problemas e proporem soluções.

A EMATER sempre trabalhou ao longo de sua trajetória histórica (LIMA, 1984), na maioria das vezes, com produtores tradicionais individuais que mostravam interesse para ações com o coletivo quando estas se voltavam para a solução de problemas individuais. Os Sem-Terra, segundo a técnica, não possuem um conhecimento técnico, em relação à terra do assentamento, mas têm uma organização que foge aos padrões do agricultor que a EMATER local estava acostumada a prestar assistência técnica. Dessa forma, fica difícil lidar com esses agricultores assentados sem participar de suas reuniões, sem compreender suas angústias e suas dificuldades.

Na AESCA, o coordenador explicou que o trabalho mais estruturado veio com o governo Lula após o emergencial. Segundo ele, antes a assistência técnica era somente para elaborar projetos, os recursos para implantar os projetos eram mínimos. Quanto à equipe técnica da AESCA, o coordenador respondeu que haviam conseguido fazer uma seleção a partir do critério de engajamento, pois:

Razoavelmente os técnicos contratados pela AESCA conhecem a história do MST e dos assentados. Mas, boa parte entra também sem comprometimento. Assim, 'tô precisando trabalhar, a AESCA oferecendo emprego, tem um cadastro para selecionar currículo. Aí vou mandar o meu'. (AESCA; 19/07/2008)

Uma das grandes diferenças entre os quadros da EMATER e da AESCA é a permanência dos técnicos. A primeira instituição é constituída por técnicos que têm uma perspectiva de carreira, são contratados, atualmente, por concurso público e regidos pela CLT com todos os direitos trabalhistas e alguns outros benefícios, como plano de saúde e plano de previdência complementar. Na segunda, os técnicos trabalham por contratos temporários. Na maioria são recém-formados em início de carreira e em busca da primeira experiência profissional.

A capacitação dos técnicos da EMATER está ocorrendo intensivamente apenas mais recentemente, assim, o trabalho com assentamentos pode apresentar certa dificuldade, na medida em que muitos de seus profissionais estavam acostumados a um tipo de serviços imbuídos das perspectivas difusionistas. A mudança é um processo difícil.

Para AESCA, a dificuldade é selecionar, para um trabalho temporário, técnicos que possuam um perfil ideologicamente ligado às diretrizes do MST. Como capacitação a AESCA dá a eles uma instrução política voltada às causas do MST, com um treinamento voltado às metodologias participativas. Assim, o não engajamento dos técnicos é visto pelo coordenador como um limite para o trabalho da AESCA junto aos assentamentos. Ao debater a seleção e capacitação, ele informa que:

É até um limite nosso, porque entre um técnico muito bom tecnicamente e um técnico não tão bom tecnicamente, mas com formação política e que vai acompanhar a AESCA e os assentados, mesmo no momento sem assistência técnica, por exemplo, a gente prefere o menos qualificado e mais ligado ao movimento. Por que o que vem só procurando emprego, na primeira queda ele vai embora. (AESCA; 19/07/2008)

Enquanto a AESCA busca um quadro que tenha uma afinidade política capaz de fazer com que ele suporte com mais firmeza as inconstâncias típicas das lutas sociais, a EMATER, ao fazer o discurso do Estado, garante seu quadro de técnicos por uma seleção de natureza técnica formal e uma capacitação também de natureza mais técnica.

Esses dois extremos é que criam um campo marcado por fortes disputas políticas e ideológicas.

Perguntados sobre a estrutura de cada prestadora, os coordenadores da AESCA e EMATER, respectivamente, deram a seguinte resposta;

A EMATER está hoje em quase todas as cidades de MINAS. Em quase todos os assentamentos. Outro fato importante é que quem escolhe a EMATER são os assentados. Ela, como outras prestadoras de assessoria técnica e ambiental, é indicada por eles, e isso eu acho já é muito legal. A EMATER já possui uma grande experiência em assistência técnica, tem um técnico quase que em cada cidade de Minas, tem uma hierarquia. Agora eu acho importante você perceber o seguinte: A Emater é um órgão de assistência técnica e extensão rural, Ater né. Nós temos um contrato de prestação de serviço com o INCRA de ATES. Nós somos ATER e prestamos serviço de ATES. [fim da resposta] (EMATER 30/09/2008).

Vamos fazer uma comparação com uma corrida de cavalo. A EMATER tem o cavalo melhor preparado que vai chegar a frente. A AESCA tem o cavalo com a pata quebrada. É o que tá acontecendo. Dessa corrida a EMATER tem esse cavalo que treina todos os dias. A gente para participar da corrida tem que contratar um técnico só para participar. Como que eu vou manter um escritório, um carro etc.. só para um cara participar da corrida. Depois da corrida ele acaba vai embora e a gente continua na mão. A gente não tem condição de ficar mantendo estrutura física em um programa que não é tão estruturado. Que um dia tem dinheiro e outro não tem. (AESCA; 19/07/2008)

Todavia, pode-se dizer que nessa resposta sobre a estrutura, o fato de se ter um escritório local em todas as cidades, ou quase todas as cidades de Minas Gerais, ser visto pela EMATER como sinônimo de estrutura é equivocada, pois esse fator não é indicador de estrutura.

O recurso insuficiente e sua liberação em espaços de tempo irregulares foi uma reclamação recorrente na fala do coordenador da AESCA. Não se consegue compreender como uma instituição contratada para oferecer certo serviço, poderia sobreviver sem receber nas datas acordadas os recursos necessários para pagamento dos técnicos, figura essencial para o funcionamento da assessoria ou prestação do serviço de ATES. Na EMATER, ao ser perguntado sobre recursos e o contrato com o INCRA, a coordenadora deu a seguinte resposta;

O contrato é bem estruturado, bem pensado, bem construído, ele foi construído em conjunto. No caso, o INCRA colocou as necessidades deles, a empresa sentou e colocou a posição dela junto com os assentados. E este contrato não

tem ganhadores. Todo mundo está empatado e aí que é bom. O bom jogo é esse. (EMATER 30/09/2008).

Na seqüência foi perguntado, aos coordenadores, quais eram os pontos positivos na prestação do serviço de ATEs:

*A primeira questão é que a EMATER tem o foco em pessoas. Hoje, nós trabalhamos para os assentamentos. Nosso foco é o assentamento, a mulher, o homem, a criança e o idoso. Ao passo que, quando você muda esse foco, trabalhando para pessoas, você trabalha buscando o desenvolvimento delas. Quando elas são protagonistas da história delas, você empondera as pessoas de todas as formas, uma validação para o futuro delas. Nós, aqui, somos passageiros, e eles lá têm que ser donos deles, do poder deles, do que alcançaram. Uma coisa dialética, é assim que tem que ser trabalhada, é assim que a **presidência** trabalha. É emponderá-las. E isso é uma questão que eu vejo como valor importante para a EMATER, por que nós não queremos que eles vejam a gente como algo estimável, são eles como algo inestimável. (EMATER 30/09/2008).*

Quanto à AESCA, os pontos positivos, segundo o coordenador, seriam;

O engajamento dos técnicos com o movimento. A parceria que a AESCA estabeleceu com o movimento compreendendo suas necessidades, se um cai o outro cai também. A AESCA não é oportunista, que só aparece na hora que a comida tá pronta. (AESCA; 19/07/2008)

A coordenadora de ATEs da EMATER compreendeu como ponto positivo a incorporação de novos paradigmas que até então a empresa não trabalhava. Porém, permanece o discurso de busca de desenvolvimento nuclear como se poderia captar com a expressão desenvolvimento de “pessoas”, próprio das teorias de administração mais recentes preocupadas com a “humanização” das interações no mundo do trabalho. Esse discurso, de tom mais psicológico, apresenta como solução dos problemas uma mudança de conduta. Para mudar a situação do assentado ou o agricultor familiar em sua baixa estima o trabalho dos técnicos é muito importante, mas isso não ocorre por meros processos de manipulação de desejos. A visão de que esses homens não são agentes de sua própria história e que eles precisam ser ensinados sobre esta questão, é um equívoco e um desrespeito. Da mesma forma, acreditar, no caso da AESCA, que o engajamento político é mais importante que a competência técnica é também uma

irresponsabilidade, pois, no assentamento a competência técnica é vital para assessorar as famílias e permitir sua permanência sustentável no assentamento.

No caso da AESCA, os pontos positivos pautaram-se no conhecimento da trajetória do movimento pelos técnicos, bem como no engajamento das lideranças e coordenadorias da AESCA no programa de ATES. Não se sabe onde começa a prestação do serviço para qual a prestadora foi contratada e onde termina as ações do Movimento. Essas funções se misturam com muita facilidade, nas respostas dadas pelo coordenador de ATES, na entrevista. A coordenação colocou, ainda, como ponto positivo da prestadora o conhecimento das necessidades dos assentados. Todavia, há aqui uma grande contradição, pois na pergunta sobre o corpo técnico, ele afirmou a preferência da prestadora por técnicos mais politizados e menos técnicos. Ora, a AESCA é contratada para solucionar, em sua maioria, problemas também de ordem técnica nos assentamentos. Trabalhar com a estruturação produtiva e possibilitar a sobrevivência sustentável das famílias assentadas exige competência não só política, mas também técnica.

Afirmar que o técnico não deva ter uma formação política, seria um extremismo sem fundamento. Além disso, pautar somente na técnica para atendimento da assessoria de ATES e é uma abordagem no mínimo ingênua, para se pensar no desenvolvimento dos assentamentos.

Sobre as dificuldades dos técnicos e técnicas em campo, no trabalho com assentamentos, a coordenadora da EMATER respondeu o seguinte;

As maiores dificuldades estão muito ligadas às questões ambientais, pois muitos dos assentamentos, na hora que a gente vai trabalhar, estão com o solo muito degradado. Tem hora que a gente não tem como, é uma situação que os assentados vivenciam e os técnicos também. A questão da convivência é o ato de que você está em uma comunidade, reunido em um pré-assentamento, vamos colocar assim, na lona e que você tem um objetivo. E a outra coisa é quando você pega esse objetivo e vai para campo. E aí muitas vezes o laço se dissolve. Esse trabalho de reagrupar é um trabalho lento e demorado em muitas comunidades. Todavia, este trabalho de reestruturar os valores é fundamental para o sucesso da comunidade. Pois se ela dissipar rapidamente, em pouquíssimo tempo vai causar muitos problemas, desagregando o grupo e em pouco tempo ela está saindo de lá. Essa é uma das maiores dificuldades. A questão ambiental, a educação ambiental, pois eles precisam da convivência com as várias ações que o homem vai fazer ali com a terra, o limite de convivência. O restabelecer novos laços por outras razões, é uma situação delicada. (EMATER 30/09/2008)

Já o coordenador da AESCA colocou como grande dificuldade a falta de dinheiro para investimento em estrutura e as dificuldades com as verbas para a contratação de técnicos e pagamento dos mesmos, atrasos entre outros. Classificou como estrutura a compra de veículos para a locomoção dos técnicos, computadores, acesso à internet, entre outros. As questões ambientais foram citadas por ele em outros momentos da conversa, não nesta questão.

Na fala da coordenadora da EMATER, apareceu a questão de reestruturação de valores. Essa questão pode parecer repetitiva, porém é necessária a sua retomada. A questão posta pela coordenadora não é uma questão de restabelecer valores, mas sim de propiciar com que os laços de solidariedade sejam refeitos e alimentados dentro dos assentamentos. Cabe dizer que uma das questões fundamentais de união entre os Sem-Terra vem de sua convicção do direito à terra e que deu legitimidade a sua luta. Trocando em miúdos, esta é uma questão ideológica, ou seja, de um conjunto de idéias que os mantém unidos em prol de um objetivo bem definido: a conquista da terra.

Nesse trabalho uma das partes mais importantes é a assessoria realizada pelas prestadoras na elaboração do PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento). Perguntou-se ao coordenador de cada instituição como era realizado o PDA.

A gente constrói o PDA como se fosse um plano diretor. É essa a perspectiva, porque na medida em que você enxerga o assentamento, na comunidade, dentro do município você não faz corte. Infelizmente, a maioria das pessoas faz este corte, enxerga o local, o ponto. Trabalhamos o PDA como um plano diretor do município, de forma integrada, uma visão voltada para o município, para a comunidade, como parte desse município. (EMATER 30/09/2008)

Para o coordenador da AESCA o PDA;

Se constitui uma parte muito importante que tem que ser construído junto com os interessados, com os assentados, por meio de metodologias participativas que permitem prever as ações e o seu desenvolvimento, colocando a situação de cada assentamento. (AESCA; 19/07/2008)

A coordenadora da EMATER preferiu caracterizar o PDA como uma ação convencional, ligando esta ação à elaboração de plano diretor nos municípios. Já o coordenador da AESCA discutiu e apresentou o que seria o PDA numa perspectiva mais inovadora e articulada com as metodologias participativas, como preconiza o texto do Programa de ATES.

3.2. O QUE ESCLARECEM OS ARTICULADORES

Para os ex-articuladores foi preparado um roteiro de perguntas um pouco diferente. Algumas perguntas que foram feitas para os coordenadores das prestadoras pesquisadas foram repetidas aos articuladores. Todavia, outras foram acrescentadas por se acreditar serem relevantes na compreensão do problema que produziu esta dissertação. Assim, foram entrevistados dois ex-articuladores. Um trabalhou, mais intensamente, com assentamentos assessorados pela EMATER e outro trabalhou com assentamentos assessorados pela AESCA.

As entrevistas foram feitas com ex-articuladores porque o INCRA, na época da pesquisa, encontrava-se em processo de mudança nos seus quadros e na diretoria. Não foi possível entrevistar os articuladores contratados, pois sempre que se fazia o contato com os novos articuladores, diziam não ter conhecimento suficiente do programa de ATES a ponto de esclarecer seu funcionamento, em razão do pouco tempo no INCRA.

Nos contatos, ficou acordado que a entrevista teria nove perguntas, sendo incorporadas outras por alguma necessidade de compreensão. Inicialmente foi perguntado aos articuladores sobre as dificuldades encontradas no contato com as prestadoras. Ao recorrer aos ex-articuladores e a suas experiências, pretendia-se explicar a relação entre as prestadoras do serviço de ATES e o INCRA. Optou-se por nomear os ex-articuladores por “A” e “B”.

A primeira pergunta feita aos articuladores foi: “como estava estruturado o serviço de ATES no período em que você esteve no INCRA?”. O articulador A respondeu o seguinte:

Eu fui para lá um mês antes para me adaptar. [não foi explicitado o ano na entrevista] Fui para o GEMAD (Gerência de Meio Ambiente e Desenvolvimento). Ali cuidava das questões ambientais e do programa de ATES. Era composto por articuladores. ... Era um grupo de cinco articuladores na época. Ai, nós começamos a organizar o trabalho, os documentos, pois já havia ocorrido o ATES. Já havia começado em 2004, só que havia um articulador só. Nós entramos e começamos a fazer os estudos do PDA que já existiam. (...) Um mês de debate ali para percebermos como funcionava o trabalho do articulador. (...) Eram cinco articuladores para dividir uma área com 250 assentamentos. Eu fiquei com o Norte e o Noroeste de Minas. Fiquei com 44 assentamentos.

O articulador “B” para a mesma pergunta acrescentou detalhes do funcionamento do programa de ATES. Todavia, os limites colocados pelo articulador “A” foram novamente mencionados, tais como a quantidade de assentamento para cada articulador, e o limite de dois anos de contrato para o articulador, sem a possibilidade de renovação.

O serviço de Ates creio que o coordenador “A” tenha dado as informações, mas basicamente, tem a sede em BH. A equipe de articuladores é que dava suporte ao pessoal de campo que estava ligado às entidades prestadoras. Ai você vai ter a EMATER e a AESCA, predomínio da EMATER. No campo, temos os núcleos operacionais, que é o nome daqueles que davam uma assessoria efetivamente ao assentamento. Na AESCA esse núcleo operacional tem o nome de brigada e na Emater de escritório local. Ai as equipes eram constituídas de acordo com as prerrogativas do contrato. (articulador “B”)

O articulador “A” mencionou no início da entrevista que a chegada dos articuladores ao INCRA foi difícil, pois inicialmente não existia um espaço específico para acomodar os articuladores e as necessidades especiais do programa, pois “*eu ficava numa mesinha, não tinha computador, cada um tinha que se virar revezar computador. Ai o tempo passou e nós conseguimos, via convênio com a FUNARBE, o mínimo. Outros articuladores foram contratados e a estrutura melhorou*” (articulador “A”).

O articulador “B”, ao relatar sobre a estrutura do programa de ATES, se deteve mais nas diferenças entre as prestadoras AESCA e EMATER. Essa parte da entrevista foi muito importante para se compreender as reclamações constantes feitas, na entrevista, pelo coordenador de ATES da AESCA sobre a questão dos recursos. Compreendeu-se que o atraso dos repasses estava ligado a atividades de avaliação e exigências do INCRA que os técnicos da AESCA se recusavam a fazer. Esses técnicos caracterizavam, segundo o ex-articulador, essas exigências de burocracia. Muitos problemas estavam ligados ao tempo não cumprido na prestação de contas. Veja-se trecho da entrevista na qual as diferenças entre as duas prestadoras foram elencadas na fala do articulador “B”.

A Emater tem uma estrutura física. A gente até discutia a sobreposição de recursos, pois a Emater tem uma estrutura, tem convênios com Prefeituras, Estado, tem escritório e tal. Eles já estavam em assentamentos, independentes de ATES, mas mesmo assim o INCRA bancou convênios. (...) a AESCA já tinha, precariamente, recursos com alguns convênios. Fazia projetos com algumas famílias ligadas ao MST. O convênio com ATES deu

uma melhor condição, permitiu formar equipe, mas eles não deram conta da gestão do convênio. E aí não deu conta do burocrático, e o governo não libera recursos para salário. Os caras ficam sem receber.

Perguntou-se ao articulador “B”, mais especificamente, se o problema da prestação de contas era em relação à AESCA?. Sua resposta foi bem incisiva:

Prestação de contas. A Emater, por exemplo, o sistema era muito mais fácil, era um sistema de contrato com o INCRA e não era um sistema de convênios. Pois o contrato recebe o dinheiro total. Convênio você tem que prestar contas de seis em seis meses. A prestação tem que ser aprovada para que receba a próxima parcela. A Emater não fechou um contrato, fechou um serviço e não precisava de auditoria de seis em seis meses. (...) na AESCA eles falam de recursos que não foram liberados. Mas eles não falam e não assumem que não deram conta de prestar contas, falam que é burocrático fazer convênios, porém quando entraram nessa, sabiam o que os esperava.

De forma objetiva, percebeu-se que a prestação de contas ao Estado tornou-se um grande problema para a AESCA e isso limitou o andamento dos trabalhos devido à forma de relação institucional estabelecida. Uma se deu na forma de contrato, a EMATER e a outra se deu na forma de convênio temporário, a AESCA. A irregularidade no recebimento de recursos, colocado pelo coordenador de ATES da AESCA, suscitou nova pergunta aos ex-articuladores: “A dificuldade era com a preparação do pessoal para a gestão desses recursos e prazos?” Então respondeu: “*eles sabem as regras, mas contam com pressão aí adquire outro caráter*” (articulador “B”).

O articulador “A” colocou a prestação de contas da AESCA em outro nível. Primeiramente, tudo indica que, em certos casos, estaria acontecendo uma falta de compromisso dos técnicos com as famílias, em muitos assentamentos. Esse cuidado de não generalizar deve-se ao fato de ele ter trabalhado apenas com três assentamentos assessorados pela AESCA, sendo que um deles estava sob júdice. Em segundo lugar, disse que faltava estrutura da prestadora para facilitar o trabalho do técnico. Caracterizou estrutura como transporte, computadores e estabilidade de trabalho e salário.

Esses dois assentamentos que eu trabalhei, posso falar, a assessoria por parte da AESCA não era legal. A dificuldade era a infra-estrutura, não tinha como o técnico ir para o assentamento. Lá na minha região, eu tive problemas com assentamentos, eu não via esse trabalho participativo da AESCA com os assentados. Só na teoria, na prática não estava sendo colocado. (...) e o técnico, como fazia, encaminhamento de soluções

cobranças. Eu não recebi nenhum relatório trimestral deles. Eu recebi, quando recebi, um relatório em branco. (articulador “A”)

Mediante tantos problemas levantados pelos entrevistados, pode-se inferir que muitos dos problemas abordados pelo coordenador da AESCA, estavam ligados a problemas de gestão da própria prestadora. Na visão do articulador “A” não procede, na época, a fala de não repasse de recursos do INCRA para a prestadora. Quanto à questão da estrutura, o articulador “B” esclareceu que quando a prestadora entra para disputar um convênio, ela faz um relato da estrutura física que tem, sabendo que a prestação de contas é uma prerrogativa essencial para receber os recursos. Nesse caso, disseram os ex-articuladores que as reclamações sobre a burocracia seriam infundada, pois quando se faz o convênio a prestadora sabe das funções, normas e prazos que tem para com o Estado.

Diante de tantos problemas levantados pelos ex-articuladores, foi perguntado sobre quais seriam os pontos positivos do programa de ATES. Nas respostas vieram também os pontos positivos das prestadoras.

Os pontos positivos são antes não tinha nada. As informações não chegavam, os recursos que você pedia não chegavam. Não tinha ninguém lá no campo para ajudar a executar e o INCRA não tinha gente para tá circulando e executando isso, tá acompanhando. Teve um trabalho bom de mobilização na EMATER e na AESCA. O pessoal da AESCA fazia um trabalho bom com o PDA, eles montaram uma boa equipe. Essa questão de orientação [no dia- a- dia] que dava problema, porque é questão de conflito ideológico mesmo. De um lado o programa de governo que tem que ser executado e do outro a lógica do movimento que briga por outra coisa. Às vezes [sic], quer dizer, isso é um problema que trouxe esclarecimento, capacitação, informação para dentro dos assentamentos. (articulador “B”)

A gente conseguia avançar muito no que era importante para os assentamentos que é o acesso ao crédito. A grande vantagem que eu vejo é essa assessoria técnica para eles. Mesmo que o assentamento não tenha o resultado esperado, a presença do técnico é fundamental para eles. As capacitações. Esse poder que os assentados têm é um avanço para eles, na questão da escolha da prestadora do serviço de ATES. É muito positiva a permanência do técnico no assentamento. Técnico capacitado para trabalhar em assentamento, com capacitação e uma orientação para trabalhar em assentamento, isso é muito importante. (articulador “A”)

Dos pontos positivos elencados pelos articuladores, os mais importantes foram o acesso ao crédito e a capacitação para o trabalho com assentamentos. Outro fator importante é a questão de o assentado escolher, no final, do contrato, se a prestadora

deve continuar a prestar a assessoria. Todavia, não se deixou de perguntar sobre os pontos negativos, pois eles existem e também foram elencados.

A infra-estrutura foi um ponto em comum. A pouca infra-estrutura, de algumas prestadoras, como a AESCA, foi vista como ponto negativo central. As capacitações para os técnicos, aliadas à quantidade de assentamentos assistidos pelos articuladores foram vistas, pelos entrevistados, como um entrave ao desenvolvimento do programa de ATES. Em especial, a quantidade de assentamentos, de trinta a quarenta para cada articulador, e a distância entre eles foram declarados como grandes problemas.

Nos pontos negativos, os articuladores não falaram da elaboração do PDA:

Dentro da função dos articuladores, um ponto negativo, foi a busca de parcerias. A gente não tinha recurso e não chegavam recursos na quantidade demandada. De forma geral, essa busca de parcerias não teve sucesso. Os recursos, nesse caso, eram limitados. A grande quantidade de assentamentos para o articulador acompanhar. Muitas demandas, que eu levava para o INCRA, não eram resolvidas e quando voltava para o assentamento, os problemas eram os mesmos. Outro ponto negativo das duas prestadoras era a rapidez com que eles trocavam de técnico. Cada vez que eu ia a Montes Claros, na AESCA, era um técnico novo, e aí tinha que explicar tudo de novo. Esse problema também aconteceu na EMATER. (articulador “A”)

Dentre os pontos negativos podemos destacar a falta de estrutura de algumas entidades. Na verdade elas falavam que tinham, só para participar dos convênios, comprovavam de alguma forma lá. Então é essa falta de estrutura de algumas prestadoras para dar conta do programa que é pesado. A capacitação. Bancamos algumas capacitações em assentamentos, porém não teve muita capacitação para técnico. A dificuldade do movimento de executar política pública. (articulador “B”)

Dada a importância do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, pois sem ele as famílias não conseguem adquirir recursos para seu desenvolvimento, perguntou-se como estava a elaboração na EMATER e na AESCA.

Os técnicos, no caso do PDA, eles montaram um grupo que tinha o perfil, uma facilidade de escrever e de montar o PDA, no caso da AESCA. Por que esta parte de organização o movimento tem, e para o PDA e sua elaboração deu certinho. (articulador “B”)

O articulador “A”, que trabalhou mais diretamente com a EMATER, falou do PDA de uma forma geral. Segundo ele, uma das dificuldades era a compreensão dos roteiros para a elaboração do PDA. Outra dificuldade era o registro dos dados, tal como a coleta dos mesmos “*muitas vezes na hora de fazer o mapeamento não tinha uma*

aproximação com os assentados, não consideravam as informações dos próprios assentados na elaboração do PDA”. Explicou que nos assentamentos da AESCA, assentamentos que estavam em fase de implantação, os PDA’s só saíram no final. Com um ar de indignação explicou essa afirmação da seguinte forma “eu acho uma falta de compromisso com as famílias lá. As famílias morando debaixo da lona, em fase de implantação (...). O PDA desses assentamentos chegou só no final do contrato. Somos colegas de formação da UFV... É, mas, o trabalho deles não estava condizendo. A estrutura da AESCA comprometida é um grande problema. (articulador “A”).

Diante do exposto foi perguntado ao articulador “A” porque as demandas levadas ao INCRA acumulavam e não eram resolvidas. Ele elencou dois problemas: os técnicos que tinham ações que não condiziam com a ideologia do MST, baseadas na participação e assessoria aos assentados. Do outro, a acumulação de demandas no INCRA. Então ele afirmou o seguinte:

Muita coisa virava perda de tempo. Pois, fazíamos tudo, encaminhávamos as demandas aos setores responsáveis, tudo o que víamos em campo e isso não andava. Muitas demandas não conseguiam resolver. Ficavam agarradas no INCRA. A gente até falava do, Sr. Tal. Isso era uma crítica. Pois o “ao, ao, ao” papel ficava circulando e nada de resolver. Essas demandas, nós encaminhávamos e perdíamos um tempo com isso e não eram solucionadas. As demandas de situação ocupacional [ligadas às moradias dos assentados] muitas vezes prejudicou a gente. A situação do cara tava irregular, e dependia do setor de Desenvolvimento, pois sem a regularização, eles não recebiam os créditos que a gente orientava nos projetos. Tudo parava. (articulador “A”).

Foi perguntado se esses impasses eram um caso burocrático ou questões pessoais envolvendo os articuladores que eram contratados com os funcionários concursados do INCRA. O entrevistado foi preciso na resposta e afirmou que:

É que não tem compromisso com os assentados. Tem papel rodando para todo lado, a máquina tá funcionando, tá bom. Nós articuladores éramos maus vistos dentro do INCRA pela equipe de empreendedores, que trabalhavam no setor de Desenvolvimento, que trabalham com a regularização das famílias, o cadastro. Eles, em uma época, tiveram muito poder. Eram coronéis. Tinha época que eles levavam crédito, o dinheiro em mala para o campo, então eles davam o dinheiro para quem eles queriam. Só que isso mudou, mas o ranço do autoritarismo ficou. (...) se você fez uma reunião, protestou, tá fora. Eu trabalhei com um técnico do INCRA que quando ele ia a campo, eu não conseguia fazer a reunião. A gente teve esse entrave batia muito de frente com esse técnico. O chefe da Divisão de Desenvolvimento, não conseguia dar ordens para o seu pessoal, pois era um pessoal mais antigo. Eram pessoas que chegavam na hora que queriam, iam para o campo e voltavam com a feira pronta. Não tinham comprometimento com as famílias de assentados. (articulador “A”).

A citação acima mostra o quanto uma parte da estrutura da equipe do INCRA está distante e até certo ponto, negam, desconhecem, ou ignoram a trajetória das famílias e o tempo em que ficaram sob a lona preta nos acampamentos e a representação da conquista da terra com a implantação de um projeto de assentamentos. As demandas são as reais necessidades das famílias. A resolução das mesmas não pode ser simples benesse do INCRA, mas sim a resolução de problemas por meio de um programa que tem que se tornar um direito, reconhecido pelo Estado como um direito social.

Mediante os entraves internos com a estrutura e funcionamento instituídos no INCRA foi perguntado quais seriam as maiores limitações das prestadoras na prestação do serviço de ATEs. Os articuladores entrevistados responderam que para a EMATER seria a dificuldade de compreender o que, é um assentamento e como trabalhar com os assentados. No caso da AESCA, seria a prestação de contas e o preenchimento dos relatórios trimestrais, além da falta de infra-estrutura da prestadora. O articulado “B” ainda fez o seguinte destaque em relação à AESCA;

Antes eles cobravam do Estado. Agora passaram a cobrar deles mesmos. Olha só, foi nisso que eles caíram, caíram numa armadilha de participação e da política que eles tavam cobrando. Caíram numa política que eles tavam cobrando. Ai o INCRA ficou numa boa, pois o MST não podia bater no INCRA. Pois eles tavam recebendo recurso de uma política pública e foram contratados para executar esta política. Ao mesmo tempo eles cobravam a execução com qualidade. Entraram numa bola de neve, pois pegava o recurso para uma coisa e queriam fazer outra, Fazer movimento. (articulador “B”)

Diante dos problemas apontados e do papel do articulador, que era o de acompanhar e fiscalizar, segundo os entrevistados, interrogou-se sobre as avaliações que eles faziam com as prestadoras e como elas aconteciam.

Bom, a avaliação era ir a campo para acompanhar as atividades. Ver como estava o serviço dos técnicos e discutir os problemas, ver o que dava para fazer. Tinham os relatórios trimestrais, semestral que a EMATER mandava. A AESCA mandava uns. Quando mandava eram os relatórios de mutirão. A AESCA montava mutirão para responder os relatórios. A gente avaliava os relatórios, dava um parecer e voltava esse relatório para campo, na verdade voltava para a prestadora. No caso da AESCA que enrolava com os relatórios, nós já sabíamos o que estava acontecendo. O relatório estava ligado a recursos, pois tinha um campo ligado à demanda. Quando vinha descrita a demanda a gente enviava para o setor do INCRA responsável. (articulador “B”)

Diante do exposto, em relação à avaliação, questionou-se sobre os desafios das prestadoras.

O maior desafio das prestadoras é a forma de intervenção deles. Tratar aquilo mesmo, as necessidades dos assentados. As coisas e acontecimentos que não estão programadas, as necessidades individuais. Muitas vezes o trabalho é no coletivo para que o assentamento caminhe como um todo. Uma das dificuldades é ter uma assistência técnica para aquela pessoa. A parte humana fica de lado. A EMATER tem tentado fazer isso por meio de capacitações. A AESCA uma das dificuldades é a infra-estrutura e o trabalho participativo, onde trabalhei, isso ficava apenas na teoria. (articulador “A”)

Na AESCA, o que mais pegava era a questão de gestão e mexer com a burocracia do Estado, além da infra-estrutura. No caso da EMATER, uma dificuldade era fazer o PDA, os caras têm uma dificuldade de escrever muito grande. (articulador “B”)

Foram então apontadas muitas falhas. Contudo, alguns pontos do programa de ATEs significaram um avanço para os entrevistados. Para concluir, foi perguntado aos articuladores qual seria a sugestão que dariam para o aprimoramento político da proposta de ATEs.

Eu acho que o básico é que tem que ser pública. Não pode fechar as portas para o movimento social. Mas tem que cobrar a infra mesmo. Tem que cobrar a infra e fiscalizar. Tem que ter recurso chegando lá na ponta e agilidade na burocracia do INCRA. Tem que ter dinheiro para viagem, para capacitação. Não tem capacitação para assentados, hoje. Tudo, saúde, alimentação, habitação, infra-estrutura básica. A rotatividade de coordenadores no INCRA, por ser cargo político é outra coisa a ser resolvida. (articulador “B”)

O contrato com os articuladores tem que ser mais prolongado. Dar continuidade ao trabalho. Ter um número maior de articuladores. Os recursos destinados para as ações do programa são insuficientes. (articulador “A”)

CAPÍTULO 4

4.1. INTERPRETANDO A ATEES EM MINAS GERAIS: INSTITUIÇÃO, HABITUS E CAMPO.

“O trabalho de inculcação através do qual se realiza a imposição duradora do limite arbitrário via naturalizar as rupturas decisórias constituídas de um arbitrário cultural (...) fazendo com que alguns mantenham a posição ou conservem a distância enquanto outros se mantêm em seu lugar e se contentam com o que são”.

Pierre Bourdieu

Para estudar o Programa de ATEES no Estado de Minas Gerais, fez-se um resgate histórico da Extensão Rural no Brasil. O objetivo inicial com esse histórico era possibilitar perceber a instituição com suas permanências e rupturas ao longo dos anos. Dentre as rupturas tem-se a adoção de novos paradigmas nos projetos de Extensão, tal como a sustentabilidade e os princípios da agroecologia. Assim; “já é possível perceber que o modelo dos pacotes vem sendo substituído por formas mais sustentáveis e ecológicas de produção agropecuária, o que tem garantido melhores condições de saúde e vida para os agricultores e suas famílias.” (COELHO, 2005, p. 65).

Essas mudanças são percebidas dentro dos objetivos descritos nos programas de ATEES. Entretanto uma coisa é o que está escrito no programa, outra é a forma como as prestadoras estão executando-o. Assim, pensa-se a Extensão Rural como uma instituição, e os extensionistas como agentes imbuídos de certo *habitus*. Os assentamentos de Reforma Agrária foram caracterizados como um campo em disputa pelas prestadoras EMATER e AESCA. Os conceitos de Pierre Bourdieu sobre campo e *habitus* ajudaram a compreender a resistência de mudança no comportamento de técnicos, relatada pelos articuladores, e a distância entre discurso e prática nos assentamentos.

Pensando dessa forma, pode-se afirmar que “o pensamento institucional está dentro do indivíduo enquanto ele procura uma decisão. (...). O indivíduo calcula o que é aquilo que melhor atende seus interesses e age de acordo com isso” (DOUGLAS, 1998, p. 23). Os extensionistas carregam dentro de si, apreendem o

aparato institucional da Extensão Rural, que ainda hoje carrega resquícios da idéia de levar a mudança para quem está nas áreas rurais.

Esse *habitus* do extensionista, como conjunto de disposições duráveis e transferíveis, faz parte do que atravessou a linha (que linha?), pois ao se tornar um técnico, este traz, em sua bagagem, conhecimentos organizados e legitimados pela ciência que atribui legitimidade a suas ações. Uma linha invisível, mas muito bem marcada entre aquele que tem um diploma que lhe outorga poder de decisão sobre algo, e aqueles que recorrem ao conhecimento tradicional não sistematizado e não oficializado por uma instituição. Esse *habitus*¹¹, que são “disposições socialmente moduladas” (BOURDIEU, 1996, p.24), caracteriza as ações, modos de vida, vocabulário das diferentes classes sociais. Ele (quem?) é revestido por uma capa de legitimidade e uma forma de perceber o mundo e as relações entre as pessoas.

As ações e as percepções dos técnicos a respeito dos agricultores são socialmente moduladas por um pensamento e ensinamento acadêmicos, além das concepções instituídas pela extensão e as propostas políticas ao longo da história. O *habitus* produz práticas e as aprecia.

Para os técnicos, o conhecimento sistematizado e aprovado, comprovado pela ciência é, na maioria das vezes, digno de credibilidade. Atravessar a linha do mundo comum para um mundo legitimado pela certificação é mais do que pertencer a uma classe profissional. É, no mínimo, se ver separado e legitimado pela decisão de arbítrio sobre os comuns.

O ato de atravessar essa linha pode ser visto como um ritual. “Qualquer rito tende a consagrar ou legitimar, fazer desconhecer como arbitrário e conhecer como legítimo (natural), o ritual tende a separar bem o antes e o depois (...) consagra a diferença” (BOURDIEU, 1996, p.98). Para muitos agricultores, no caso do

¹¹ *HABITUS* em BOURDIEU (1998, p.XL-XLI). *Habitus* é um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem que por isso, sejam produtos da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a virada consciente dos fins e do domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem produto da ação combinada de um maestro, pode ser visto como um sistema de disposições duráveis e transferíveis que integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correções incessantes de resultados.

programa de ATES, o técnico tem as soluções para os problemas. Ele é aquele que estudou e possui o conhecimento.

Nos assentamentos em que há uma orientação votada para as idéias, os valores, e a ideologia do MST e os assentados possuem uma ligação com o meio rural, a postura do técnico como “salvador da lavoura” é menos recorrente, segundo os articuladores entrevistados. Todavia, nos assentamentos em que as famílias são provenientes de centros urbanos e não possuem uma ligação mais próxima, em seu passado, com o meio rural, os técnicos acabam tomando decisões sem a participação dos assentados.

Em relação aos assentados, as percepções e inferências desta pesquisa são limitadas, pois a pesquisa foi realizada com os coordenadores de ATES das instituições citadas anteriormente, juntamente com os ex-articuladores do INCRA. Portanto, não se pode afirmar que a visão de como devem ou deveriam ser realizadas as assessorias de ATES das instituições pesquisadas seja absoluta, pois “na luta pela produção e imposição da visão legítima do mundo social, os detentores de uma autoridade burocrática nunca obtêm um monopólio absoluto, mesmo quando aliam autoridade à ciência, como os economistas estatais à burocracia” (BOURDIEU, 1996, p.164-5). Visto que, mesmo mediante o longo processo excludente de modernização agrícola, o Programa de ATES é resultado das lutas dos movimentos sociais, dos debates nas academias e visão política de um governo que acolheu parte das reivindicações que defendia a constituição de uma assessoria técnica específica para as necessidades dos assentamentos de Reforma Agrária.

4.2. ATES: UM PROGRAMA EM DISPUTA

Percebem-se os serviços de assessoria em assentamentos de Reforma Agrária como um campo de disputa entre as prestadoras. Campo para Bourdieu (2006) é um espaço de disputa, um espaço de produção simbólica para a luta simbólica entre as classes. O campo é “o espaço social de relações objetivas” (p.64). As prestadoras de ATES - EMATER e AESCA - possuem diferentes metodologias de trabalho e estão disputando a hegemonia do campo de prestação de assessoria do programa de ATES. Na luta pelo monopólio da prestação do serviço de ATES, os erros das

prestadoras na relação com os assentados concorrem contra elas, pois esses podem comparar e escolher o serviço de outra ao final do contrato.

No jogo, na luta pelo monopólio, as estratégias utilizadas pelos agentes na luta para levarem a melhor na luta simbólica pelo agente de imposição do veredicto, pela capacidade reconhecida de dizer a verdade a respeito do que está em jogo no debate, são as expressões das relações de força objetiva, entre campos, diferentes em que eles estão implicados. (BOURDIEU, 2006, p.54-5)

Percebe-se uma diferença muito grande nas estratégias de trabalho das prestadoras do serviço de ATEs. Na entrevista, os coordenadores procuraram esclarecer quais eram as metas que queriam alcançar. O coordenador da AESCA evidenciou a diferença quando afirmou que a prestadora “via os assentados como parceiros de caminhada, esse é o pensamento geral da AESCA” (AESCA). Essa parceria, como o próprio destacou, vem para marcar a concepção de que a AESCA conhece bem as necessidades dos assentados. Dessa forma, a prestadora comunga das lutas do MST, tem uma orientação ideológica igual ou muito próxima. Devido a esse fator, a coordenação da AESCA se considera a mais indicada para a prestação do serviço de ATEs para os assentamentos.

No caso da EMATER, a coordenadora deixou bem explícita a orientação da empresa ao longo de sua existência, e ratificou essa concepção no convênio para a prestação do serviço de ATEs. Declarou que a EMATER não é *“nós não somos movimento, nós não temos papel ideológico, não é essa nossa função”*. Essa postura da coordenadora, ao afirmar que a EMATER não é movimento, marcou a visão que a empresa possui do que é assessoria técnica, econômica, ambiental e social à Reforma Agrária. Separou também a postura da EMATER da postura da AESCA, acreditando que “movimento social” e “prestadora” são entidades diferentes.

A postura da EMATER deixa bem delimitada, por um lado, a posição de empresa, de prestadora de serviço na busca de soluções. Entretanto, assume o discurso de neutralidade, como se fosse possível prestar um serviço, ir embora e prestar contas, sem o mínimo de envolvimento dos técnicos com as causas dos assentados. Ou seja, uma prestação de serviço sem interação, em que as trocas entre técnicos e assentados não produzam nenhuma mudança na relação muito próxima do assentado com o movimento social. O técnico da EMATER não é um militante, é

um prestador de serviço para os assentados; prestando conta para a instituição e para o INCRA.

As prestadoras se orientam por ideologias diferentes no que diz respeito à assessoria técnica a assentamentos. Caracterizamos ideologia¹² como “visão de mundo” (ABBIGNANO, 2007, p.615).

No caso da EMATER, a idéia-valor de neutralidade encobre uma forma de agir, o *habitus* que durante a história da instituição orientou o agir dos extensionistas em campo. Por trás da neutralidade, está a idéia de solucionar os problemas, de ser eficaz. Essa afirmação ficou evidenciada na reunião que aconteceu em um assentamento na cidade de Pequi-MG, na qual a coordenadora de ATES da EMATER foi apresentada aos assentados. Esse assentamento, até o ano de 2008, era assessorado pela AESCA, mas, em assembléia, foi decidido passar para EMATER. Nessa reunião, a coordenadora disse aos assentados a seguinte frase a respeito dos problemas com o parcelamento: “*Agora vou dizer, ajoelhou tem que rezar, porque o parcelamento já foi feito, não sei se dá, vocês quiseram ficar juntos agora aquenta*” (coordenadora de ATES da EMATER).

O posicionamento dos representantes da EMATER, à frente da sala, não era o de uma pessoa que iria dialogar. Era uma postura de separação, comandando a reunião e colocando a idéia de que aquela antiga fazenda poderia se tornar uma unidade empreendedora e trazer dinheiro para os assentados afirmando que “*a sede pode ser um hotel fazenda, hospedar pessoas. Eu tenho uma amigas doídonas que pagam uma fortuna só para andar no meio do mato. Vocês também têm que aproveitar, trabalhar a semana e ter lazer, tomar um chopinho, fazer um churrasquinho aproveitar o que é seus. Imagina esse sol, um chopinho geladinho. Aproveitar o que é seus*” (coordenadora de ATES da EMATER).

Acredita-se que os assentados devem desfrutar do lazer e terem diversão. Porém, utilizar idéias que fazem parte de um universo urbano e que povoam os sonhos de muitas pessoas para dar credibilidade ao serviço é muito grave. Ademais, sabemos que em muitos assentamentos a população de assentados é proveniente de áreas urbanas em que o alcoolismo é um problema. Naquele momento, existiam outros

¹² Utilizamos o conceito de ideologia segundo a concepção de Karl Manheim que definiu ideologia como idéias situacionalmente transcendentais que nunca conseguem de fato atualizar os projetos nelas implícitos. Apesar de se apresentarem como justa aspiração da conduta pessoal do indivíduo, quando levadas à prática, seu significado é, muitas vezes, deformado. (ABBIGNANO, 2007, p.615)

problemas como o parcelamento e a água que não chegava a alguns lotes que, por sua vez, eram entrave ao desenvolvimento desse assentamento em especial.

Apesar das formações, capacitações e um treinamento para trabalho com assentamentos, a EMATER ainda possui uma visão de trabalho com os assentados na perspectiva de solução de problemas. A empresa tem assumido muitos assentamentos em Minas Gerais, na verdade, a maioria deles, todavia, este é um campo de trabalho novo, com problemas que vão além das questões técnicas. Nos assentamentos os problemas têm uma outra lógica de descoberta e levantamento, assim como outra lógica de resolução.

A AESCA vai ao outro extremo ao misturar a assessoria com as ações e as prioridades do movimento. Faz críticas à EMATER e ao seu histórico na assistência técnica e Extensão Rural. Todavia, a prática da AESCA é bem diferente do discurso, segundo entrevistas aos ex-articuladores do INCRA, visto que o assentamento visitado na cidade de Pequi estava trocando a AESCA pela EMATER, apresentando problemas graves decorrentes de uma assessoria na qual a participação dos assentados, no período de implantação do projeto de assentamento, não foi tomada como prioridade para o desenvolvimento e implantação do mesmo.

As famílias, nos assentamentos, após a conquista do seu lote, precisam de estímulo para continuarem solidárias umas com as outras. A terra é a finalização imediata de uma luta e de um sonho. A priori, parece que todos os problemas serão resolvidos com a conquista da terra. Entretanto, a solidariedade e a união entre os assentados é ponto importante para enfrentarem os novos desafios, entre eles o de tornarem a terra produtiva e o de permanecerem nos assentamentos.

Os assentados não precisam de uma assistência. Precisam de uma assessoria, nos moldes do programa de ATER e que esta venha a se tornar um direito social. Não apenas uma prestação de serviço, como explicou Chauí (2003), que pode ser prestado, ou não, de acordo com o projeto político de quem está no poder. Essa assessoria precisa trabalhar de forma participativa, buscando solução em conjunto com os assentados para os problemas de cada assentamento que estiver atuando. Essa postura pode, em alguns anos, dar autonomia às famílias, permitindo que tomem decisões e participem da busca por soluções para seus problemas cotidianos.

A experiência com o ATER e as famílias de agricultores familiares na EMATER é longa – (sem conexão com o que vem depois.). A mudança do *habitus* de trabalho para um novo *habitus* que permita o técnico trabalhar com o assentado, constitui-se

um grande desafio para essa instituição. Nos assentamentos os propósitos sociais da produção são outros, a orientação técnica também;

...constituem um processo de pesquisa que além de sistemático deve ser participativo. Essa é uma prática orientada pela prudência, pela criticidade epistemológica e pela competência geradora de novos saberes produzidos partilhadamente com os agricultores. A formação metodológica para a produção desses saberes partilhados apresenta-se como exigência indispensável a esse novo habitus profissional, ecologicamente engajado na sustentabilidade e na qualidade da vida humana na terra, pois é comprometida com a subordinação dos excluídos aos poderes de um mercado monopsônico e oligossônico do capitalismo contemporâneo. (COELHO, 2005, p. 69)

Essa formação metodológica, esses novos saberes para a produção partilhada do conhecimento e busca de soluções já são pressupostos fundamentais do programa de ATES. Pois, *“este serviço sinaliza para um processo de desenvolvimento rural sustentável, fundado na democratização do acesso a terra, à guisa da sua função social, e na capacidade humana de tornar produtiva a estrutura fundiária, de forma ordenada e racional”* (BRASI, 2004, p.1). A competência técnica da EMATER não será descartada, pois muitos dos problemas nos assentamentos urgem medidas rápidas pautadas no conhecimento técnico. Entretanto, sistematização de conhecimento não é suficiente para trabalhar com assentamentos, é necessário que as metodologias participativas e a autonomia dos assentados sejam exercitadas.

A AESCA, por sua vez possui um discurso voltado para as metodologias participativas, para a participação e politização dos assentados. Ideologicamente, os coordenadores da AESCA, assim como parte do corpo técnico, como nos informou o coordenador de ATES, se sentem parte do movimento social. Eles se colocam como parceiros de caminhada dos Sem-Terra. Dessa forma, a idéia-valor veiculada é a de saberem das necessidades dos assentados e terem conhecimento para lidarem com os problemas que ocorrem após a conquista da terra. Na disputa no campo de assentamento, a prestadora, na fala do coordenador de ATES, está mais preparada. Entretanto, as reclamações dos assentados na reunião de Pequi, ao se reportarem para a assessoria da AESCA, não a tinham como parceira. O que se percebia era uma assessoria distante dos problemas dos parcelamentos dos lotes, da questão da água e dos problemas levantados pelos assentados. O discurso da AESCA, neste caso específico, não é condizente com a prática. Ao que parece, a crítica feita pelo coordenador à EMATER cabe também à AESCA. Nesta, há mais movimento e menos preocupação

com as questões para o qual foi contratada. Tanto que o coordenador, em entrevista, afirmou que, em suas contratações, é melhor um técnico mais engajado e menos técnico. Entretanto, as famílias esperam profissionais que possam auxiliar e assessorar, na maioria das vezes, na busca de compreensão e solução de problemas de ordem técnica.

A EMATER é vista pelo coordenador da AESCA como uma oportunista que só aparece onde a causa está ganha, ou seja, onde a conquista pela terra foi efetivada. Por se considerar parceira de caminhada dos Sem-Terra e ter a mesma orientação político-ideológica do movimento, a prestadora se sente no direito de assessorar os assentamentos motivados pelo pensamento de ter mais experiência com as necessidades dos assentados. Essa experiência, da qual se orgulha a prestadora, não a impediu de seguir um caminho parecido com aquele criticado na EMATER.

A priori, olhando de fora, essa imagem fica evidente. Entretanto, ao se entrevistar os ex-articuladores que trabalharam de perto com os técnicos das duas prestadoras a visão é outra. No caso da AESCA, o articulador “A” foi enfático ao afirmar que essa conversa de participativo não acontecia nos assentamentos que ele orientou e que estavam sob responsabilidade dessa prestadora. Assim, essa afirmação vai de encontro ao posicionamento da AESCA e as declarações feitas pelo coordenador na entrevista, pois o diferencial dessa instituição é o fato de trabalhar de perto com os assentados. O próprio coordenador nos disse que *“preferem um técnico que não seja tão bom tecnicamente, mas que tenha um engajamento político”* (coordenador de ATES da AESCA).

Superficialmente parece haver uma contradição entre a fala do ex-articulador do INCRA e a do coordenador de ATES da AESCA. Na verdade, não se percebe contradição, e sim uma afirmação do que relatou o ex-articulador. Possuir engajamento político não é a mesma coisa que compreender e trabalhar de forma participativa os problemas e soluções nos assentamentos assessorados. Isso nos leva a outra questão; quem não possui engajamento com o movimento não tem acesso a informações, como ocorreu ao longo desta pesquisa e não é bom o suficiente para trabalhar para a instituição.

Ser engajado politicamente significa compartilhar da mobilização do Movimento Social e estar vinculado à sua ideologia, porém, na luta pela terra, existem dois momentos distintos. O primeiro é dos acampamentos e sua organização, protestos, ocupações, etc. O outro é dos assentamentos que exigem um comprometimento técnico

e político, um novo *habitus* que auxilie as famílias na consolidação de sua conquista, tornando a terra produtiva desenvolvendo o assentamento como um todo.

As lideranças na AESCA são constituídas por jovens provenientes dos movimentos estudantis das Universidades, em sua maioria. Possuem uma concepção de movimento social, mobilização e trabalho próximo às experiências vivenciadas na Universidade. No geral, aceitam as metodologias participativas, a Agroecologia e o desenvolvimento sustentável como necessários ao desenvolvimento dos assentamentos, porém, a ideologia desses agentes não é a mesma do movimento social e de sua base. Mesmo que estes digam que sim, eles vêm da classe média, com outras orientações. José de Souza Martins (2000) fez a seguinte afirmação a esse respeito;

...os grupos de mediação das lutas populares, que são grupos de classe média, especialmente na luta pela Reforma Agrária, introduziram nelas seu próprio movimento social e o seu próprio e impotente hibridismo de classe. Eles se transformaram em sistema de opressão e reivindicação imunes às contradições sociais e às possibilidades históricas de sua superação. (p.19)

Martins está escrevendo sobre as mediações no MST. No caso da AESCA, que possui uma ligação com o MST, não é diferente. Essas lideranças fazem bem aos movimentos de pressão e reivindicação, todavia executar uma política pública que é fruto de conquistas do movimento nessas reivindicações é outro caso. Execução essa que, por sua vez, não ocorre. Receber verbas do Estado para realização de funções pré-estabelecidas no contrato de ATES, e não se comprometer com essa assessoria é negar a luta do movimento. Em entrevista, o articulador “B” disse que a AESCA e seus técnicos criticavam a burocracia do INCRA e não faziam os relatórios previstos como avaliação do serviço. Quando faziam, estes eram realizados em mutirão, sem a participação dos assentados e sem um real acompanhamento das atividades. Assim, o não compromisso da prestadora fica evidenciado, comprometendo muitos dos assentamentos que assessorava.

A ATES não é uma benesse dos governantes aos movimentos sociais de luta pela terra. Ele é fruto de pressões, ocupações, mortes, e engajamento incondicional de famílias nessa causa. Quando a prestadora entrou para fazer o contrato e prestar os serviços, ela sabia das regras e inclusive declarou possuir uma estrutura que permitisse prestar esse serviço.

Não se está afirmando que o programa é completo e atende os assentados em tudo aquilo de que precisam. Acredita-se que muito falta para isso, todavia usar o

dinheiro destinado à assessoria dos assentamentos para fazer movimento social, como afirmou o articulador “B”, é no mínimo uma visão míope, distorcida do uso de recursos públicos e do comprometimento com as famílias assentadas e técnicos contratados na prestação do serviço.

Prestar o serviço, avaliar, propor mudança não significa deixar de compartilhar e de se envolver na luta pela terra, pela Reforma Agrária. Tornar a política de assessoria a assentamentos viável é uma forma de luta pela terra. É necessário cumprir as normas, avaliar e apontar as falhas e propor soluções para a constituição de algo novo, mais justo e viável. A avaliação do INCRA, por meio do relatório trimestral, constitui um processo burocrático, criticado na AESCA, de acordo com os ex-articuladores, todavia é o parâmetro que existe para acompanhamento do serviço e indicação de orientação por meio dos articuladores.

O articulador “B”, em entrevista, esclareceu que esse relatório quando preenchido ia para o INCRA e era avaliado pelos articuladores, depois ele voltava com as sugestões para a prestadora. Na verdade, ele servia mais como orientação do que como avaliação. Outrora, o que constituía o “calcanhar de Aquiles” da AESCA, na visão dos articuladores entrevistados, era a prestação de contas, que, quando não realizada nas datas certas, comprometia as parcelas repassadas para a prestadora, e, conseqüentemente, faltava dinheiro para pagamento dos técnicos.

Esse despreparo com os registros e cumprimento dos prazos comprometia toda a estrutura humana organizada pela AESCA. Pois, os atrasos nos pagamentos faziam com que ocorresse uma rotatividade muito grande de técnicos nos assentamentos. Cada vez que se trocava de técnico era um atraso nos trabalhos dos articuladores no INCRA. O articulador era obrigado, quando fazia visita ao assentamento, explicar todo o trabalho e funcionamento do programa para o novo técnico. As atividades nos assentamentos ficavam paradas. Novos prazos não eram cumpridos. Sem recursos ou com o atraso destes, as famílias de assentados acabam ficando muito tempo à espera de estruturação do assentamento, pois essa tarefa depende do técnico e não só da força de vontade e da luta das famílias.

No caso da EMATER, o articulador “B” afirmou que há também uma rotatividade grande de técnicos dificultando os trabalhos. Entretanto, disse que há uma diferença entre os contratos. A AESCA firmou um contrato com o INCRA, já a EMATER fechou um serviço. Ou seja, a primeira tinha que cumprir prazos e certas metas para receber parcelas dos recursos. A segunda recebeu os recursos e tinha que

prestar os serviços durante o tempo firmado no contrato. Tanto que em entrevista com a coordenadora de ATES da EMATER obtivemos, a respeito do contrato, a seguinte resposta;

O contrato é bem estruturado, bem pensado, bem construído, ele foi construído em conjunto. No caso, o INCRA colocou as necessidades deles, a empresa sentou e colocou a posição dela junto com os assentados. E este contrato não tem ganhadores. Todo mundo está empatado e aí que é bom. O bom jogo é esse. (coordenadora de ATES da EMATER).

Diferentemente, o coordenador de ATES da AESCA afirmou que os recursos são insuficientes. *“Só podemos usar o recurso para equipe técnica, não podemos usar para adquirir infra-estrutura. A gente não tem condições de manter estrutura física em um programa que não é tão estruturado”*. (coordenador de ATES da AESCA). A questão estrutural entre as prestadoras foi colocada pelos articuladores como o diferencial principal entre elas. O articulador “B” explicou que na EMATER havia uma sobreposição de recursos, pois firmavam convênios com prefeituras e parcerias com empresas. *“Eles já estavam em assentamentos independentes de ATES, mas mesmo assim o INCRA bancou convênios”* (articulador “B”).

Os funcionários da EMATER, em sua maioria, fazem parte de um quadro fixo por meio de concurso. Esses técnicos não passam pela ameaça de ficarem sem salários, possuem transporte e, quanto a parte burocrática, estão treinados, já que a empresa adota a política de relatórios. Essa afirmação não foi realizada a fim de colocar a EMATER como melhor preparada que a AESCA para a prestação do serviço de ATES. Até porque a EMATER possui outros problemas que a coloca em outro extremo.

Um desses problemas, como foi relatado pelos articuladores entrevistados, é o caso das Equipes de PDA. A EMATER possui uma característica empresarial. Vai ao campo coleta os dados e leva a solução para os problemas. De certo, essa postura vem mudando, mas, a grosso modo, faz parte do *habitus* dos técnicos desta instituição. A lógica de interação com a população assentada é novidade para seus agentes.

O PDA depende dessa interação, pois ele é construído de forma participativa conforme caracterizado no texto do programa de ATES como *“o instrumento de planejamento do projeto de assentamento, compreendendo todas as fases do processo, iniciando-se com a instalação das famílias na área de assentamento, sua participação efetiva e capacitação para a instalação e elaboração desse plano até completa emancipação e sustentabilidade do projeto”* (BRASIL, 2004, p.31).

Esse registro meticuloso das ativerdes, das propostas e dos problemas é que levam ao planejamento das atividades, porém o articulador “B” afirmou que na EMATER os técnicos possuem uma dificuldade muito grande no registro e na compreensão da lógica de funcionamento dos assentamentos. Afirmou que “*a EMATER tinha muita dificuldade, dificuldade de mobilização. A EMATER vai para os assentamentos e não consegue entender o tanto de coisa que acontece lá, os caras ficam loucos. Pegam um PDA para fazer e os caras ficam loucos, porque não sabem escrever, não treinaram a habilidade do registro*” (articulador “B”).

A EMATER está acostumada a relatar os serviços e as ações por meio de relatórios. Entretanto, nesta instituição o relatório é algo que se faz sozinho, no máximo, está ligado ao relato das visitas às famílias atendidas. No caso do assentamento, o relatório não pode ser constituído dessa forma. A lógica do assentamento é a lógica do coletivo, não é mais a resposta do técnico somente. O relatório tem que ser um texto que expresse a opinião e o posicionamento das famílias e dos técnicos mediante os problemas. O PDA não é um modelo que se aplica a todos os assentamentos, ele é construído de acordo com as possibilidades, necessidades e particularidades dos assentados, da terra, do histórico das famílias e do local. Exige a habilidade de organização, de mobilização e o mais importante: de mediar os conflitos e registrar as decisões.

Destarte, percebe-se que a estrutura da EMATER pode ajudar na prestação do serviço, pois os técnicos possuem transporte para os assentamentos. Os salários não atrasam e existe uma rede bem articulada de escritórios locais conveniados às prefeituras. Na AESCA, essa falta de estrutura organizada atrapalha muito no desenvolvimento e na prestação de serviço. O articulador “A” disse que “*havia lugares que os técnicos iam de moto, outros pagavam táxi para irem para os assentamentos, ônibus e acabavam andando doze a quatorze quilômetros a pé*”. Por tudo isso, acredita-se que os trabalhos com os assentamentos assessorados pela AESCA ficavam comprometidos.

Todavia, a habilidade conquistada no dia a dia com os movimentos sociais auxiliam a AESCA na organização e na mobilização. A escrita, a organização, a montagem do PDA e a compreensão da lógica do assentamento para esta prestadora é mais fácil, de acordo com os ex-articuladores entrevistados. No caso da EMATER, essas habilidades são caras, e não serão resolvidas apenas com capacitações, elas pressupõem mudança de *habitus* e uma compreensão de que trabalhar com

assentamentos não é apenas o cumprimento de um contrato e das metas de uma política pública qualquer. A formação de novo *habitus* pressupõe sensibilidade e percepção de envolvimento social participativo visando ao desenvolvimento do assentamento como um todo.

Por toda essa discussão, pode-se caracterizar o assentamento como um campo em disputa. Na entrevista com os coordenadores de cada prestadora, explicitamente essa hipótese não foi admitida. No entanto, os entrevistados se preocuparam em colocar pontos, na sua atuação, que delimitassem as diferenças, entre elas, e demonstrassem que estavam mais preparadas, em relação à outra, para atuarem e trabalharem com o programa de ATES em assentamento.

Pensando em mudança de *habitus* para o trabalho com assentamentos temos que lembrar que o “*habitus* é uma disposição incorporada, um capital acumulado” (BOURDIEU, 1996, p.61). O campo em disputa pelas prestadoras possui especificidades que vão além do *habitus* que utilizam quase de forma programada, para a resolução dos problemas antigos. O assentamento não é algo recente na história contemporânea do Brasil, mas exige um trabalho diferenciado da Extensão Rural, um repensar profundo nas metodologias e nas práticas dos agentes com as famílias assentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O autor deste trabalho adquiriu uma formação em pesquisa social que lhe permitiu uma aproximação dos problemas que envolvem o trabalho de Extensão Rural no contexto da Reforma Agrária.

As dificuldades, tão comuns ao longo da pesquisa, exigiram muita dedicação e o distanciamento exigiu ações para maior familiaridade com o tema. Muitas leituras e a busca de compreensão do processo com professores e amigos foram fundamentais nessa trajetória.

Muitas barreiras surgiram, talvez por receio de exposição de fragilidades institucionais, por total falta de confiança, discordância ou não entendimento do significado dos pressupostos e propósitos da pesquisa. Tudo isso pode ser entendido como sintomas da fragilidade do próprio programa, que não garante segurança no emprego dos técnicos, nos cargos dos coordenadores ou articuladores.

O programa de ATES e o serviço das prestadoras exigem reflexão. É preciso que a assessoria garanta aos assentados o direito de serem adequadamente atendidos, contudo percebe-se que a estrutura e o funcionamento do programa ainda não conseguiram definir esse serviço como um direito.

No histórico da Extensão Rural, muitos discursos foram produzidos. Entre eles, a postura dos técnicos em campo, o uso das metodologias participativas, entre outros. Entretanto, no caso do Programa de ATES, tudo indica que existe uma distância entre as boas intenções manifestas e a efetividade dos trabalhos realizados pelas prestadoras em se considerando as reais necessidades dos assentados. Idéias equivocadas, assumidas tanto por prestadoras ligadas ao movimento social quanto pelo Estado, em relação ao Programa de Ates, podem colocar muitas das conquistas dos assentados a perder.

A infra-estrutura da EMATER contribui para que ela assuma a maioria dos assentamentos em Minas Gerais, contudo não se sabe até que ponto as demandas estão sendo atendidas e quais as condições que o INCRA vem garantido às prestadoras para a conclusão de seus trabalhos com êxito.

Algumas dúvidas permanecem, visto que de acordo com os depoimentos da coordenação da EMATER, a instituição entende à ATER do mesmo modo como atende à ATES, desconsiderando, talvez, as diferenças afirmadas no documento deste programa. Da mesma forma, a AESCA, ao priorizar o movimento e o engajamento

político em detrimento da assessoria com competência técnica necessária, pode estar alimentando um reducionismo do papel da ATES.

Se o Programa de ATES passou a existir com recursos e uma estrutura voltada para os assentados, este não foi resultado da boa vontade do Estado. Surgiu do resultado da trajetória de lutas dos movimentos sociais no campo, debates nas universidades, nos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e nos movimentos sociais organizados em luta pela terra. Em razão do perfil de muitos homens e mulheres, que hoje, engrossam as fileiras da luta pela terra, faz-se necessária uma assessoria para reestruturar a vida desses cidadãos no campo. Quando se tem em vista uma perspectiva auto-sustentável, a resolução de problemas não se reduz a questões técnicas ou burocráticas, mas também essa assessoria é permeada por aspectos político-organizativos, ideológicos e de natureza ambiental.

Podem parecer óbvias essas considerações, contudo, sabe-se que a Reforma Agrária não é um processo natural e nem o desejo da maioria dos cidadãos brasileiros. Ela configura-se como uma luta política. Por desconhecimento ou por convicção, o tema gera polêmica. Dessa forma, um serviço que não contribui para mudar a realidade dos homens que já foram assentados, pode, no futuro, tornar-se discurso vazio para aqueles que não lutaram pela realização da Reforma Agrária.

Longe de uma visão pessimista, é preciso repensar e perceber de forma mais humana que se está lidando com vidas, sonhos, lutas e esperança. Não se deve realizar, de qualquer maneira, um serviço essencial para a sobrevivência dessas famílias.

Também não se pode acreditar que somente o engajamento no movimento ou uma postura “neutra” de uma “empresa estatal” sejam capazes de resolver os problemas apontados pelas famílias. Os assentamentos passam por vários momentos: mobilizações, ocupações, acampamentos e instalação do assentamento que constituem uma conquista com a expectativa de garantir a sobrevivência e uma vida digna de cidadãos de direito. O processo de inclusão social extrapola as lides produtivas dos assentamentos. A Reforma Agrária significa reestruturação fundiária. Isso tem implicações não só na questão do poder local, mas altera toda a relação de força existente no país. Por isso, esse processo não está desvinculado das lutas político-ideológicas existentes no país, mesmo que ainda não se tenha conseguido realizar totalmente essa reestruturação agrária, mas apenas realizada uma política de assentamentos. Nesse contexto político, a experiência de ATES, mesmo com toda sua fragilidade estrutural, é importante para a transformação dos problemas da realidade agrária brasileira nos dias de hoje.

Para que o programa de Ates se constitua uma realidade para os assentados, o técnico tem vital importância. Tudo indica para a efetividade desse programa o técnico tenha que possuir uma formação **técnica** e **política**, que não ignore os processos político-sociais envolvidos na implantação de um assentamento e nem descarte o conhecimento técnico essencial na assessoria aos assentados.

Partindo do conceito harbemasiano de ação comunicativa, pode-se atribuir um novo papel ao técnico, ao extensionista, mediante os novos desafios da realidade rural, com a presença dos movimentos sociais e as perspectivas das políticas públicas para o campo. Um diálogo entre a assessoria técnica, os assentados e o Estado necessita de uma estrutura consistente para que esse diálogo se realize. Nesse sentido, pode-se afirmar que os assentados necessitam de uma assessoria que venha ser mais do que extensão como difusão de tecnologia.

Ainda é possível remeter à obra de Paulo Freire, para quem a extensão autoritária é ilusória. A construção de um diálogo só é possível quando os camponeses, nesse caso, os assentados, são vistos como pessoas e não como objetos, como seres humanos capazes de conhecimento. Só dessa forma, a visão projetiva (ato de planejar e sonhar com um mundo diferente) e utópica (de transformação do mundo) seria possível.

O conhecimento técnico não seria uma benesse do poder instituído ou um favor que cria relações de dependência. Ele se transformaria, pelo diálogo, num conhecimento das populações rurais e dos técnicos. Só assim é possível antever possibilidades de transformação social. Dessa forma, “a capacitação técnica só pode ser assinalada em uma perspectiva humanista e científica, se inserida dentro de uma realidade cultural total.” (p.13)

Assim, por todos os problemas estruturais e ideológicos identificados, acredita-se que o serviço de ATES deva ser não só um **serviço**, mas um **direito** dos assentados. Que a assessoria para os assentados venha se transformar em uma **instituição social**, como dizia Chauí (2003), “fundada no reconhecimento público da importância de suas ações”. Dessa forma, a legitimidade dessa instituição, e conseqüentemente sua autonomia frente às mudanças que podem ocorrer no cenário político nacional, se dará quando sua gestão se der na forma de conselho compartilhado no qual teriam assentos instâncias governamentais, movimentos sociais e suas representações. A instituição social, como afirmou Chauí, é marcada pelo caráter democrático e republicano que garante a realização dos **direitos sociais**. Como um direito, os serviços e a assessoria não seriam interrompidos, como acontece com a prestação de um serviço, pois a idéia

de serviço sugere descontinuidade pela falta de estrutura e recursos definidos para tal, ficando sujeito a vontades e desejos patrimonialistas, presentes em definições políticas e planos de governo.

As prestadoras de ATES, em Minas Gerais, estão disputando a prestação de serviço de assessoria nos assentamentos de Reforma Agrária. Todavia, as prestadoras pesquisadas possuem problemas sérios que comprometem a estruturação dos assentamentos e desenvolvimento dos mesmos. Prestar o serviço que os assentados têm direito não é fazer movimento social, nem tão pouco tratá-los como clientes. Prestar o serviço de ATES aos assentados é possibilitar a manutenção e o desenvolvimento das famílias em seus lotes, com melhores condições de vida, saúde, habitação, escola e possibilidade de serem auto-sustentáveis. Um direito legítimo dessas famílias e reconhecido em razão da trajetória histórica das lutas pela terra.

Por isso, esse tipo de “assistência técnica” tenderia a modificar-se com a proposta de assessoria técnica, social e ambiental, que ocorreria via um programa. Essa nova forma de agente de desenvolvimento coloca-se como pertinente dentro de um debate crítico da Extensão Rural.

O problema estudado tem implicações diretas no sucesso dos assentamentos e a promoção de uma vida digna no campo. As expectativas dos assentados giram em torno da solução imediata dos problemas técnicos de produção, do lar e do ambiente que os cerca nos assentamentos. A persuasão e difusão tecnológica, per si, não serão porto seguro para nenhum técnico que trabalhe em assentamentos. A avaliação dos serviços está nas mãos das famílias assentadas. Todavia, há controvérsias em relação à autonomia avaliativa dos assentados, pois não foi possível, por esta pesquisa verificar, até que ponto isso vem acontecendo de fato.

Ao realizar este estudo, que adquiriu natureza exploratória, em razão das condições adversas de realização de uma pesquisa diretamente com técnicos de campo, muito mais que comparar resultados ou eficiências institucionais, foi possível perceber os limites da proposta governamental. Ficou claro que as prestadoras de serviço têm pouca autonomia para uma avaliação crítica, em razão da fragilidade de um serviço temporário. Os embates são de ordem técnica, metodológica e de natureza político – ideológica, mas o que fica evidente é que o instituído necessita mudar para que se institua algo verdadeiramente novo.

Nessa concepção, os técnicos (de organizações estatais ou não) podem ser entendidos como mediadores do Estado no campo, contudo não necessitam ser de cima,

se este Estado for verdadeiramente democrático. Por isso, a visão que esses técnicos têm do trabalho que executam torna-se uma estratégia metodológica interessante por melhor permitir entender a operacionalidade das políticas públicas.

Sendo técnicos de organizações diferentes, como mediadores, estão em condições políticas diferentes. Na EMATER, encarnação do poder regulador do Estado, os técnicos ficam na condição de mediadores de cima, já no caso da AESCA e de outras organizações não-governamentais, os técnicos podem estar fazendo uma mediação de fora ou externa tanto quanto interna aos movimentos sociais. Essas ações mediadoras podem, ou não, viabilizar a sonhada assessoria técnica aliada a uma visão política, social e ambiental. Nessas ações, uma leitura de mundo está presente e pode ter de tudo, menos a neutralidade, que tanto se prega como um valor intrínseco da convencional Assistência Técnica e Extensão Rural.

A questão da participação social, mesmo que captada pela fala dos coordenadores e técnicos, é o que poderá balizar até que ponto suas práticas e estratégias têm contribuído para uma educação para autonomia das famílias assentadas. Da mesma forma o inverso, até que ponto a dependência e o sentimento de subalternidade têm sido reforçados por velhas práticas extensionistas que em nada contribuem para uma transição agroecológica, participativa e autônoma dos assentados como preconiza o Programa de ATES.

Alguns aspectos merecem ser citados como síntese nesta conclusão. A importância na prestação de contas no uso dos recursos públicos, para que haja estrutura (equipamentos e pessoas) e competência formal. O comprometimento com as famílias assentadas aparece não só no engajamento político com as lutas dos assentados, mas também na presteza para apresentação de resultados. Em tudo isso, as condições de trabalho dos técnicos contratados na prestação do serviço não podem se pautar pela precarização desse trabalho. Os direitos trabalhistas, equipamentos e transporte adequados são condições *sine qua non* da efetividade e continuidade do programa. Além disso, essa redefinição estrutural é que vai permitir continuidade aos serviços e viabilizar críticas, autocríticas e formações continuadas em serviço. Enfim, o que aqui se propõe é a transformação desse serviço em um direito social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 1ªed. Brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi. 5ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALMEIDA, José Geraldo. **Ideologia e Racionalidade na prática da Extensão Rural**. Lavras: Universidade Federal da Lavras, 1995. (dissertação de mestrado).

BARDIN *apud* FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Líber Livro, 2005.

BARROS, Adil. P. **Projetos de Pesquisa Propostas Metodológicas**. 17ª Ed. Petrópolis; Vozes, 1990.

ANDREWS, Cristina W. “Implicações Teóricas do Novo Institucionalismo: uma abordagem Habermasiana”. In: **DADOS: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, nº2, 2005, pp.271 a 299.

BERGMAN E LUCKMAN. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **A economia das trocas simbólica**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. **As regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.9ªed.

_____. **Razões práticas. Sobre a teoria da ação**. Campinas-S.P: Papius,1996.

_____.**Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**.Rio de Janeiro: Ed UERJ,2002.

BRASIL - **Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária**. SAF/MDA. Brasília, 2004

BUSH, L. “The agricultural Science and the moden Word system”:In. Laurence Bush (ed) **Science and Agricultural Desenvolpment**. New Jersey. Allaned Osmun, 1981.

CHAUÍ, Marilena. Sociedade Universidade e Estado: autonomia, dependência e compromisso social. In: **A Universidade numa encruzilhada**. Brasília: Ministério da Educação, 2003. [s,p]

_____. A Universidade em ruínas. In: TRINDADE, Hélijo. (org) **Universidade em ruínas na República dos professores**. Rio de Janeiro: Vozes/ Rio Grande do Sul: CIPEDES, 1999. p.211-222.

- _____. **Filosofia: série ensino médio**. São Paulo: Ática, 2007.
- _____. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos.)
- CAPORAL, Francisco Roberto. **A agroecologia e a Extensão Rural do desenvolvimento sustentável**. Brasília: MDA/ SAF/DATER-IICA, 2004.
- _____. **La Extensión Agrária del Sector ante los Desafíos del Desarrollo Sostenible: el caso del Rio Grande do Sul, Brasil**. Córdoba – Espanha: Universidade de Córdoba, 1998. (tese de doutorado)
- _____. e COSTABABER, José Antônio. **Agroecologia: Alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2007. 24p.
- CARVALHO, Mônica Mariz de Jesus e FERREIRA NETO, José Ambrósio (org.). **Seminário de Avaliação e Capacitação dos Técnicos, do Programa de Assessoria Técnica, e Ambiental a Reforma Agrária**. Belo Horizonte: INCRA: 2006. 182p.
- COELHO. France Maria Gontijo. **A construção das profissões agrárias**. Brasília: UNB,1999.(tese de doutorado)
- COELHO. France Maria Gontijo. **A arte das orientações agrárias no campo: concepções e métodos**. Viçosa: UFV, 2005.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- DIAS, Marcelo Miná. “Extensão Rural Para Agricultores Assentados: Uma Análise Das Boas Intenções propostas Pelo “Serviço de Ates”. In: **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília,v.21,n.3,p.499-543,set./dez.2004.
- DIAS, Marcelo Miná. **Glossário de termos utilizados em desenvolvimento rural**. Rio de janeiro: Instituto Souza Cruz, 2006.
- DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições pensam**. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 1998.
- DUMONT, Louis. **O Individualismo uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de janeiro: Rocco, 1985.
- EMATER. **Minas Gerais**, 1998.
- FIGUEREDO, Vilma. **Produção Social da tecnologia**. São Paulo: EPU, 1989.
- FONSECA, Maria Tereza Lousa da. **A Extensão Rural no Brasil, Um projeto educativo Para o Capital**. São Paulo: Loyola, 1985.
- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Líber Livro, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

- FREITAG, Bárbara. **Itinerário de Antígona: a questão da moralidade**. São Paulo: Papirus, 1992.
- GATTI, Bernadette Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5ªed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal e Cultura Política: Impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 1999.
- HABERMAS, Jurgen. **Racionalidade e Comunicação**. Biblioteca de filosofia Contemporânea. Portugal. Lisboa: Edições 70, 2002.
- _____. **Teoria de La acción comunicativa: complementos y estudios previos**. Madri: Cátedra/ Teorema, 1994.
- _____. **Técnica e ciência como ideologia**. Portugal. Lisboa; Edições 70, 1968.
- LIMA, Antonio Luiz de. **Da Acar a Emater - MG. Análise crítica da dinâmica de um sistema de Extensão Rural**. Viçosa-Minas Gerais: UFV, imprensa universitária, 1984 (dissertação de mestrado)
- LOWY, Michael. **Marx contra o Barão de Munchausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- MARTINS, José de Souza. **A Reforma Agrária: O diálogo impossível**. São Paulo: Edusp, 2000.
- MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e a história da modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MASSELLI, Maria Cecília. **A Extensão Rural entre os Sem Terra**. São Paulo: Ed UNIMEP, 1998.
- MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia Alemã (Feuerbach)**. Campinas: Hucitec, 1996.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma Agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- MEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia do desenvolvimento (rural) sustentável. In: Almeida J.; Navarro, Z. (orgs) **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

MIRANDA, Jaime Rodrigo da Silva. **Assessoria Técnica, Social e Ambiental à reforma Agrária (ATES): A Coopserviços no Sudeste do Pará**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2008. (dissertação de mestrado)

MOURA, Roseni A de, FERREIRA NETO, José Ambrósio et al. “O programa de ATES em Minas Gerais. A diversidade da luta pela Reforma Agrária e a ação dos mediadores na assessoria aos assentamentos rurais”. In: **III Simpósio Sobre a Reforma Agrária e assentamentos Rurais**. Araraquara. São Paulo, 2008. [s.p]

MUNIZ, José Norberto. A Extensão Rural em Tempos de Mudança. In: **Informe Agropecuário: globalização da Economia e o Agronegócio**. Belo Horizonte, v.20, n.199, p.56-61, jun/ago.1999.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos Avançados. vol.15 nº. 43. São Paulo Sept/Dec. 2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S01031420010003000009&script=sci_arttext&tln g.> Acesso em: 25 jul. 2008.

OLIVEIRA. Roberto Cardoso. “O saber, Ética e a Ação Social”. In: **Manuscrito**. Revista Internacional de Ciência. Volume XIII-nº2. Outubro de 1990 - Campinas.

PARRET, Herman. “Os argumentos de um sedutor”. In: **Revista de Comunicação e Linguagem**. S.L, (S,D)

PEREIRA, Airton dos Reis. **O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: o caso da fazenda Bela Vista**. Viçosa: UFV, 2004. (dissertação de mestrado)

PORTILLO, Maria Sibebe Brasileira. **Extensão Rural: O fio da Trama na Construção da Representação Social do Pequeno Produtor**. Uberlândia: 1998. (Dissertação de mestrado).

QUEDA, Oriowaldo. **A Extensão Rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola**. Piracicaba, São Paulo: EdUSP, 1987(Tese de livre docência)

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagem a F.H.C**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

RODRIGUES, Carla. Herbert de Souza: **Ética e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1994.

ROGERS, E. M e SHOEMAKER. F. FLAYAL. **Le Comunicacion de Innovaciones**. México: Herrero Hermanos, 1974.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SELLTIZ, WRIGHTSMAN E COOK. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Vol. 2. Medidas na Pesquisa Social. São Paulo: EPU, 1987.

VEIGA, José Eli da. **O que é Reforma Agrária?**. 5ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

WEID, Jean Marc Von Der. “Uma nova Extensão Rural para o Brasil”.In: LIMA,Delmo M. de Albuquerque e WILKINSON, Jhon (org). **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. *et alii*.Brasília: CNPq/Paralelo15,2002.

8. ANEXOS.

ANEXO I

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM COORDENADOR DA EMATER

- 1) Quando iniciou o trabalho da EMATER junto aos assentamentos?
- 2) Quais as diferenças da gestão anterior para essa?
- 3) Quantas pessoas ou funcionários trabalham com a ATES?
- 4) Qual a formação destes funcionários?
- 5) É possível ter acesso aos currículos destes funcionários?
- 6) Quais eram as experiências profissionais anterior destes funcionários que trabalham hoje com a ATES?
- 7) Das atividades que o pessoal de ATES tem desenvolvido em campo pode-se citar algumas ações que têm contribuído para o desenvolvimento dos assentamentos?
- 8) Quais são as ações mais relevantes?
- 9) O que tem chegado a você sobre as maiores dificuldades dos técnicos em campo?
- 10) Quais os pontos positivos da EMATER na prestação deste serviço?
- 11) Que sugestões a senhora daria para mudanças na política de ATES?
- 12) Do convênio com o INCRA quais foram os aspectos positivos e os aspectos negativos?
- 13) Como funciona a EMATER? Sua hierarquia institucional?
- 14) Nesta estrutura, onde entram os representantes dos agricultores?
- 15) Está prevista alguma avaliação junto aos agricultores assentados? Dos profissionais? Junto a outros órgãos como o INCRA? Avaliação externa ou interna?
- 16) Como você acha que esta avaliação deve ser feita?

ANEXO II

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM COORDENADOR DA AESCA

- 1) Quando iniciou o trabalho da AESCA junto aos assentamentos?
- 2) Quais as diferenças da gestão anterior para essa?
- 3) Quantas pessoas ou técnicos os trabalham com a ATES?
- 4) Qual a formação destes técnicos?
- 5) É possível ter acesso aos currículos destes funcionários?
- 6) Quais eram as experiências profissionais anterior destes funcionários que trabalham hoje com a ATES?
- 7) Das atividades que o pessoal de ATES tem desenvolvido em campo pode-se citar algumas ações que têm contribuído para o desenvolvimento dos assentamentos?
- 8) Quais são as ações mais relevantes?
- 9) O que tem chegado a você sobre as maiores dificuldades dos técnicos em campo?
- 10) Quais os pontos positivos da AESCA na prestação deste serviço?
- 11) Que sugestões a senhora daria para mudanças na política de ATES?
- 12) Do convênio com o INCRA quais foram os aspectos positivos e os aspectos negativos?
- 13) Como funciona a AESCA? Sua hierarquia institucional?
- 14) Nesta estrutura onde entram os representantes dos agricultores?
- 15) Está prevista alguma avaliação junto aos agricultores assentados? Dos profissionais? Junto a outros órgãos como o INCRA? Avaliação externa ou interna?
- 16) Como você acha que esta avaliação deve ser feita?

ANEXO III

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM EX-ARTICULADORES DO INCRA.

- 1) Como estava estruturado o serviço de ATES?
- 2) Qual o papel dos articuladores?
- 3) Quais são as organizações ou instituições que fizeram o último convênio para a prestação do serviço, da assessoria de ATES?
- 4) Na sua visão, no decorrer do tempo que trabalhou no Incra com a Assessoria de Ates, o que você pontuaria como ponto positivo?
- 5) Quais os pontos negativos?
- 6) Como eram avaliadas as prestadoras do serviço de Ates?
- 7) Quais são os maiores desafios das prestadoras do serviço de ATES?
- 8) Quais as maiores diferenças entre elas?
- 9) Que sugestões você daria para o aprimoramento político do programa de ATES?